



NÚMERO: 172/2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

NEYLANA SOUSA BRITO MAGALHÃES

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO SUL DA BAHIA (1970 - 2010):
O MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS NA REDE URBANA REGIONAL**

**DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA AO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO MESTRE EM GEOGRAFIA NA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL.**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ADRIANA MARIA BERNARDES DA SILVA

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA
NEYLANA SOUSA BRITO MAGALHÃES, E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. ADRIANA MARIA BERNARDES DA SILVA**

Campinas/SP - 2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO
PASCHOALE” DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP**

M27p	<p>Magalhães, Neylana Sousa Brito, 1977 - O processo de urbanização no sul da Bahia (1970 - 2010): O município de Canavieiras na rede urbana regional / Neylana Sousa Brito Magalhães -- Campinas, SP .: [s.n.], 2012.</p> <p>Orientador: Adriana Maria Bernardes da Silva Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1. Urbanização. 2. Economia Urbana 3. Política Urbana. I. Silva, Adriana Maria Bernardes da, 1967 - II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.</p>
------	---

Título em Inglês: The Process of Urbanization in Bahia South (1970-2010): The Municipal District of Canavieiras in the Regional Urban Network

Keywords: - Urban Network;

- Urbanization;

- Scientific-Technical Informational Environment;

- Circuits of Urban Economy

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em Geografia

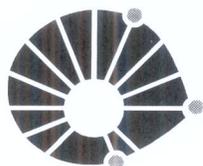
Banca Examinadora: - Adriana Maria Bernardes da Silva (Presidente)

- Fábio Betioli Contel

- Lindon Fonseca Matias

Data da Defesa: 31-01-2012

Programa de Pós-Graduação em Geografia



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

AUTORA: Neylana Sousa Brito Magalhães

“O Processo de Urbanização no Sul da Bahia (1970 - 2010): o Município de Canavieiras na Rede Urbana Regional”

ORIENTADORA: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Aprovada em: 31 / 01 / 2012

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Presidente

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Prof. Dr. Fábio Betioli Contel

Campinas, 31 de janeiro de 2012.

Dedico este trabalho a minha querida vovó Alvina (in memoriam), exemplo de amor e dedicação.

Agradecimentos

Agradecer é poder reconhecer nas pessoas com as quais convivemos seus valores e respeito para conosco em nossos projetos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela sua infinita sabedoria e inimaginável poder, concedendo-me o dom da vida, para que assim eu pudesse vivenciar mais este momento.

Aos meus pais Natalício e Reni e ao meu irmão Júnior pelo incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos, principalmente naqueles mais difíceis, que quase me fizeram desistir, e eles com todo amor me ajudaram a superar.

Ao meu esposo David, companheiro de todas as horas e grande incentivador desta conquista, que compartilhou das minhas angústias e não permitiu que eu esmorecesse.

Aos demais familiares (tios, tias, primas e primos) que sempre acreditaram e apoiaram à realização dos meus sonhos.

À Professora Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva, pela sua valiosa contribuição para elaboração deste trabalho, por meio de uma orientação séria, segura, competente e compreensiva, não medindo esforços no sentido da condução do meu raciocínio mais apurado e preciso, no processo de produção da dissertação.

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP, dos quais fui aluna nas disciplinas que me embasaram para a produção deste trabalho.

À Professora Dra. Ednice Fontes da UESC pelo apoio, incentivo e amizade, tanto no período da graduação, quanto nesta etapa do mestrado.

Aos colegas da Pós-Graduação pelos momentos de dificuldades, de vitórias e de aprendizagens que vivenciamos, mas que nos fizeram crescer e alcançarmos nossos objetivos.

Ainda agradecendo aos colegas da Pós-Graduação, quero especialmente lembrar os amigos que conquistei: Ísis Penna e Éder Evangelista, que sempre estiveram ao meu lado

compartilhando não só das dificuldades, bem como as vitórias alcançadas em cada etapa vivenciada.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da UNICAMP, especialmente a adorável florzinha Valdirene Pinotti, pelo carinho e paciência que sempre teve em esclarecer desde as situações mais burocráticas, às situações de mais urgência.

Aos colegas da graduação na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Crhystiano Borges, Sylas Oliveira e José Neto, que ao longo do tempo se tornaram grandes amigos e motivadores desta nova etapa a ser conquistada.

Ao professor Natanael Reis, pelo seu apoio e carinho no início desta caminhada.

Ao adorável Raul Reis Amorim que tive a oportunidade de conhecer melhor no decorrer do processo seletivo do mestrado na UNICAMP, e que sempre se mostrou muito prestativo.

Á Prefeitura Municipal de Canavieiras, especialmente ao Secretário de Turismo Edimar Luz Alves, pela sua disponibilidade, atenção e carinho em nos receber e fornecer informações que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Em fim, a todos os que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu sincero agradecimento.

Sumário

Lista de Figuras	vii
Lista de Gráficos	x
Lista de Quadros	xi
Lista de Tabelas	xi
Lista de Abreviaturas e Siglas	xii
Resumo	xiii
Abstract	xiv
Introdução	1
Capítulo 1: A Gênese da Rede Urbana	
1.1 A Rede Urbana: Iniciando uma reflexão	10
1.2 A Estruturação da Rede Urbana Baiana	14
1.3 As Regiões de Influência das Cidades (Regic 2007) e a Dinâmica Atual da Rede Urbana Baiana	30
1.4 Conformação da Rede Urbana no Sul da Bahia: O Município de Canavieiras – BA	38
Capítulo 2: O Processo Recente de Urbanização e a Constituição do Meio Técnico-Científico-Informacional no Sul da Bahia	
2.1 A instalação de novos Sistemas de Ações e Sistemas de Objetos como suporte a atividade cacaueteira	49
2.2 A Crise da Lavoura Cacaueteira e a Reorganização da Rede Urbana: Inserção do Município de Canavieiras – BA	54
Capítulo 3: Canavieiras e o dinamismo atual dos Circuitos da Economia Urbana	
3.1 As Cidades de Pequeno Porte no Contexto atual da Rede Urbana	66
3.2 O Circuito Inferior da Economia Urbana	70
3.3 A Dinâmica do Circuito Inferior da Economia Urbana no Município de Canavieiras-BA	73
Considerações Finais	106
Referências Bibliográficas	109

Lista de Figuras

Figura 1	Canavieiras: Localização Geográfica	3
Figura 1.1	Capitanias Hereditárias: Século XVI	16
Figura 1.2	Crescimento da Rede Urbana da Bahia (1800 – 1900)	24
Figura 1.3	Localização das cidades pertencentes à Rede Urbana “Principal” e “Secundária” da Bahia	28
Figura 1.4	Plantação de Cacau no Município de Canavieiras-BA	40
Figura 1.5	Expansão da Lavoura Cacaueira no estado da Bahia, séculos XVIII – XX	42
Figura 1.6	Sede da Fazenda de Cacau do agricultor Edson Oliveira, localizada no Município de Canavieiras-BA	43
Figura 2.1	Agência do Instituto do Cacau da Bahia (ICB) no Município de Canavieiras-BA	50
Figura 2.2	Prédio sede da CEPLAC, em reforma (1973), e funcionários do órgão no Município de Canavieiras-BA	52
Figura 2.3	Fruto do Cacau	53
Figura 2.4	Fruto do Cacau contaminado pelo fungo <i>Crinipellis perninciosa</i> causador da Vassoura-de-Bruxa	54
Figura 2.5	Paisagem Urbana de Canavieiras	63
Figura 2.6	Evolução Urbana do Município de Canavieiras (1830 – 2009)	64
Figura 2.7	Casas de Veraneio, Pousadas e Cabanas de Praia na Ilha de Atalaia	65
Figura 3.1	Tipo de Ocupação Característica das Comunidades: Oiticica e Puxim do Sul	76
Figura 3.2	Tipo de Ocupação Característica da Comunidade Puxim de Fora	77
Figura 3.3	Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba Resort	78
Figura 3.4	Painel de Energia Solar instalado na Comunidade de Barra Velha	79
Figura 3.5	Comunidade da Ilha de Atalaia	80
Figura 3.6	Catadores de Mariscos da Comunidade de Campinhos	81

Figura 3.7	Casarios do século XIX em ruínas localizados no Centro Histórico Paulo Souto no Cais do Porto	83
Figura 3.8	Casarios Refuncionalizados no Centro Histórico de Canavieiras	84
Figura 3.9	Agências do Bradesco e do Banco do Brasil localizadas no Centro Histórico	85
Figura 3.10	Peixarias localizadas no Cais do Porto no Centro Histórico de Canavieiras	86
Figura 3.11	Barcos de Pesca ancorados no Cais do Porto no Centro Histórico de Canavieiras	87
Figura 3.12	Comércio ambulante instalado na Avenida Rio Branco no Centro de Canavieiras	88
Figura 3.13	Pequenos estabelecimentos comerciais localizados ao longo da Rua Professor Assis Gonçalves	90
Figura 3.14	Biroskas construídas nos canteiros centrais em Canavieiras	91
Figura 3.15	Pequeno Comércio Varejista instalado no centro de Canavieiras	95
Figura 3.16	Representantes do Comércio Atacadista: Armazém de Cacau e Distribuidora de Bebidas	95
Figura 3.17	Instituto Técnico de Hotelaria Planet Panzinni, construído no prédio da antiga Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras	98
Figura 3.18	Produtos “usados” comercializados pelo Circuito Inferior da Economia Urbana	100
Figura 3.19	Central de Serviço de Moto Táxi	101
Figura 3.20	Publicidade utilizada pelo Circuito Inferior da Economia Urbana em Canavieiras	102
Figura 3.21	Atividades do Circuito Inferior no Bairro Sócrates Rezende	103
Figura 3.22	Serviços do Circuito Inferior utilizados por consumidores de Classe Média e Alta	104

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1	Produção de Amêndoas de Cacao no estado da Bahia (1918 – 1930)	47
Gráfico 2.1	Evolução da População de Canavieiras (1970 – 2010)	57
Gráfico 2.2	Produção Agrícola no Município de Canavieiras em 2010	60
Gráfico 2.3	Efetivo de Animais no Município de Canavieiras em 2010	61
Gráfico 3.1	Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência no Município de Canavieiras em 2010	82
Gráfico 3.2	Distribuição dos estabelecimentos comerciais por ramo de atividades no Município de Canavieiras em 2011	92
Gráfico 3.3	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população de Canavieiras em 2010	93
Gráfico 3.4	Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo opção formal e o grau de escolaridade - 2010	94
Gráfico 3.5	Distribuição dos Serviços por ramo de atividade no Município de Canavieiras	97

Lista de Quadros

Quadro 1.1	Hierarquia dos Centros Urbanos segundo a Regic 2007	34
Quadro 1.2	Municípios da Rede de influência de Salvador	36
Quadro 2.1	Características dos dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos	59
Quadro 3.1	Comércio e Serviços do Circuito Inferior na área central de Canavieiras - 2011	89

Lista de Tabelas

Tabela 1.1	Dimensão das Redes Urbanas de Primeiro Nível	35
Tabela 2.1	Produção de Cacau no Município de Canavieiras e no estado da Bahia, entre 1940 e 2006	56

Lista de Abreviaturas e Siglas

APP	Área de Proteção Ambiental
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CENEX	Centro de Extensão
CEPEC	Centro de Pesquisa do Cacau
CEPLAC	Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacaueira
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPC	Complexo Petroquímico de Camaçari
DEPEX	Departamento de Extensão
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG	Instituto de Geociências
ICB	Instituto do Cacau da Bahia
PDRS	Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
REGIC	Regiões de Influências das Cidades
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO SUL DA BAHIA (1970 - 2010): O MUNICÍPIO
DE CANAVIEIRAS NA REDE URBANA REGIONAL**

RESUMO

Á medida em que o processo de urbanização se intensificou no Brasil, mudanças foram acontecendo na sociedade e caracterizando novos padrões de produção, de distribuição e de consumo. Neste contexto, a rede urbana passou a articular distantes lugares e estabeleceu uma economia e um território nacional. Dessa forma, é de fundamental importância entender a rede urbana como um arcabouço que reforça e influi nos conteúdos sócio-econômicos do território, sendo, portanto, uma dimensão sócio-espacial da sociedade. Pensar a cidade, e de modo especial as pequenas cidades e seu papel na rede urbana nacional e regional permite-nos considerar as especificidades apresentadas pelas mesmas na formação e desenvolvimento urbano do país. O presente trabalho objetiva-se analisar o processo de formação da rede urbana no sul da Bahia buscando compreender o papel dos centros de pequeno porte, como a cidade de Canavieiras-BA, no contexto da referida rede. O estudo será norteado pela concepção proposta por Milton Santos (1979) ao considerar que a rede urbana funciona a partir dos dois circuitos da economia urbana.

Palavras-Chaves: Rede Urbana, Urbanização, Meio Técnico-Científico-Informacional, Circuitos da Economia Urbana.



UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

**THE PROCESS OF URBANIZATION IN BAHIA SOUTH (1970 - 2010):
THE MUNICIPAL DISTRICT OF CANAVIEIRAS IN THE REGIONAL URBAN
NETWORK**

ABSTRACT

The extent to which the urbanization process intensified in Brazil, changes were happening in society and featuring new patterns of production, distribution and consumption. In this context, the urban network began to articulate distant places and established an economy and a national territory. In this way, it is essential to understand the urban network as a framework that reinforces and influences the socio-economic content of the territory, therefore, a socio-spatial dimension of society. Thinking the city, and especially small towns and their role in national and regional urban network allows us to consider the specifics presented in the same formation and urban development in the country. The present study aims to analyze the formation process of the urban network in Bahia south trying to understand the role of small business centers, as the city of Canavieiras-BA, in the context of the network. The study will be guided by the conception proposed by Milton Santos (1979) when considering that the urban network works from the two circuits of urban economy.

Keywords: Urban network, Urbanization, Scientific-Technical Informational Environment, Circuits of Urban Economy

Introdução

A intensificação do processo de urbanização no Brasil condicionou mudanças cruciais na sociedade caracterizando novos padrões de produção, de distribuição e de consumo. A rede urbana, nesse contexto, passou a ser o meio através do qual a produção, a circulação e o consumo se realizam efetivamente, articulando distantes lugares e estabelecendo uma economia e um território nacional (CORRÊA, 1989).

Dessa forma, é de fundamental importância entender a rede urbana como um arcabouço que influi nos conteúdos sócio-econômicos do território e da sociedade, sendo, portanto, uma dimensão sócio-espacial da sociedade.

Segundo Santos (1993), por um longo período, no Brasil, se deu um processo de geração de cidades e não de urbanização propriamente dita, ou seja, havia a formação de aglomerados urbanos sem os aparatos necessários à sobrevivência nas cidades. Nesse momento, Santos (1993: 22) afirma que "a criação urbana estava subordinada a uma economia natural, as relações entre os lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais". Mas, com a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral, formou-se a base de um povoamento e de uma geração de riquezas que possibilitou à ampliação da vida de relações e o surgimento de cidades no litoral e no interior, (SANTOS, 1993).

De acordo com o mesmo autor, foi a partir do século XVIII que a geração de cidades no Brasil teve um maior impulso, no momento em que os proprietários rurais (fazendeiro ou senhor de engenho), passam a residir em suas casas localizadas nas cidades retornando ao campo somente no momento da colheita. No entanto, foi somente no século XIX que esse processo atingiu sua maturidade e posteriormente no século XX, adquiriu as características com as quais a conhecemos hoje (SANTOS, 1993).

Conforme Lencioni (2008) as condições de aglomerações sedentárias, juntamente com as condições de troca e da administração pública, possibilitaram o desenvolvimento de alguns povoados transformando-os em cidades, porém, alguns desses povoados foram diretamente instituídos como cidades pelo fato de ter sido delegado a eles a sede do poder metropolitano. "Esse aspecto, o de local de poder, é fundamental na conceituação de cidade no Brasil. Sozinho, define uma cidade, independente dos outros elementos mencionados" (LENCIONI, 2008: 117).

Assim, discutindo o processo de formação de cidades no Brasil, Lencioni (2008), assegura que muitos povoados deram origem às cidades. Mas, para a autora, se faz necessário refletir a respeito da origem desses povoados, assim, ela cita Azevedo (1957: 36) ao afirmar que

Muitos deles se originaram de locais fortificados e postos militares, de aldeias e aldeamentos indígenas, de arraiais, de corrutelas, de engenhos e de usinas, de fazendas e bairros rurais, de patrimônios e núcleos coloniais, de pousos de viajantes, de núcleos de pescadores, de estabelecimentos industriais, de seringais, de vendas de beira de estradas, de ancoradouros às margens dos rios, de pontos de passagem em cursos d'água, de estações ferroviárias e de postos de parada rodoviária, dentre tantas origens.

Ainda analisando a evolução da urbanização no Brasil, Santos (1993: 29), ressalta que ao longo de muitos séculos, o Brasil era “formado por subespaços que se desenvolviam a partir das suas relações com o mundo exterior”, no entanto, foi no século XX entre 1940 e 1980, que aconteceu uma verdadeira inversão nesse processo de urbanização, devido a um forte crescimento demográfico, que possibilitou um aumento, tanto, da população total do Brasil, quanto da população urbana. Esse fato, pode ser melhor explicado pelo processo de industrialização¹ que se estabelece nesse mesmo período. Entretanto, foi na década de 1990 que o processo de urbanização se consolidou, no Brasil.

Nesse contexto, considerando a Bahia como o ponto de partida no processo de formação do território brasileiro, buscaremos contribuir para os estudos de caracterização da rede urbana baiana, na sua dimensão regional, através da identificação dos centros urbanos como elementos constitutivos do espaço. O estudo sobre Canavieiras² e suas articulações com a região Ilhéus – Itabuna e demais escalas geográficas em que se insere, servirá como base para essas reflexões e

¹ Conforme Martins citado por Lencioni, (2008: 119) a gênese da industrialização brasileira está relacionada à dinâmica do complexo cafeeiro que faz com que a industrialização se desenvolva nos interstícios da cafeicultura, idéia mais ampla do que a de oscilação da economia cafeeira. Dinâmica essa que teve a capacidade de gerar um processo dinâmico de acumulação capitalista, até mesmo não assentado em relações sociais de produção capitalista.

² O município de Canavieiras está situado no litoral da região Sul-Baiana, a 110 Km da cidade de Ilhéus, e a 586 Km de Salvador, com área de 1.326,95 Km² e 32.336 habitantes (IBGE, 2010).

será norteado pela concepção proposta por Milton Santos (1979) ao considerar que a rede urbana funciona a partir dos dois circuitos da economia urbana.

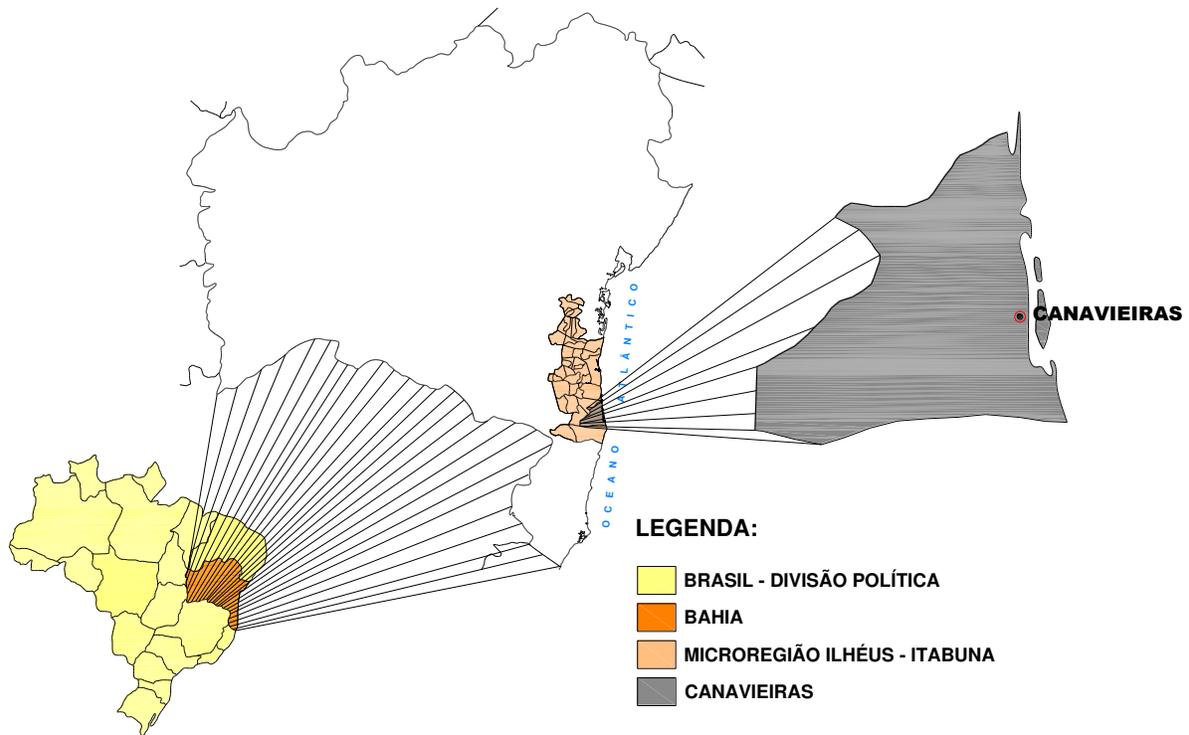


Figura 1 – Canavieiras: Localização Geográfica

Fonte: SEI (2000); IBGE (2000)

Elaboração: BRITO, Neylana. 2010.

O Estado da Bahia possui o maior território do Nordeste do Brasil em tamanho por apresentar uma área de 564.830,8 Km², e em população com 14.021.432 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 24,8 hab/km² segundo o senso do IBGE de 2010. No contexto brasileiro, a Bahia ocupa o 4º lugar em população e o 5º lugar em área, com uma densidade populacional superior a média nacional que é de 19,94 hab/Km² (SILVA; SILVA, 2006). Diante desses indicadores importa indagar: Quais morfologias urbanas sustentam a população da Região Sul do Estado da Bahia e como se articulam em rede no atual período histórico? Qual a dinâmica dos circuitos da economia urbana no processo de dinamização dessa rede? Qual o peso do circuito inferior da economia urbana em cidades de pequeno porte, particularmente no atual contexto de crise regional? Como se atualizam esses circuitos? Quais as novas variáveis?

As redes urbanas não se formam por acaso, ou seja, elas representam o resultado do trabalho de numerosos agentes que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seu papel como agentes da história (SPÓSITO, 2008). Portanto, é preciso observar o papel dos agentes produtores do espaço que são:

[...] os proprietários do solo e dos imóveis, proprietários individuais, agindo por meio da constituição do seu patrimônio. Depois, as organizações econômicas que, de um lado, utilizam o espaço para seus próprios fins (banco, comércio, ou espetáculo, as empresas industriais) e, de outro, intervêm na “fabricação da cidade”: companhias imobiliárias, empresas de construção [e, enfim], o poder público que, segundo modalidades variadas e às vezes contraditórias, acompanha as operações do capital privado (SPÓSITO, 2008: 23).

De acordo com Corrêa (1989), para compreendermos a rede urbana, devemos, inicialmente, considerar a divisão territorial do trabalho, pois essa divisão implica a consideração de como a sociedade se apropria da natureza e a transforma – dinâmica que se realiza com a constituição de formas espaciais das cidades e de suas articulações, cujos fluxos são de difícil mensuração e, muitas vezes, até impensáveis por causa da sinergia estabelecida entre os agentes sociais, os volumes de informações transmitidas e os valores do trabalho e das mercadorias, além das formas como as pessoas se organizam para produzir e produzir, principalmente na cidade.

Desse modo, Corrêa (1989) afirma que,

A rede urbana se constitui simultaneamente em um reflexo e uma condição para a divisão territorial do trabalho”. É um reflexo à medida que em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos. (...)

A rede urbana é uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constitui-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, como também em um ponto do espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. “Este papel de condição é mais tarde transmitido à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do séc. XVI, uma dimensão mundial (CORRÊA, 1989: 48-49).

É preciso também, de acordo com o mesmo autor, considerar que existem alterações na rede urbana por causa das mudanças na indústria, na industrialização do campo, no surgimento de outras fronteiras e na organização empresarial em rede, com a melhoria dos processos de especulação financeira e as inovações na estrutura varejista da distribuição de mercadorias.

Por fim, Corrêa (1989: 7) propõe que para se falar em rede urbana, deve em primeiro lugar existir “uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente, o que tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho”. E, em segundo lugar, quando se verificar “a existência de pontos fixos no território onde os negócios ... são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo”. Finalmente, a terceira condição é

[...] a existência de um mínimo de articulação entre os núcleos urbanos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada realize-se de modo pleno, atingindo os mercados consumidores [...] (CORRÊA, 1989:7)

Buscando explicar a formação da rede urbana brasileira, Dias (1995) informa que, no período do Brasil colonial, a supremacia das cidades-portos caracteriza o primeiro indício da formação de um conjunto de cidades voltadas para a exportação de produtos naturais e agrícolas. Nessa fase do século XIX, a ligação das cidades se fazia diretamente com o exterior; nos portos, ocorria drenagem da produção para a metrópole, no caso, Portugal. A única articulação real

dentro do território do então império era aquela feita pelos serviços do governo entre as principais cidades, sobretudo por meio dos serviços de cabotagem com barcos a vapor.

O deslocamento de tropas de animais de carga que tinha como finalidade o abastecimento das cidades litorâneas, o transporte de metais preciosos e o abastecimento alimentar de áreas mais distantes, possibilitou a existência de pequenos aglomerados no interior do país, formando desse modo, um conjunto disperso de aglomerações que só se articulavam entre si a partir do deslocamento dessas tropas de animais. As áreas escolhidas para o pouso das pessoas e das tropas no momento de repouso permitiram a consolidação de paradas que se tornaram povoados, e em alguns casos, cidades.

Outras transformações importantes na estruturação da rede urbana brasileira ocorreram com a consolidação do ciclo do café. Nesse momento, a terra transformou-se em mercadoria e a mão-de-obra escrava foi abolida, o que possibilitou uma transformação nas relações de propriedade e de trabalho, condição fundamental para a expansão, cada vez maior, das áreas de cultivo do café pelo interior do país, cuja produção destinava-se em sua quase totalidade, para exportação.

Este período possibilitou o surgimento de novas condições responsáveis por mudanças na hierarquia das cidades brasileiras, através de um novo tempo no modelo agroexportador brasileiro representado pelo crescimento da economia do café; das inovações aparecidas nos sistemas de transportes – navegação a vapor e ferrovias – e de comunicações – telégrafo e telefone e pela instalação das primeiras indústrias.

O traçado das ferrovias interligando pequenos e grandes centros urbanos caracterizou o primeiro desenho que se consolida na formatação da rede urbana brasileira. De acordo com Spósito (2008), a concentração financeira em São Paulo como consequência dos excedentes da exportação do café, bem como o surgimento de um parque industrial seguindo os moldes fordistas, em consequência da expansão do consumo decorrente do aumento da necessidade de produção de bens intermediários e de consumo final associados à rede ferroviária que sustenta a circulação de mercadorias e de pessoas entre São Paulo, Rio de Janeiro e das cidades do interior, e ainda a construção de uma rede de rodovias que acompanhavam o modelo das ferrovias são os elementos básicos para a consolidação da rede urbana que se estabeleceu no território.

Para Corrêa (1989: 48), “a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho”. Ainda analisando o mesmo autor (1989: 52),

ao citar Harvey, ele afirma que “a rede urbana é a forma espacial por meio do qual o capitalismo, se dá a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente”.

Outro momento representativo no processo de consolidação da rede urbana brasileira é identificado nos primeiros governos militares, onde ocorreu uma maior interligação entre as principais cidades e o interior do país e com o estímulo ao movimento de pessoas para o Centro-Oeste e para Amazônia, com o intuito de povoar as áreas que, até então, eram ocupadas por índios ou descendentes de imigrantes que foram para lá no século XIX. A ação do Estado e de agentes privados consolidou o papel das cidades já existentes e provocou o surgimento de outros centros importantes na rede urbana.

Em resumo, Corrêa (1989: 70 - 88), defende que para compreender a gênese e a dinâmica da rede urbana é preciso abordar

- a) as condições externas e internas da criação, apropriação e circulação do valor excedente, suas mudanças e as condições presentes; b) os diferentes agentes sociais que participam do processo acima indicado, e o papel mutável de cada um deles; c) o processo de articulação e rearticulação intra e inter-regional; d) a forma inicial da rede urbana e sua funcionalidade, bem como as mudanças verificadas; e) as conseqüências econômicas, sociais e políticas, a cada momento, de modo como a rede urbana funciona.

Desse modo, levando-se em conta o processo histórico de formação da rede urbana brasileira, consideramos como ponto de partida de método, a proposta de periodização de Santos e Silveira para o território brasileiro³ (2001). Podemos, a partir destes agentes, apontar grandes momentos para a transformação do território brasileiro e, assim, situarmos a conformação da rede urbana do sul da Bahia, tendo em vista a evolução de Canavieiras:

³Santos (1993; 1997) salienta que é preciso estabelecer períodos, ou seja, pedaços de tempos, que sejam capazes de assegurar e caracterizar o movimento do todo, possibilitando o entendimento da história da organização do território através dos três grandes momentos denominados por ele (1996: 157–161) como: “o meio natural, caracterizado pelo momento em que o meio era utilizado e generalizado pelo homem sem grandes transformações”. Nesse meio, “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação; o meio técnico, caracterizado pelo período de emergência do espaço mecanizado, onde os objetos que formam o meio, naturais e culturais, são substituídos por objetos técnicos, e o espaço é crescentemente formado do natural e do artificial; e o meio técnico-científico-informacional, que se distingue dos anteriores pelo fato da profunda interação da ciência e da técnica”.

- a) Momento de colonização e transformação do meio natural com a produção de cana de açúcar, entre outras variáveis – surgimento das primeiras cidades e vilarejos-lugarejos (século XVI ao XVIII);
- b) Momento de formação de um meio técnico e de acentuada transformação do espaço com forte dinamismo da urbanização com a economia cacauera (século XIX e início do XX);
- c) Momento de transição do meio Técnico ao meio Técnico Científico (anos 1940 a 1970), com a instalação de novos sistemas de ações (científica e instrumental) e sistemas de objetos (de engenharia e de transporte) que possibilitaram a modernização da produção de cacau;
- d) Consolidação e crise da rede urbana e da cidade no sul da Bahia e difusão do meio técnico-científico-informacional (a partir dos anos 1970), em decorrência da Crise da Lavoura Cacauera, provocando uma refuncionalização tanto da economia urbana, quanto da infra-estrutura utilizada na produção.

Podendo, “a cidade em si ser considerada como um sistema que integra um sistema ou uma rede de cidades cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico” (EGLER, 2001: 28), e por essas aglomerações urbanas manterem e reforçarem laços de interdependência entre si e entre as regiões que elas polarizam dentro de um dado território faz-se necessário pensar de modo especial as pequenas cidades e o seu papel na rede urbana nacional e regional permitindo-nos considerar as especificidades apresentadas pelas mesmas na formação e desenvolvimento urbano do país.

Para Santos (1982),

[...] as pequenas cidades também denominadas cidades locais correspondem a uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações [...] (SANTOS, 1982:71)

Nesse contexto, Santos (1979) afirma que nos países subdesenvolvidos, as redes urbanas encontram-se desdobradas em dois circuitos de produção, distribuição e consumo: o Circuito Superior e o Circuito Inferior. No Circuito Superior, as relações econômicas encontram-se diretamente ligadas à modernização tecnológica, sendo, portanto constituído pelos bancos, comércio e indústrias voltados à exportação, pela indústria moderna vinculada ao mercado interno, pelos serviços modernos e empresas atacadistas e de transportes. Por sua vez, no Circuito Inferior essas relações derivam-se, da citada modernização tecnológica, dirigindo-se aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram com o progresso material. Desse modo, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização ainda muito primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviços compõem a ampla gama do circuito inferior, que atende, sobretudo, às classes pobres.

Apesar de desdobrados, os circuitos da economia urbana possuem nexos comuns, que os articulam, especialmente aqueles relacionados à creditização, ao uso do setor bancário/financeiro para fazer circular o capital produzido em ambos, o que possibilita, segundo Santos (1979), que os dois circuitos interfiram na rede de localidades centrais, estruturando-a, de modo que cada centro atue simultaneamente nos dois circuitos, dispondo de duas áreas de influência.

Mas, considerando as cidades de pequeno porte, a exemplo da cidade de Canavieiras – BA podemos perceber que de fato sobressai o circuito inferior, pois a população mais pobre, por possuir limitada mobilidade espacial, acaba por utilizar os centros locais para atender a sua reduzida demanda.

Deste modo, diante do nosso intuito de realizar uma reflexão a cerca do processo de formação e consolidação da rede urbana baiana e do circuito inferior da economia urbana em municípios de pequeno porte a exemplo de Canavieiras-BA, buscamos analisar especialmente na área escolhida as relações que foram sendo estabelecidas entre as redes de cidades no Sul Bahia, para assim compreendermos como Canavieiras foi sendo inserida nesta rede. Buscamos também analisar não a totalidade as atividades que compõem o circuito inferior, mas atentamos, sobretudo àquelas que mais se desenvolvem no município. Neste sentido, foram realizados diversos trabalhos de campo, aplicação de questionários, entrevistas e visitas a órgãos municipais com o intuito mostrar como este circuito se manifesta no município.

Capítulo 1: A Gênese da Rede Urbana

1.1 A Rede Urbana: Iniciando uma reflexão

No momento em que o processo de urbanização passou a refletir e condicionar as mudanças na sociedade a partir do século XIX, a rede urbana começou a ser formada e ganhou relevância no planejamento econômico e social, tornando-se o meio através do qual a produção, a circulação e o consumo se realizam efetivamente. Desse modo, a crescente rede de comunicações a ela articulada, possibilitou a integração de diferentes regiões estabelecendo uma economia nacional (CORRÊA, 1989).

De acordo com Corrêa (2001: 94), por rede urbana entende-se, em termos genéricos, o “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Sendo, portanto, “um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos^{5/6} entre esses centros”.

A noção de rede ganha um maior destaque a partir do século XX para explicar as formas espaciais disseminadas pelo capitalismo. Nos anos 1970, já não se podia mais desconhecer a relação em rede, que então surge articulada aos diferentes lugares agindo como uma nova forma de organização das sociedades, montando a estrutura das conexões que deram suporte às relações avançadas da produção e do mercado, sendo, portanto esse o momento em que a técnica, a informação e a ciência passaram a dominar as relações de fluxos sobre o território.

⁵ Esse novo processo territorial denominado de espaços de fluxos para Castells (1999) caracteriza-se como uma manifestação espacial predominante de poder e função, no qual através dos diferentes fluxos inseridos em uma rede: fluxos migratórios, de mercadorias, monetários e informacionais pode-se compreender o grau de fluidez que perpassa a sociedade contemporânea. Nesse sentido, cabe citar Dias (2007: 148) afirmando que “os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações – estabelecem a existência de redes. A primeira propriedade das redes é a conectividade – qualidade de conexão -, que tem ou que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexão, lugares de poder e referência [...]”

⁶ Castells (1999), ainda aborda que as sociedades no período contemporâneo, estão vivendo num espaço caracterizado por uma profusão sem precedentes dos fluxos, conhecendo uma economia que o mesmo autor denomina de *global*, e um capitalismo *informacional*, o que leva o autor a reconhecer a sociedade atual como uma *sociedade em rede*.

Nesse sentido, segundo Santos e Silveira (2001), surgiram mudanças importantes na composição técnica do território a partir dos investimentos em infra-estrutura, e na sua composição orgânica graças à cibernética, a biotecnologia, as novas químicas, a informática e a eletrônica que se deu paralelamente com a cientifização do trabalho e da informatização crescente no território. Esse emaranhado técnico presente na sociedade torna as relações cada vez mais complexas, o que justifica o estudo do fenômeno em redes como uma das formas mais adequadas para o entendimento da realidade.

As primeiras discussões sobre as redes urbanas foram embasadas nos estudos clássicos de Walter Christaller (1933) e Losch (1954) sobre as concepções de “lugar central e área de mercado”, em que uma cidade pólo exerce a função de suprir serviços especializados a centros menores do seu entorno, formando uma rede urbana hierarquizada, em que não ocorre complementaridade entre as cidades.

Estamos diante de um mundo cada vez mais técnico, e as discussões acerca do conceito de redes ainda está em processo de construção, no entanto, ao discutirmos o conceito de rede urbana, visando entender o sistema urbano atual influenciado por momentos anteriores de estruturação do espaço, recorreremos às idéias de Michel Rochefort (1998) ao afirmar que a rede urbana regional constitui uma indispensável estrutura técnica da vida regional, permanecendo na mesma base da noção de região.

Até meados do século XIX, cada cidade representava um organismo mais ou menos autônomo que expressa por sua presença e importância a natureza das necessidades de sua região. A cidade era, portanto a unidade de base da geografia urbana: ela se situava num contexto regional e noutros fatores que a delimitavam. A concentração econômica da segunda metade do século XIX forjou, a partir das grandes cidades, uma verdadeira rede urbana regional. Por seus banqueiros, industriais e negociantes, as grandes cidades detiveram então as alavancas de comando de todas as atividades da sua região. A unidade de estrutura da geografia urbana torna-se a rede urbana regional na qual era necessário ressituar cada cidade para interpretá-la validamente. Essa rede constitui também o arcabouço de um novo recorte regional.

Esse triunfo da noção de rede urbana regional foi de curta duração. O século XX desmantelou progressivamente as bases da sua autonomia: os bancos regionais cedem lugar aos bancos nacionais, as empresas industriais abrem suas portas aos capitais exteriores, enquanto uma parte da riqueza regional é investida em outras regiões. Os próprios atacadistas tornam-se intermediários em cadeias de distribuição mais vastas... Para interpretar uma cidade qualquer, já não basta ressitua-la em sua

rede regional; é preciso entender os laços de estrutura que subordinam esta a uma unidade mais vasta, constituída pelo Estado ou pela zona de influência de alguns grandes trustes. A verdadeira unidade de estrutura para uma geografia comparada das cidades tende a ultrapassar o âmbito da rede urbana regional (ROCHEFORT, 1968: 17).

Concordamos com Rochefort que, diante do avanço da ciência e da informação essa definição deve ser repensada considerando as funções que as redes urbanas representam diante das revoluções nos setores de transportes e de comunicação. Desse modo, segundo Santos (1993) as mudanças que o meio técnico foi incorporando ao espaço geográfico quebrou barreiras do tempo e encurtou distâncias, possibilitando, uma flexibilização e complementaridade entre centros de mesmo tamanho com outros maiores.

Nos estudos sobre as dimensões e análises das redes, Corrêa (2001: 107) define a rede urbana como sendo um tipo de rede geográfica, podendo, portanto, ser entendida como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. Para esse autor, há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre.

Redes que se manifestam, sobretudo em uma cada vez mais complexa rede urbana cujos centros são, do ponto de vista funcional, simultaneamente especializados e hierarquizados, focos, portanto, de diversos fluxos (CORRÊA, 2001: 108).

Ainda de acordo com Corrêa (1989) a rede urbana pode ser analisada como um produto de efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que efetivamente introduzem tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos.

O mesmo autor numa proposta teórica mais atual (2001) indica as dimensões de análise das redes: 1ª - A dimensão organizacional que se refere à configuração interna da entidade estruturada em rede, abrangendo os agentes sociais, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e a finalidade da rede, sua existência e sua formalização e organicidade; 2ª - A dimensão temporal que envolve a duração da rede, a dimensão espacial a escala e a 3ª - A dimensão espaço-temporal que articula o espaço e o tempo da rede.

Para Santos (1986: 91) “uma rede urbana exprime, no espaço, o jogo de fatores de diferentes naturezas e de diferentes categorias que se combinam de diversas maneiras no tempo”. Nesse sentido, avaliando o desenvolvimento atual das redes, verificamos que elas estão instaladas diacronicamente sobre o território, ou seja, estão instaladas em diferentes momentos, sendo que muitas já estão presentes na configuração atual e sua substituição ocorre quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica (DIAS, 2005).

Conforme Santos (1993) no momento histórico atual, marcado pela difusão seletiva do meio técnico-científico-informacional, a construção ou reconstrução do espaço se dá em consonância com a ciência, a técnica e a informação, provocando remodelações tanto no meio rural quanto no meio urbano e, em consequência, aparecem mudanças importantes, tais como aportes maciços de investimentos em infra-estrutura e avanços consideráveis na composição orgânica do território, tudo isso acontecendo paralelamente à cientificação do trabalho. Há uma relação importante entre a urbanização brasileira e a difusão do novo meio geográfico que necessita ser investigada.

Assim, a ampliação do meio técnico-científico-informacional, ainda que seletiva, vem possibilitando a expansão das redes de informação, articulando aceleradamente o território brasileiro às diversas regiões do mundo. Verifica-se que nas últimas décadas a rede urbana brasileira foi se tornando mais complexa devido à dispersão das atividades econômicas, conduzindo de um lado um crescimento das cidades milionárias e, de outro, um crescimento mais acelerado das cidades médias e pequenas.

Nesse contexto, buscando compreender as complexidades que envolvem a rede urbana brasileira, buscamos também entender como se constituiu a rede urbana baiana ao longo do tempo, através da periodização que tem como finalidade reconstruir o tempo espacial, ou seja, colocar em evidência momentos diferenciados que caracterizam o processo genético-evolutivo como afirma Santos (1997):

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1997: 09)

1.2 A Estruturação da Rede Urbana Baiana

A expansão marítima impulsionada pelos países da Europa a partir do século XV deu início à chamada “era dos descobrimentos” cujo principal interesse, seja a exploração da costa africana, na ocupação das terras descobertas, ou no roteiro para as Índias, era essencialmente a ampliação dos horizontes comerciais (PRADO JR., 1976).

A chegada dos portugueses em 1.500 ao Brasil, na costa baiana, promoveu uma ação de ocupação por fronteira móvel, em que as subdivisões jurídico-administrativas eram expansíveis de acordo com as ondas de ataque, o que geograficamente repercutiu na conquista do Oeste do Brasil. Na prática, a administração portuguesa colonial, em função dos interesses de auferir recursos e de deter o controle político, definindo a política em relação ao quadro social e econômico, atuou no sentido de criar um protótipo de rede urbana à portuguesa (na verdade uma proto rede urbana) para estabelecer povoações e integrar o território em expansão, devendo-se considerar que a conquista do território brasileiro foi a grande missão a que se destinaram os governadores portugueses e depois, os brasileiros que até os dias atuais buscam integrá-lo (ZORZO, 2001).

No decorrer das primeiras décadas após o descobrimento, a ação portuguesa esteve voltada apenas à organização de expedições para o reconhecimento da área, guarda das terras e extração de produtos com grande valor comercial, em especial o pau-brasil⁷. Nesse processo, as atividades desenvolvidas, pautadas nos princípios mercantilistas, deram significado e importância econômica às várias regiões num espaço que viria a se constituir o território brasileiro ao longo de uma temporalidade necessária a construção dessa natureza humanizada, como consequência da combinação de interesses econômicos, políticos e sociais, integradas a uma escala mundial, na gênese do processo de desenvolvimento do sistema mundo.

⁷ Até por volta do século XVI, o pau-brasil primeiro produto explorado, foi traficado por portugueses e franceses, e sua extração por ocorrer de forma nômade, não produziu um povoamento regular ou estável.

A materialização dos interesses capitalistas ao longo do tempo e do espaço sobre o arcabouço natural brasileiro reserva uma unicidade em que se evidencia a seletividade, importância desprendida a determinadas porções do espaço e a certos produtos demandados no mercado mundial, sendo estes bastante significativos na complexa transformação dos conteúdos naturais em espaços geográficos e na integração desses espaços a uma divisão territorial do trabalho em diferentes escalas, gerando a mobilidade social sobre o espaço e contribuindo para sua efetiva ocupação (ZORZO, 2001).

De acordo com Azevedo (1994: 27) os primeiros embriões das cidades brasileiras surgiram nos 30 primeiros anos do século XVI; - as modestas feitorias estabelecidas no litoral, - serviam como simples pontos de escala das expedições exploradoras enviadas pelo governo português (conhecidas como “cabeças de ponte”), que tinham como objetivo garantir a posse e a defesa da costa, ao mesmo tempo que representavam o papel de entreposto para o incipiente tráfico de pau-brasil e de local de guarda para as naus que demandavam das Índias.

Nesse contexto, Max Fleiuss (citado por Azevedo 1994: 27) considera a importância desses núcleos de povoamento ao afirmar que estes representaram “um esboço dos nossos primeiros núcleos de organização político-administrativa” e ainda reforça que

[...] pouco a pouco, com a arribada de novas naus e novos colonos e a hospitaleira acolhida dos naturais, a feitoria ia convertendo em aldeamento ou povoado, florescia em vila ou cidade, com a construção de casas coloniais, de taipa e pau-a-pique, edifícios públicos (AZEVEDO, 1994: 27).

Mas, era, todavia, “um território caracterizado pelos tempos lentos, onde as diferenciações enraizavam-se na natureza e um tempo humano buscava timidamente ocupar os alvéolos de um tempo “natural”. (SANTOS e SILVEIRA, 2001: 30).

O processo de ocupação das terras brasileiras se deu primeiramente em 1534 com a configuração das Capitânicas Hereditárias (**Figura 1.1**), um sistema de divisão territorial em 15 grandes faixas, administradas por donatários que eram instruídos pela Coroa Portuguesa a criarem vilas dentro dessas faixas. Ligadas a Bahia formaram-se três capitânicas: a Capitania de Todos os Santos, a Capitania de Ilhéus e a Capitania de Porto Seguro, que eram marcadas pelo limite de grandes rios e tinham como sede Salvador, por ter sido a primeira cidade surgida em terras brasileiras, fundada por Tomé de Souza em 1549. Devido à vasta extensão territorial do Brasil, as terras que

continuavam desconhecidas precisavam ser povoadas: - como afirma Tavares (1974: 64), “havia pouca informação a respeito do território recém-descoberto e os limites eram indicados, na maioria das vezes, onde acabarem os de outras terras”. Podemos constatar dessa forma, que a descrição das fronteiras era pouco clara, tornando-se mais complexa à medida que novas repartições iam sendo autorizadas, fossem elas capitânicas, sesmarias, comarcas vilas e termos.

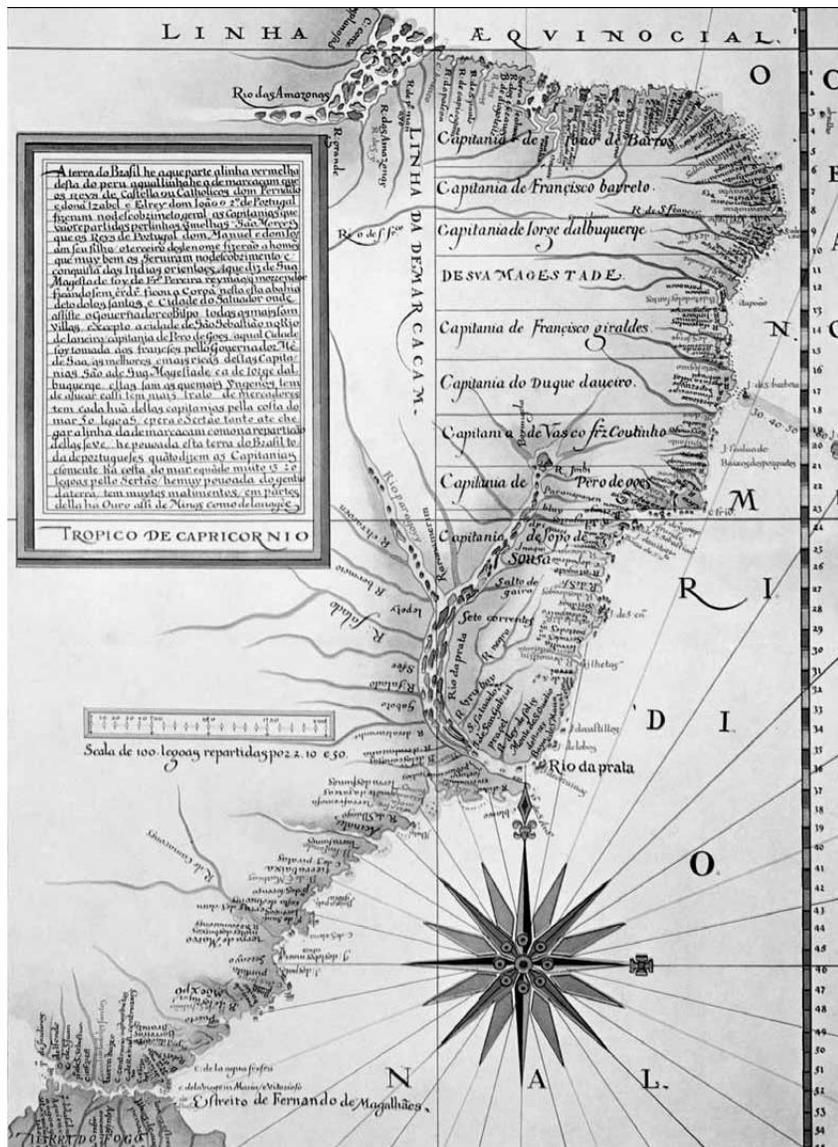


Figura 1.1 – Capitânicas Hereditárias: Século XVI

Fonte: ABRIL CULTURAL. Grandes Personagens da nossa história: mapas históricos brasileiros (s.D)

De acordo com Araújo (2005), os primeiros núcleos urbanos baianos concentraram-se primeiramente na planície litorânea cuja localização e estrutura orientavam-se para defesa do território contra ataques estrangeiros e para o comércio, resultando, a princípio numa vida econômica voltada para o exterior da colônia.

Esse processo de ocupação que foi se estabelecendo no litoral baiano, caracterizou, de acordo com Corrêa (2001) o primeiro padrão espacial da rede urbana brasileira, o padrão dendrítico, caracterizado pela origem colonial, ou seja, “é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu que nasce e estrutura uma rede dendrítica” (CORRÊA, 2001: 43). Nesse padrão de rede, uma cidade litorânea estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia era criada para ser, primeiramente, um ponto de defesa do litoral e, posteriormente, uma via de penetração e conquista do interior, transformando-se, desse modo, na porta de entrada e saída do território.

Podemos assim, nesse modelo de rede, verificar que as cidades de acordo com Santos (1986: 104 - 105) se formaram a partir de um espaço derivado, “cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais”. Dessa forma, esses espaços se organizam e se reorganizam a partir de interesses distantes, ou seja, dependem de parâmetros externos, tomados de empréstimo aos sistemas representativos desses interesses distantes (SANTOS, 1886).

Ainda analisando o padrão de rede dendrítica, devemos considerar as proposições de Isnard (1982), ao referir-se nesse tipo de rede à formação de um espaço alienado, instrumento mais incisivo para se pensar a força do poder exógeno em relação aos lugares.

[...] para designar regiões que devem ao exterior, não só a sua criação e sua integração no mercado mundial, mas ainda a sobrevivência de sua organização, enfim regiões cuja população indígena jamais controla, e que até os próprios poderes públicos dificilmente controlam (ISNARD, 1982: 55).

No período colonial, o elevado número de núcleos urbanos viria a se transformar nas cidades de hoje, onde muitas destas foram consideradas os principais centros urbanos desse período, a exemplo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, fato que nos possibilita verificar o vínculo entre a rede urbana atual às antigas organizações urbanas (GEIGER, 1963).

O processo de urbanização nas áreas litorâneas do Nordeste no período da colonização foi fortemente influenciado pelo sistema de cabotagem, pois era comum muitas cidades situarem-se ao longo dos rios e da costa litorânea, devido a grande importância que estes exerciam na circulação das mercadorias. De acordo com Geiger (1963: 70), “cada porto representa uma região econômica, drenando seus produtos, mantendo relações diretas com as metrópoles européias, sem maiores relações entre si”. Desse modo, “[...] é comum encontrar atualmente, à margem dos cursos de água, uma série de localidades tão estagnadas quanto estagnada se encontra a navegação fluvial” (GEIGER, 1963: 74).

No decorrer do processo de ocupação do território baiano, foi sendo introduzido no Brasil, o cultivo da cana para a produção de açúcar. A cana de açúcar, produto de grande valor comercial na Europa, constituiu o primeiro pilar da economia colonial. Como o clima e o solo brasileiro eram favoráveis a essa produção, possibilitaram por mais de cinquenta anos, até meados do século XVII, que o Brasil se tornasse o maior produtor de açúcar, destacando a Bahia por sua capacidade produtiva no conhecido Ciclo da Cana de Açúcar. Tal produção favoreceu a concentração urbana na costa ou em suas proximidades, tornando-se um importante fator para a fixação do povoamento, como afirma Geiger (1963):

A economia açucareira, além de impulsionar o desenvolvimento dos portos marítimos, deu origem a outras localidades, nos diversos períodos de expansão do cultivo da gramínea. Algumas delas surgem como pontos intermediários no transporte do açúcar, dos engenhos aos portos de exportação. Tanto no Norte como no Sul, de preferência à margem dos cursos de água que fluem pelas planícies litorâneas, aparecem pequenas localidades, nas quais o açúcar era reunido para descer por embarcações, rumo ao porto marítimo (GEIGER, 1963: 73),

A produção açucareira avançou por todo o litoral brasileiro, contudo, foi no Recôncavo Baiano que se mostrou favorável, tornando-se o grande centro produtor da Colônia, e consolidando-se como um dos principais núcleos de povoamento. Conforme Santos (1993), no decorrer de vários séculos, o Brasil era um país essencialmente agrícola, e foi no Recôncavo Baiano e na Zona da Mata Nordestina que se deu o início do processo de urbanização da Bahia, podendo-se dizer que nesse momento, Salvador “comandou a primeira rede urbana das Américas,

formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo” (SANTOS, 1993: 19).

A cultura da cana de açúcar impulsionou a formação de pequenos centros na Zona da Mata Nordestina e no Recôncavo Baiano. Os engenhos, responsáveis pelo sistema de escravidão na região devido técnicas utilizadas na produção do açúcar, iniciaram uma incipiente mecanização do espaço e legaram importância a Salvador e Recife neste período.

A partir desse momento, Salvador começa a esboçar o papel que desempenhará em boa parte de sua história, a de um porto de exportação de produtos agrícolas não consumíveis localmente, bem como o porto de importação de produtos manufaturados. Assim, paulatinamente, Salvador vem juntar à sua primitiva função administrativa e militar, o papel de centro regional, começando a ter um papel verdadeiramente urbano e caracterizando-se como o centro econômico do Recôncavo (SANTOS, 1959b).

Paralelamente, um novo sistema político do território foi utilizado pelos colonizadores portugueses, sendo instituído a partir de 1549 e ficando conhecido como Governo Geral. Esse sistema deveria funcionar simultaneamente com o sistema anterior, sem invalidá-lo. O primeiro governador geral, Tomé de Souza fixou-se em Salvador, cidade criada e traçada para ser a capital da Colônia. Ao assumir o comando da colônia, Tomé de Souza, seguindo as ordens da Coroa Portuguesa, contratou diversas bandeiras para penetrarem no sertão da costa em direção ao centro da Bahia, visando alcançar o vale do Rio São Francisco.

No final do século XVI, além dos pontos de urbanização que sediavam as capitânias, formaram-se outros núcleos fundados em conjunto com a igreja. Esses núcleos de acordo com Deffontaines (1944),

[...] podem ter dado ao Brasil uma rede de partida de pequenas aglomerações, constituindo para o país o que as paróquias forneceram à antiga França, nódulos religiosos, capazes de servir de suporte de um modo de povoamento (DEFFONTAINES, 1944: 143).

Assim, pode-se afirmar que os dois primeiros séculos corresponderam ao período de formação do incipiente sistema urbano baiano composto de capital, vilas e aldeias no litoral.

De acordo com Corrêa (1997), uma rede urbana caracteriza-se a partir da complexidade das interações espaciais, resultante do fato de cada centro desempenhar múltiplas funções. Estas interações espaciais, associadas às funções das cidades, podem se diferenciar ao longo do tempo trazendo mudanças quantitativas e qualitativas ao sistema urbano.

Assim, pode-se reconhecer que outra grande fase do desenvolvimento dos assentamentos baianos corresponde à segunda expansão do sistema colonial português, que ocorreu por volta de 1700 a 1822, sendo essa última data relativa ao término do domínio monárquico português. No final desse período colonial, o sistema urbano baiano se limitava a 28 vilas no litoral e 12 vilas no interior. Evidentemente, havia uma concentração maior das vilas no Recôncavo que, como região de influência, muito se ampliou devido a sua grande área de penetração. Além destes pequenos núcleos que tinham autonomia administrativa, surgiram também pequenos assentamentos rurais que se dispersavam pelo interior da Bahia, cuja importância é considerável para a ampliação futura da rede urbana.

O período de 1700 a 1822 foi de internalização da ocupação espacial no Brasil e na Bahia, com grande busca na direção das minas. A mineração no século XVIII, nas minas de Jacobina e Rio de Contas, à semelhança do que ocorreu em Minas Gerais, resultou num forte controle administrativo das zonas interiores da colônia. Para essa nova área da Chapada Velha (atualmente Chapada Diamantina) rumaram muitas pessoas de diversas partes da Bahia, favorecendo o aparecimento de numerosos povoados que, posteriormente, alcançariam a condição de sede municipal como Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê), Comercial Vila de Lençóis, Andaraí, Palmeiras e Vila Agrícola de Campestre (atual Seabra). O fenômeno da mineração e da internalização da ocupação, segundo Zorzo (2001), fez surgir, no imenso sertão, novos municípios como Minas do Rio de Contas, Maracás e Jequié.

Em consequência desse movimento para o interior, as sedes das antigas fazendas chegaram a constituir povoados. Muitas destas fazendas, localizadas em rotas para o interior, serviram como paradas no meio do caminho, ou seja, tinham o caráter de entreposto (ZORZO, 2001: 39).

Jacobina, Salvador, Ilhéus e Porto Seguro formaram as quatro células geradoras dos municípios da Bahia. Desse modo, nasceram várias das outras futuras cidades da incipiente rede, como cidades-entrepósitos, a exemplo das cidades que uniam o Sul do Recôncavo com o sertão da Ressaca, do outro lado do Rio de Contas; contavam com pontos de parada Matuípe, Areia, Santa Inês, Jaguaquara e Jequié. Esses entrepostos produziram na rede urbana baiana os componentes da futura matriz do sistema urbano moderno, pois tendiam a constituir-se em assentamentos de população de lavradores, tanto como dormitório e serviço de apoio, como na organização das tarefas dos viajantes.

Segundo Porto (2003), a constituição da rede urbana baiana foi, a princípio, caracterizada por uma polarização de Salvador que exercia a função de entreposto comercial das mercadorias produzidas em outras regiões da Bahia e em outros estados vizinhos e que se destinavam a outros estados e outros países e, ao mesmo tempo, das mercadorias que eram produzidas fora do Estado e destinavam-se ao consumo neste território.

As cidades litorâneas e as cidades do interior exerciam o papel de mercado consumidor ou centro produtor e entreposto secundário dos fluxos sociais e econômicos no estado, formando uma rede urbana que dava suporte à economia local. Esse papel desempenhado pelas cidades que davam suporte a produção agro-exportadora, exigia a configuração das mesmas com um porte eminentemente comercial, notadamente com uma vida desenvolvida em torno de portos de atração, marítimos ou fluviais, a exemplo das cidades do Recôncavo e dos seus arredores (Salvador, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Valença e Camamu, e até Ilhéus) e das cidades do litoral sul do estado (Belmonte, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa).

A rede de cidades desenha, portanto, uma nova forma de controle do território, articulando o domínio administrativo, facilitando a divisão do trabalho, organizando o comércio que tributa o fluxo dos negócios, fixando um enorme contingente de famílias e dependentes em lugares-chaves, e permitindo a fiscalização das atividades estratégicas.

Uma nova fase da formação da rede urbana da Bahia ocorreu entre a Independência e a Primeira República. O aparecimento de novos núcleos urbanos, nessa fase, se deu com o surgimento da rede ferroviária que possibilitou uma mudança considerável na lógica política e na lógica econômica da composição da rede urbana na Bahia. É o momento que Santos e Silveira (2001) retratam como sendo o da mecanização do território brasileiro.

É o período de desmembramento nas regiões mais ocupadas, mais precisamente as do litoral e do Recôncavo. De Salvador, a ferrovia alcançava Juazeiro via Senhor do Bonfim, seguindo para Iaçú, localizada às margens do Rio Paraguaçu, no entroncamento para Cachoeira ao leste, e Monte Azul, em Minas Gerais, ao sul. Ao longo da ferrovia formaram-se as cidades de Alagoinhas, Entre Rios, Serrinha, Queimadas, Santaluz, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Jacobina Brumado, Santo Amaro, Cachoeira e São Félix (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001).

Segundo Zorzo (2001), em 1827, havia 41 municípios na Bahia, sendo que 31 deles estavam próximos ao litoral e ao Recôncavo. O sertão contava com apenas 10 municípios, exibindo enorme desocupação. No processo de interiorização do sertão, surgiram muitos municípios que não eram oriundos de desmembramentos, e sim de ocupação de novas áreas.

Nesse mesmo período, a Bahia já apresentava praticamente os limites geográficos que tem hoje, atingindo uma nova área, a margem esquerda do Rio São Francisco até o Caririnha. A criação de gado avançou ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes, possibilitando assim a formação de novos núcleos.

As sedes das fazendas pecuárias [...] localizadas ao longo das rotas das boiadas e das tropas, nos entroncamentos de estradas, nos transbordos dos rios ou justapostos a uma capela construída pelos proprietários. Estes sítios por apresentarem vantagens locais costumam atrair populações inicialmente para a troca de produtos (feiras semanais). Ao longo do tempo, entretanto, as populações começaram a se assentar pela força de núcleos com tendências a evoluir para vilas e cidades (LEÃO, 1989: 84).

Seguindo o Rio Corrente foram criadas Correntina, Santa Maria da Vitória e Santana; acompanhando o Rio Grande criaram-se Campo Largo (atual Cotegipe), Santana do Angical e Barreiras, no Rio Preto, Santa Rita do Rio Preto. As vilas eram derivadas de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra), sendo que muitas delas desempenharam importante papel como cidades fluviais.

Entre 1881 e 1888, a descoberta de diamantes às margens do Rio Salobro na Imperial Vila de Canavieiras no litoral sul baiano provocou o deslocamento de inúmeros garimpeiros para essa região, mas devido à pequena duração da atividade diamantífera, esse movimento pouco

influenciou na implantação de núcleos de povoamento, diferentemente do que ocorreu na Chapada Diamantina (AGUIAR, 1979).

Na fase de 1889, ano da Proclamação da República, no estado da Bahia formaram-se 98 municípios. Com a evolução da ocupação do território, no final do século XIX, o estado da Bahia estava constituído por 121 municípios, sendo que 23 destes passaram a existir a partir de 1889. A partir de 1940 novos municípios foram criados no estado, totalizando nesse período 164 municípios (**Figura 1.2**).

Apesar do expressivo processo de transformação do território baiano com o surgimento de inúmeros municípios, em 1940 a configuração do litoral não apresentava muitas mudanças. A comunicação ainda se dava por vias marítimas e, secundariamente, por rios navegáveis que faziam a ligação ao interior, onde estava parte da população que vivia da agricultura de subsistência e da exploração de madeira. Já no interior, no sertão, a ocupação se distribuía na Chapada Diamantina e seguindo o percurso do Rio São Francisco e dos seus principais afluentes, mas ainda destacavam-se alguns vazios demográficos entre a estrada de ferro a oeste e a faixa litorânea, a leste, com exceção de Vitória da Conquista, Porções, Jequié e Maracás.

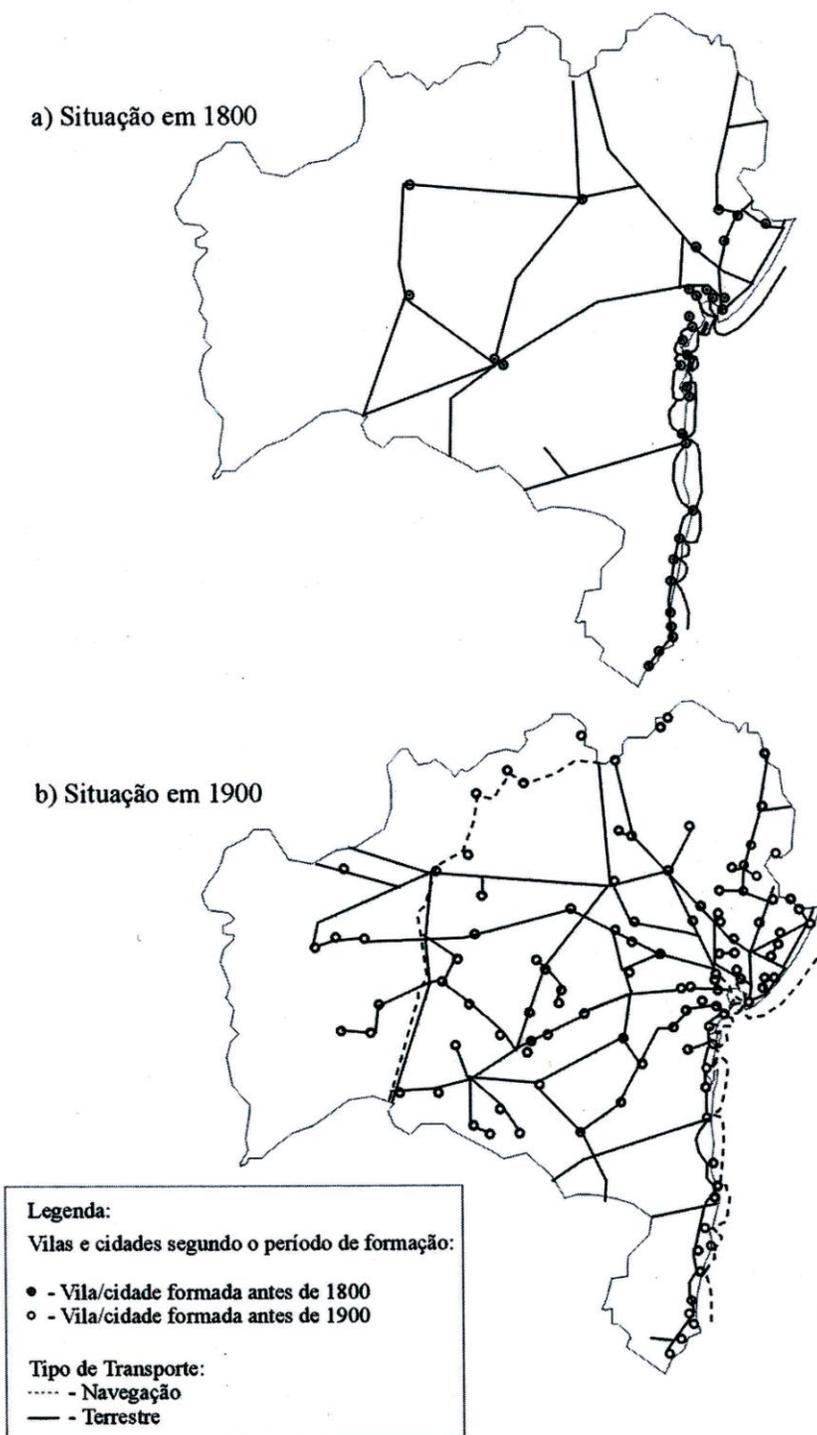


Figura 1.2 - Crescimento da Rede Urbana da Bahia (1800 – 1900)

Fonte: 1) LEÃO, Sonia de Oliveira. **Urbanização e Metropolização no Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. 2) CEI - Centro de Estatística e Informação. Estado da Bahia. Divisão Político-Administrativa. 1994. Mapa.

Desde o século XIX, a acessibilidade ao interior do estado da Bahia e sua vinculação com outros estados do Brasil eram fatores estratégicos para o desenvolvimento das atividades comerciais. Tanto o Governo da Bahia quanto particulares se voltaram para abrir estradas, inicialmente com ferrovias e posteriormente com rodovias, o que, a partir da década de 1930, “se transformaria na única alternativa considerada para os transportes” (FREITAS, 2000: 36).

Cresciam as cidades localizadas ao longo do novo eixo de ligação rodoviária e de crescimento entre a Região Nordeste e a Região Centro-Sul do Brasil, que serviam como passagem da mão-de-obra do Nordeste para trabalhar nas indústrias do Centro-Sul e, ao mesmo tempo, como trajeto de escoamento das mercadorias produzidas na área recém-industrializada do Sudeste para serem consumidas no mercado nordestino.

De acordo com Porto (2003: 16) pode-se dizer que, até o início do século XX, havia três grandes macrorregiões econômicas no estado da Bahia:

1ª - A Região do Recôncavo, relativamente forte, mas, em fase de esgotamento na produção de cana de açúcar, tabaco, etc., apresentando uma série de indústrias articuladas em cadeias, cujo processo de consolidação foi abortado no final do século XIX (OHLWEILER, 1986);

2ª - A Região que se inicia em Valença, passando por Camamu, Itacaré, Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro e chegando até Mucuri. Nessa região se desenvolviam as plantações de cacau, em superação as culturas da mandioca e do café, da produção de aguardente e de farinha e da extração de madeira (Porto et al., 1995). Nessa macrorregião econômica havia uma forte concentração da produção no entorno de Ilhéus, com uma clara tendência à interiorização na direção de Itabuna e de outras cidades que se consolidaram a partir dos primeiros vinte anos do século passado (PORTO ET AL., 1992);

3ª - As distintas microrregiões tênues, dispersamente localizadas no interior do Estado e com maior concentração no entorno das cidades de Vitória da Conquista, Caetité, Lençóis, Jacobina, Barra e Juazeiro, voltadas principalmente, para a cultura da pecuária, mineração e plantações de subsistência, em pequenos aglomerados que serviram de suporte para a passagem das boiadas (RIBEIRO, 1997).

Conforme Santos e Silveira (2001), entre o início do século XX e a década de 1940 o país vive uma fase de transição entre os períodos anteriores, herança da época colonial pré-mecânica, e a verdadeira integração nacional.

Este período de transição teve, regionalmente, expressão e duração diferentes... É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo [...] (SANTOS E SILVEIRA, 2001: 36-37)

Neste contexto, entre 1940 e 1960, a interiorização da população e a ocupação de novas áreas levaram ao aumento no número de centros urbanos de pequeno e médio portes e, conseqüentemente, de sua população - período que coincide com a consolidação da rede de cidades baianas. A intensificação do processo migratório no estado se deu em consonância com o estabelecimento da indústria de bens intermediários na Bahia, no período de 1950 a 1970. Neste contexto, as transferências de população deixaram de ser, predominantemente, do tipo campo-cidade (que marcaram o período anterior) intensificando-se ao tipo cidade-cidade.

Tal cenário propiciou uma (re)configuração da rede urbana do estado, a qual, até a década de cinqüenta, possuía núcleos urbanos com papéis definidos por um perfil econômico, associado aos ciclos agrícolas tradicionais, em função da distribuição regional de suas atividades (originados no século XVIII), com destaque para as culturas de açúcar, fumo, mandioca, cacau e criação de gado.

Com as transformações observadas na organização e distribuição espacial das atividades econômicas da Bahia, sobretudo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, visando a ações estratégicas que viabilizassem o desenvolvimento econômico, os centros urbanos passaram a acompanhar uma nova lógica de produção capitalista, reflexo, inicial, da industrialização e, mais tarde, da exacerbação da globalização e das novas formas de articulação entre os espaços que se fizeram necessárias.

Os processos de urbanização e industrialização impuseram a expansão e reformulação da rede de cidades na Bahia, na qual a articulação territorial se consolidou como requisito essencial na elaboração de medidas e planos estratégicos que otimizassem a dinâmica dos fluxos

socioeconômicos dos centros urbanos, possibilitando a ampliação e qualificação da oferta de equipamentos e serviços, por exemplo.

Desse modo, as alterações no perfil da economia do estado, observadas a partir dos anos 1950, com a implantação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), seguida da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e a introdução do Estado na área de cultivo de grãos definida pelo Governo Federal, além da implantação da agricultura irrigada para exportação, ocorreram em paralelo a mudanças no padrão migratório, alterações no volume, intensidade e direcionamento dos fluxos de população. Esses processos associados possibilitaram o maior dinamismo na rede de cidades baianas.

Conforme o estudo da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - (1997), redefinidas as funções das cidades, a partir das dinâmicas socioeconômicas que se impuseram à Bahia, verifica-se a formação de uma rede “principal”, composta por Camaçari, Salvador (Região Metropolitana de Salvador), Alagoinhas (Litoral Norte), Ilhéus, Itabuna (Litoral Sul), Paulo Afonso (Nordeste), Feira de Santana (Paraguaçu), Vitória da Conquista (Sudoeste), Juazeiro (Baixo Médio São Francisco) e Barreiras (Oeste) e de uma rede “secundária”, constituída por Cruz das Almas, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus (Recôncavo Sul), Valença (Litoral Sul), Eunápolis, Itamaraju, Porto Seguro, Teixeira de Freitas (Extremo Sul), Serrinha (Nordeste), Itaberaba (Paraguaçu), Itapetinga, Jequié (Sudoeste), Jacobina, Senhor do Bonfim (Piemonte da Diamantina), Irecê (Irecê), Brumado, Guanambi (Serra Geral) e Bom Jesus da Lapa (Médio São Francisco).

Essa nova configuração da rede urbana baiana vem contando com transformações significativas, tanto nos fluxos econômicos quanto nos migratórios, nas últimas décadas. Tais transformações têm ocasionado mudanças nas perspectivas econômicas e conseqüentemente, no fenômeno migratório, não apenas da rede “principal” e “secundária” das cidades baianas, mas na dinâmica do estado da Bahia.

A rede de cidades principais do estado da Bahia (**Figura 1.3**) concentra fluxos econômicos e sociais que dão suporte ao desenvolvimento atual do Estado, exercendo essas cidades o papel de centros de apoio às atividades de serviços, comércio, educação, saúde, cultura, movimentos sociais criativos e outros, o que permite classificá-las como cidades-elo, elementos de integração dos pequenos centros urbanos e de produção agrícola com outras regiões de dentro e de fora do estado da Bahia.

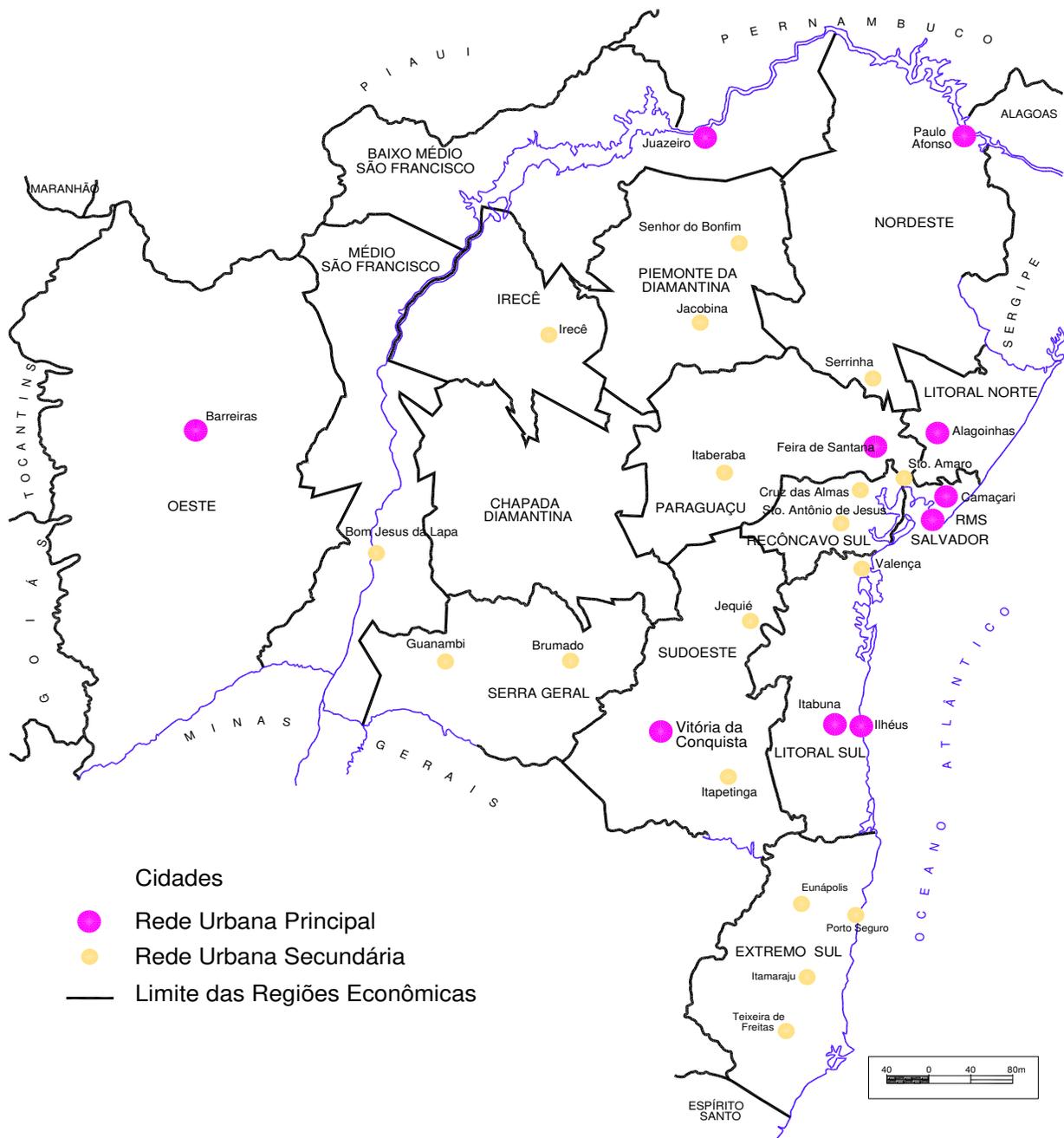


Figura 1.3 – Localização das Cidades pertencentes à Rede Urbana “Principal” e “Secundária” da Bahia

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Elaboração: CADS, 2012.

Considerando os municípios que englobam as cidades integrantes das redes “principal” e “secundária” baiana, pode-se dizer que estes vêm concentrando, ao longo dos últimos anos, os maiores percentuais de população, investimentos e fluxos estaduais. É importante destacar a relevância atribuída a esses municípios, tanto pelo crescimento e/ou fortalecimento de alguns dos seus setores (indústria, comércio, agricultura, pecuária, turismo) para a economia baiana, como pela modernização desses espaços, resultante da expansão seletiva do meio técnico científico informacional, em que estes, mesmo imbuídos de funções centralizantes, acabam articulando-se entre si e com outras regiões, propiciando uma complementaridade e uma interconexão entre seus centros, que somada a uma infra-estrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicação, informática) resulta na configuração dos sistemas urbanos.

As forças de modernização são extremamente seletivas tanto quanto à forma como quanto pelos efeitos. As variáveis modernas não se difundem homoganeamente através do espaço operacional, alterando-se a importância de cada uma delas. Esta mudança de forças produz instabilidade na organização espacial, com freqüentes desequilíbrios e reajustamentos (SANTOS, 1979: 125).

Nesta perspectiva, a formação e a (re)configuração das redes de cidades do Brasil, em particular a baiana, possibilitam compreender as transformações espaciais ocorridas no estado nos últimos anos, cujos reflexos são notados em vários aspectos, tais como o econômico, o demográfico e o político. Contudo, em decorrência das desigualdades na organização do espaço, resultantes da própria dinâmica capitalista, é que se tem a rede “secundária” de cidades exercendo funções complementares, e, também, de destaque no cenário baiano.

1.3 As Regiões de Influência das Cidades (Regic 2007)⁸ e a Dinâmica Atual da Rede Urbana Baiana

Partindo de um arcabouço teórico-metodológico próprio, o estudo da Regic utiliza as principais concepções de alguns estudiosos dos sistemas urbanos, redes urbanas e hierarquias urbanas, para assim desenvolver a pesquisa.

O aporte teórico utilizado no estudo da Regic 2007 foi desenvolvido através dos estudos de Offner (2000), onde foram destacadas as suas contribuições no que diz respeito aos dois tipos de sistemas urbanos que podem ser observados no Brasil: o de localidades centrais, com regiões formadas em torno dos centros e o reticular, em que uma cidade funciona como nó de uma rede mundial. Foram utilizadas também as contribuições de Camagni e Salone (1993), com o intuito de dar continuidade às discussões iniciadas por Christaller e Losch sobre a Teoria das Localidades Centrais.

Através dos seus estudos, Camagni e Salone propõem uma visão de rede de cidades definida por um sistema de relações horizontais e não hierarquizadas, ou seja, não só os centros urbanos menores precisam estabelecer relações com os centros mais desenvolvidos, deve haver também uma relação entre esses centros urbanos mais desenvolvidos com os menores a fim de que determinadas cadeias produtivas ou circuitos espaciais de produção sejam completados.

No decorrer da pesquisa, os estudos de Veltz (1996) também foram utilizados visando avaliar em que medida, e onde, as relações entre os centros mantêm o padrão hierárquico característico das estruturas de localidades centrais, ou, por sua vez, tendem a fortalecer as relações de horizontalidade entre os centros de mesmo nível. Nesse sentido, no processo de conformação da rede urbana baiana os estudos apontaram a coexistência de redes hierárquicas e não hierárquicas.

⁸ Com o intuito de dar continuidade às pesquisas sobre a evolução da rede urbana brasileira, permitindo comparações intertemporais, foi publicado em 2007 o estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades – Regic 2007. Tal estudo contribuiu para a compreensão das diferentes formas de organização espacial da sociedade brasileira ao longo de 40 anos, bem como possibilitou um maior entendimento a cerca do processo de estruturação e (re)estruturação da rede urbana do estado da Bahia.

Já no que diz respeito ao aporte metodológico da pesquisa desenvolvida pela Regic 2007, a gestão do território é o prisma pelo qual se deve analisar a importância dos centros urbanos, que, em última instância, é quem definiria suas áreas de influência. Desse modo, a Regic 2007 toma como base conceitual sobre os centros de gestão do território os estudos de Corrêa (1995) que identifica esses centros nas cidades onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado, e de outro, as sedes das empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas.

As etapas desenvolvidas na metodologia da pesquisa foram:

- a) Classificação dos principais centros urbanos. Nesta etapa, os centros de maior importância foram classificados de acordo com a função de gestão do território, onde foram avaliados os níveis de centralidade da gestão pública federal; os níveis de centralidade da gestão empresarial e a presença de diferentes equipamentos e serviços.
- b) Delimitação das áreas de atuação dos centros, ou das regiões de influência. Nesse momento, a pesquisa tratou de estabelecer as ligações entre as cidades para, assim, delinear as regiões de influência dos centros de gestão do território e a conformação das redes no espaço brasileiro. Para tanto, foi considerada a análise de três eixos: a gestão pública, a gestão empresarial e a prestação de serviços de saúde.
- c) Hierarquização dos centros e suas redes de influência. Nesta última etapa da metodologia, os elementos considerados para estabelecer a hierarquia foram: (I) a classificação dos centros de gestão do território aos quais os centros urbanos se relacionavam; (II) o porte populacional da região de influência para cada centro urbano classificado; (III) a partir da frequência de menções ao centro urbano no questionário aplicado pelos técnicos do IBGE, a intensidade do relacionamento (calculado com o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado).

E por fim, como resultado dos procedimentos metodológicos utilizados pela Regic 2007, a hierarquização dos centros e suas redes de influência foi expressa segundo a definição de cinco grandes níveis de centros urbanos e alguns subníveis.

Através dos estudos da Regic 2007, foram identificados os principais centros urbanos brasileiros, suas regiões de influência e, por fim, a rede urbana brasileira e sua hierarquia. Nesse sentido, de acordo com o IBGE (2008) este estudo pretende subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como promover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem.

Embora os estudos da Regic 2007 sejam importantes para o processo de compreensão da rede urbana brasileira, se faz necessário analisar também outros estudos sobre a dinâmica urbana em escala regional.

De acordo com Silva e Rocha (2003) as cidades baianas encontram-se distribuídas por classes de habitantes, onde considera-se, por critério quantitativo, o grupo de população entre 100 mil e 500 mil habitantes como sendo de cidades médias, a exemplo de Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Alagoinhas, Jequié, Juazeiro, Vitória da Conquista, Camaçari e Lauro de Freitas.

Um outro estudo desenvolvido por Edgard Porto e publicado pela SEI (1997; 2003) visando também identificar a rede urbana baiana, chama a atenção para a relação estabelecida entre produção e território e como essa relação age sobre o porte, a economia, a estrutura e, principalmente, sobre a função das cidades. De acordo com esse autor, as cidades baianas encontram-se classificadas em dois níveis hierárquicos: a Rede Urbana Principal, composta por 10 cidades (Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras) e a Rede Urbana Secundária, formada por 18 cidades (Jequié, Santo Antônio de Jesus, Guanambi, Jacobina, Texeira de Freitas, Eunápolis, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Santo Amaro, Valença, Porto Seguro, Serrinha, Cruz das Almas, Brumado, Irecê, Itamaraju, Bom Jesus da Lapa e Itaberaba).

Apesar das diferentes abordagens identificadas nos estudos regionais de Silva e Rocha (2003) e de Edgard Porto (1997; 2003), observa-se que ambas apresentam afinidades quanto à identificação das principais cidades que estruturam a rede urbana baiana, revelando que as cidades mais importantes da rede, estão localizadas historicamente ao longo do litoral baiano e,

mais recentemente, nos extremos do território do estado, devido o processo de intensificação da modernização agrícola nessas áreas.

Ainda buscando identificar os principais centros urbanos da Bahia e compreender como eles polarizam as cidades mais próximas, outros estudos estão sendo realizados através dos Programas de Desenvolvimento Regionais Sustentáveis (PDRS). Esses estudos ocorreram entre 1993 e 2007 podendo ser definidos como abordagens voltadas ao desenvolvimento regional em longo prazo, fundamentado no paradigma da sustentabilidade e a base espacial de planejamento estabelecida para tal estudo foi a denominada Regiões Econômicas do Estado da Bahia (15 regiões).

Mas, para compreender a situação da rede urbana baiana na Regic 2007, é necessário considerar o contexto nacional, analisando a hierarquização expressa pelo próprio Regic 2007 (**Quadro 1.1**). A partir dessa hierarquização, podemos observar a rede de influência de São Paulo com 20 capitais regionais como uma grande líder no comando das redes do país seguida de Porto Alegre, que lidera 10 capitais regionais. Ainda segundo o Regic 2007 existem no país 199 cidades classificadas como sub-centros regionais, destas São Paulo lidera cerca de 33 cidades na sua rede de influência, seguido de Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza.

Hierarquia	Subdivisão	Cidades
Metrópoles (12 cidades)	Grande Metrópole Nacional	São Paulo
	Metrópoles Nacionais	Rio de Janeiro e Brasília
	Metrópoles	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre
Capitais Regionais (70 cidades)	Capitais Regionais A (11 cidades)	São Luiz, Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Vitória, Campinas, Florianópolis, Campo Grande, Cuiabá
	Capitais Regionais B (20 cidades)	Na Bahia são 4: Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista
	Capitais Regionais C (39 cidades)	Na Bahia são 2: Barreiras e Juazeiro (juntamente com Petrolina/ PE)
Centros Sub-Regionais (169 cidades)	Centro Sub-Regional A (85 cidades)	Na Bahia são 7: Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antonio de Jesus, Guanambi, Teixeira de Freitas
	Centro Sub-Regional B (79 cidades)	Na Bahia são 9: Alagoinhas, Cruz das Almas, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Valença, Senhor do Bonfim, Eunápolis, Brumado, Bom Jesus da Lapa
Centros de Zona (556 cidades)	Centro de Zona A (192 cidades)	Na Bahia são 12: Seabra, Xique-Xique, Ipiaú, Porto Seguro, Conceição do Coité, Serrinha, Camacan, Itamaraju, Itapetinga, Caetité, Macaúbas, Santa Maria da Vitória
	Centro de Zona B (364 cidades)	Na Bahia são 20: Ibotirama, Boquira, Santana, Barra, Serra Dourada, Capim Grosso, Nazaré, Rio Real, Euclides da Cunha, Gandu, Jaguaquara, Amargosa, Riachão do Jacuípe, Valente, Ibicaraí, Poções, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Caculé, Cícero Dantas
Centros locais (4.473 cidades)	Sem hierarquização	Na Bahia são 167 centros locais

Quadro 1.1 – Hierarquização dos Centros Urbanos segundo a Regic 2007

Fonte: IBGE, 2008.

No que diz respeito aos centros de zona, foram identificadas 666 cidades. Mais uma vez, se destaca a liderança das redes de São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza. Ainda nesse contexto, pode-se observar que a rede de influência de Salvador (**Tabela 1.1**) ocupa a oitava colocação do ranking nacional dos centros de zona. As metrópoles nordestinas Fortaleza, Recife e Salvador totalizam sob seus comandos 1.613 municípios, onde vivem aproximadamente 56 milhões de habitantes. Vale ressaltar que o comando da rede de influência de Fortaleza fica atrás apenas das redes de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Redes de Primeiro Nível	Dimensão					
	Nº de Capitais Regionais	Nº de Centros sub-regionais Regionais	Nº de Centros de Zonas	Nº de Municípios	População estimada (2007)	Área (Km ²)
São Paulo	20	33	124	1.028	51.587.582	2.279.108
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20.750.595	137.812
Brasília	4	10	44	298	9.680.621	1.706.734
Manaus	1	2	4	72	3.480.028	1.617.428
Belém	3	11	10	161	7.686.082	1.389.659
Fortaleza	7	21	86	786	20.537.035	792.411
Recife	8	18	54	666	18.875.595	306.882
Salvador	6	16	41	486	16.335.288	589.230
Belo Horizonte	8	15	77	698	16.745.821	483.730
Curitiba	9	28	67	666	16.178.968	295.024
Porto Alegre	10	24	89	733	15.302.496	349.317
Goiânia	2	6	45	363	6.408.542	835.783

Tabela 1.1 – Dimensão das Redes Urbanas de Primeiro Nível

Fonte: IBGE,2008.

Considerando a rede urbana nordestina, a rede de influência de Salvador constituída por 486 municípios posiciona-se logo atrás de Fortaleza e Recife, possuindo em sua mais alta hierarquia (**Quadro 1.2**) apenas a Capital Regional A, a cidade de Aracaju, diferentemente da rede de influência de Recife, que possui três centros urbanos como capitais regionais A: Natal, João Pessoa e Maceió.

Hierarquização	Municípios
Capital Regional A	Aracaju (SE).
Capitais Regionais B	Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (BA).
Capitais Regionais C	Petrolina (PE)-Juazeiro (BA) e Barreiras (BA).
Centros Sub-regionais A	Guanambi, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas (BA).
Centros Sub-regionais B	Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Cruz das Almas, Eunápolis, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Valença (BA) e Itabaiana (SE).
Centros de Zona A	Caetitê, Camacan, Conceição do Coité, Ipiauí, Itapetinga, Macaúbas, Porto Seguro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Serrinha e Xique-Xique (BA), Ouricuri (PE), Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá (SE).
Centros de Zona B	Amargosa, Barra, Boquira, Caculé, Capim Grosso, Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Gandu, Ibicarai, Ibotirama, Jaguaquara, Livramento de Nossa Senhora, Nazaré, Paramirim, Poções, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Santana, Serra Dourada e Valente (BA), Belém de São Francisco (PE), Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores (SE) e Pedra Azul (MG).

Quadro 1.2 – Municípios da Rede de Influência de Salvador
Fonte: IBGE, 2008.

Estão sob a liderança direta da rede de influência de Salvador: Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista. A rede Feira de Santana conta com 47 municípios em sua área de influência, sendo os principais Conceição do Coité e Serrinha. Já a rede do bipolo Ilhéus-Itabuna possui 53 municípios, e os mais significativos são Eunapólis e Porto Seguro, e a rede de Vitória da Conquista, maior das três, possui 97 municípios, e os mais representativos são Guanambi, Bom Jesus da Lapa e Brumado (IBGE, 2008).

Na rede de Vitória da Conquista, as 14 cidades sob sua influência estão distribuídas em quatro níveis de hierarquia urbana, ao passo que a rede de Feira de Santana possui apenas cinco cidades classificadas como Centro de Zona A e B. Já os seis municípios da rede de Ilhéus-Itabuna estão divididos em três níveis hierárquicos. Desse modo, de acordo com a metodologia desenvolvida pela Regic 2007, verifica-se que Vitória da Conquista, mesmo tendo uma população menor que a população da cidade de Feira de Santana, tornou-se a segunda cidade mais importante do estado da Bahia e sua rede de influência apresenta a configuração mais adequada a hierarquia proposta pelo IBGE. Nessa rede, existem outros centros urbanos menores dotados de órgãos públicos, bens e serviços que dão suporte às atividades econômicas da região.

Observando mais amplamente as informações da Regic 2007, podemos verificar uma nova situação no que diz respeito à rede urbana baiana, a penetração da rede de Recife, Brasília e Rio do Janeiro no território baiano. Na porção oeste do estado, onde está localizada a agricultura moderna especializada em grãos, a rede urbana de Brasília exerce grande influência regional. Estão sob sua influência direta as cidades de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Macaúbas, Santa Maria da Vitória, Barra, Boquira, Ibotirama, Santana e Serra Dourada.

Verifica-se também que a região do extremo sul baiano, região marcada por atividades econômicas dinâmicas (turismo, indústria de celulose, pecuária e fruticultura) é fortemente influenciada pela rede urbana do Rio de Janeiro nas cidades de Teixeira de Freitas e Itamaraju. Já a rede de Recife irradia sua influência no território baiano ao longo do limite norte do estado, mais especificamente a partir da região de Juazeiro- Petrolina, e polariza cidades até aproximadamente a região de Senhor do Bonfim.

Nesse contexto, considerando os quatro estudos do IBGE publicados ao longo dos últimos 40 anos, no que diz respeito à evolução hierárquica das cidades baianas, pode-se perceber que houve uma lenta modificação na estruturação da rede de cidades da Bahia, e Salvador manteve-se na posição de Metrópole em todos os estudos realizados, estendendo sua influência ao estado de Sergipe.

1.4 Conformação da Rede Urbana no Sul da Bahia: O Município de Canavieiras-BA

O processo de ocupação da região sul da Bahia iniciou-se paralelamente ao processo de colonização das terras brasileiras no século XVI (ROCHA, 2008). As atividades extrativas eram características de um período em que o espaço brasileiro era visto com desconfiança, devido à insegurança quanto à garantia lucrativa que possibilitaria uma efetiva ocupação populacional, desse modo, essas atividades marcaram o início da exploração econômica da costa brasileira, mais precisamente da costa sul baiana.

A necessidade da criação de entrepostos comerciais, que lhes servisse de ponto excretor dos recursos vegetais extraídos, contribuiu para a fixação de equipamentos que seriam ainda mais impregnantes à paisagem, a partir da metade do século XVII, com a implantação da lavoura canavieira, condicionando a formação dos primeiros povoados ligados a uma dinâmica que proporcionou intensificação das forças produtivas internas conectadas às demandas externas do espaço de produção.

Ao longo do período colonial e no início do século XIX, o que viria a ser a Região Cacaueira⁹ da Bahia produzia madeira, aguardente, açúcar e produtos alimentícios, principalmente mandioca. Boa parte do que ali era produzido era consumido em Salvador, mas uma pequena parte era exportada para a Europa. (MAHONY, 2007: 738).

A partir do território de Ilhéus a região sul baiana foi sendo ocupada com a substituição dos espaços naturais pela lavoura canavieira, atividade que determinou o ritmo de imigração, regida pela perspectiva de elevada lucratividade e a condição de centro principal da Capitania demarcada nessa porção do território colonial.

⁹ Segundo Chiapetti (2009: 01), a Região Cacaueira da Bahia está localizada na Mesorregião Sul Baiano ou Região Sul da Bahia, a qual, atualmente, é subdividida em 3 microrregiões: Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, totalizando 70 municípios. A denominação popular “Região Cacaueira” remete à relevância da atividade cacaueira no passado e ao conteúdo simbólico, que historicamente definiram esta região. Na última divisão regional da Bahia, elaborada pelo IBGE em 1989, foi substituída a designação Microrregião Cacaueira pela denominação Microrregião Geográfica Ilhéus-Itabuna, a qual abrange 41 municípios, praticamente os mesmos da “antiga” Microrregião Cacaueira. Tal regionalização se baseou, não mais apenas na produção de cacau propriamente, mas levou em consideração também a distribuição e consumo da produção.

De acordo com Furtado (1977), fatores de ordem mercadológica como a concorrência com o açúcar antilhano e a elevação dos valores da mão-de-obra escrava, em meados do século XVII, associados à importância dada ao recém ouro encontrado nas regiões das minas e o conseqüente refluxo populacional da região sul baiana, foram decisivos para a redução do número de engenhos em funcionamento em Ilhéus.

Diante da sucessão de crises ocorridas na produção de cana de açúcar a partir da metade do século XVII na colônia brasileira, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus entra em declínio, chegando em 1724 com um engenho somente em funcionamento (SCHWARTZ, 1988). Conseqüentemente, foi sendo introduzido no Sul da Bahia, o cultivo do cacau, produto que, inicialmente, não era considerado comercialmente atrativo, por não apresentar uma boa adaptação às terras baianas e por necessitar de um período de quatro a oito anos para a produção dos primeiros frutos. Neste contexto, de acordo com Freitas e Paraíso (2001) o plantio do cacau não passava de uma atividade marginal, exercido no fundo dos quintais e nas margens próximas aos rios.

No momento, em que cultura canavieira entra em decadência, não apenas na Capitania, mas em todo território, inicia-se na primeira década de 1.700 o processo de colonização de Canavieiras-BA, com a chegada dos portugueses que introduziram o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, arroz e coco nas margens do Rio Pardo, por reunir condições favoráveis para o processo de ocupação do território (FILHO, 2002).

A produção de cana de açúcar em Canavieiras era utilizada no preparo do açúcar e da rapadura para o consumo doméstico, não havendo com esse tipo de produção um grande desenvolvimento econômico para o município, o que resultou na decadência dessa cultura que foi sendo posteriormente sufocada por um novo tipo de produção: a produção de cacau.

Buscando superar a decadência da lavoura canavieira, em 1746, Antonio Dias Ribeiro recebeu algumas sementes de cacau de um colonizador francês, Luiz Frederico Warneaux, que as trouxe do Pará, e introduziu o cultivo na Bahia. O primeiro plantio dessas sementes no estado da Bahia foi feito na fazenda Cubículo, às margens do rio Pardo, no atual município de Canavieiras, então Capitania de São Jorge dos Ilhéus (SANTOS, 1957) e só por volta de 1783 é que o cultivo tornou-se importante e aclimatado, espalhando-se no sentido sul para Belmonte e no sentido norte para a região de Ilhéus/Itabuna.

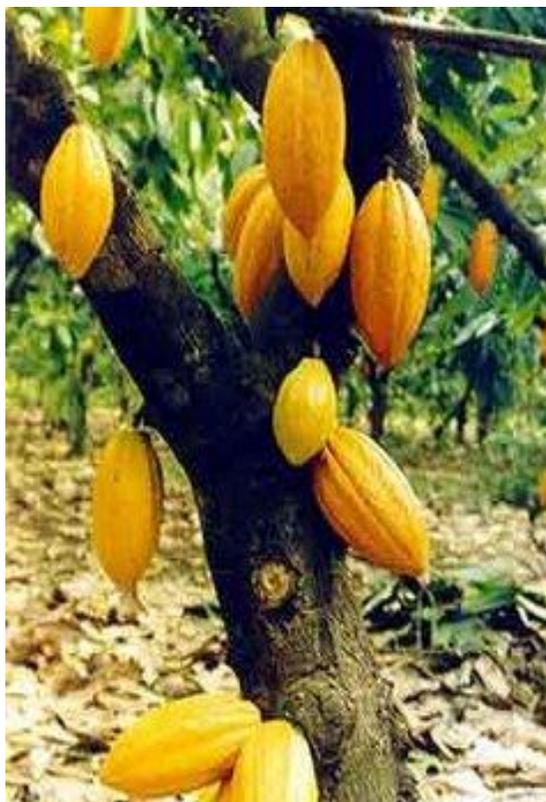


Figura 1.4 - Plantação de Cacau no Município de Canavieiras-BA

Fonte: <http://www.googleimagens.com.br>. Acesso em: 10 de março de 2011.

Apesar de o cacau ter sido plantado pela primeira vez em terras que hoje fazem parte do município de Canavieiras, foi somente em 13 de dezembro de 1832 que esse povoado passou à categoria de Vila, a Imperial Vila de Canavieiras. Em 1842, Canavieiras desmembrou-se de Ilhéus e em 25 de janeiro de 1891 foi elevada a categoria de cidade (COSTA, 1963). Tal fato desencadeia uma discussão sem muito sentido a cerca de ter sido Canavieiras ou Ilhéus o primeiro município a plantar o cacau, visto que toda a região naquela época pertencia à Capitania de Ilhéus, e posteriormente ao município de Ilhéus.

A formação da Região Cacaueira de acordo com Freitas e Paraíso (2001) foi marcada, primeiramente, por correntes migratórias, desmatamento da floresta, plantio de cacau, formação da estrutura comercial, enfim, pelos instrumentos que permitiram o comércio e escoamento da produção de cacau. O cultivo do cacau, a sua comercialização e exportação foram responsáveis

pelo surgimento da aristocracia cacauera, formada inicialmente pelos grandes produtores e comerciantes exportadores.

A partir do século XVIII, a introdução da cultura do cacau na região Sul da Bahia passou a ser a razão da ocupação de novas terras e foi responsável pela formação de uma nova classe social formada pelos coronéis, pelos trabalhadores rurais e pelos jagunços. No final do século XVIII, a produção de cacau tornou-se uma cultura importante devido o aumento da sua demanda. De acordo com Santos (1957: 44), em 1783 “os administradores provisórios da Bahia não esconderam seu entusiasmo pelo desenvolvimento da cultura do cacau, do qual já havia mais de 400 mil pés, de que se começa já a ver o fruto, traziam o progresso para a região”.

A lavoura cacauera teve seu processo de expansão mais acelerado no século XIX, migrando de Belmonte para o Extremo Sul da Bahia, tendo os primeiros cacauais implantados por volta de 1890 em Mucuri. Já na região sul, pelo litoral, a expansão se deu de Canavieiras e alcançou Valença, que conjuntamente com outros tipos de produção agrícola e atividade pecuária, configurou-se como área de policultura de subsistência, segundo informações da Ceplac (1976). Desse modo, os municípios de Canavieiras, Belmonte, Ilhéus e Itabuna tornaram-se os principais centros dessa expansão, que tomou grandes proporções territoriais. Assim, diversas outras cidades foram surgindo em função deste produto agrícola.

Na segunda metade do século XIX, novas áreas passaram a ser ocupadas com o objetivo de se obter mais recursos com a produção dos cacauais e a porção oeste da região passou a ser alcançada atingindo o interior (**Figura 1.5**). O período do desbravamento e da conquista da região cacauera atraiu um grande número de trabalhadores deslocados pela seca, que, de certa forma, acabou viabilizando a formação de alguns assentamentos na Região Cacauera.

A expansão da atividade cacauera no Sul da Bahia foi também fortemente influenciada pelo processo de imigração. As famílias que aos poucos se instalavam na região eram incentivadas pelas propagandas do Governo Estadual que garantiam “progresso individual para os que se dispusessem a conquistar as terras virgens e ricas” (FREITAS; PARAÍSO, 2001: 85), além disso, acreditavam na possibilidade de terem sua produção inserida no comércio de exportação internacional, bem como vislumbravam uma ascensão econômica e social.

O cacau, devido ao sucesso de sua cultura, trouxe à região as primeiras famílias, vindas dos mais diferentes recantos do Brasil e do mundo, mas principalmente, do estado vizinho, Sergipe (ROCHA, 2008). As diferentes famílias que ocuparam as terras propícias para o plantio

do cacau passaram a travar lutas para ocupar cada vez mais terras e, assim, contribuíram para o surgimento de novas fazendas, vilas, lugarejos e cidades formando a “civilização” do cacau (PÓLVORA; PADILHA, 1979).

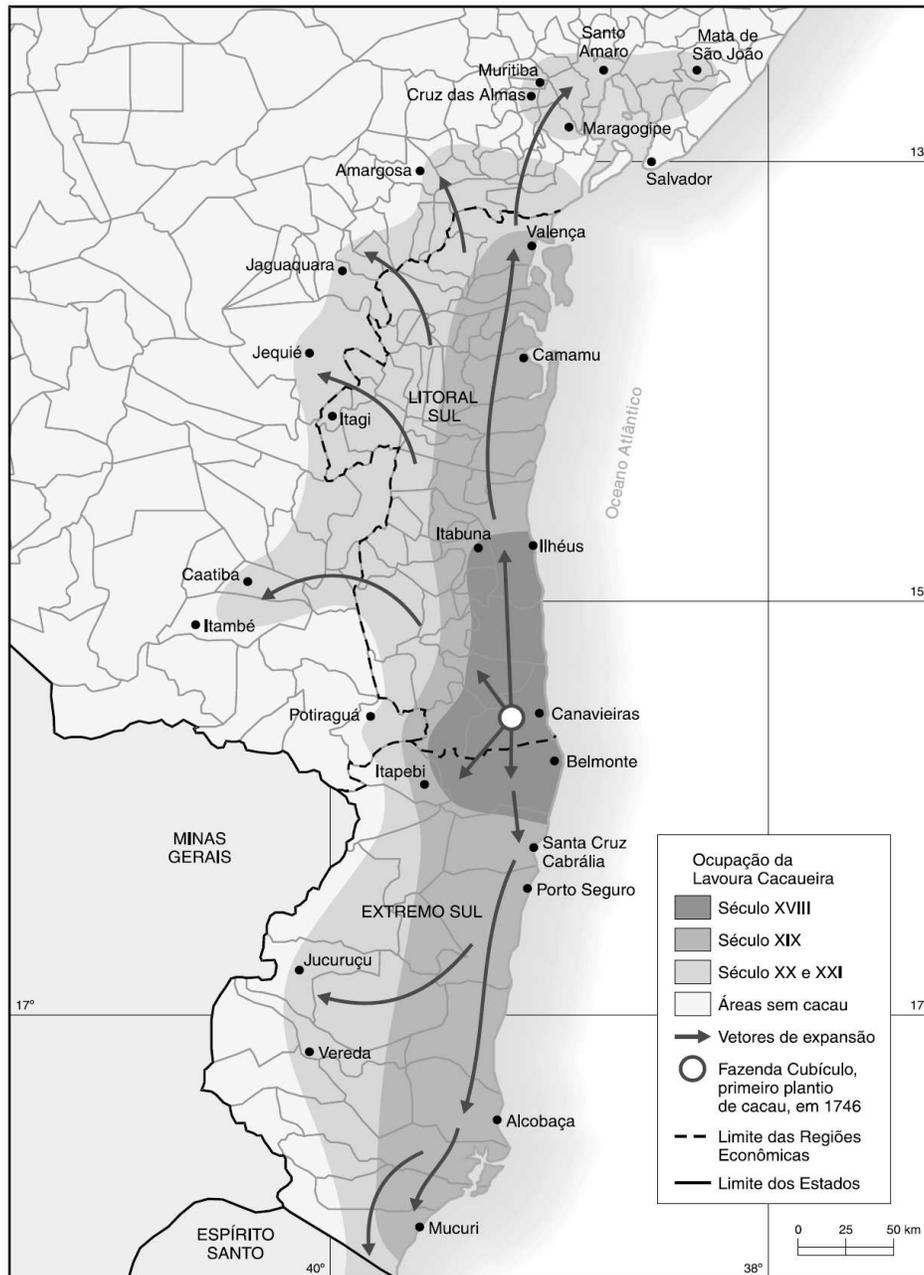
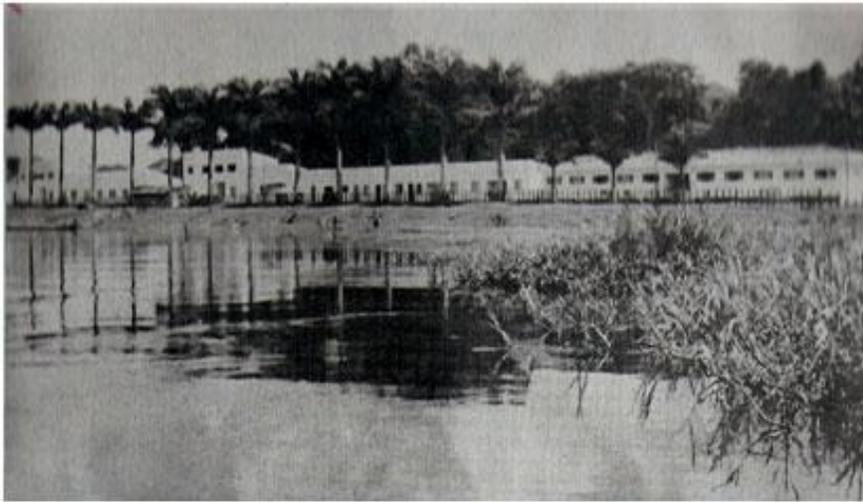


Figura 1.5 - Expansão da Lavoura Cacaueira no Estado da Bahia, séculos XVIII – XX

Fonte: CEPLAC (1975, 1976); IBGE (2002) apud NASCIMENTO, D.M.C. et al. (2009).

Elaboração: NASCIMENTO, D. M. C, 2007

Apesar da recente ocupação que foi se dando no Sul da Bahia a partir da produção de cacau, Monbeig (1945) afirma que as fazendas de cacau (**Figura 1.6**) não podem ser consideradas um centro de povoamento como foram os engenhos de açúcar e as fazendas de café, pois nem o patrão nem os colonos habitavam as mesmas durante o ano inteiro. Desse modo, devido à distância entre as roças e a dificuldade de comunicação, as fazendas de cacau não constituíram uma unidade e os verdadeiros centros cristalizadores do povoamento nesse momento foram os lugarejos.



Sede da fazenda do agricultor Edson Oliveira

Figura 1.6 - Sede da Fazenda de Cacau do agricultor Edson Oliveira, localizada no Município de Canavieiras-BA

Fonte: <http://www.canavieiras.ba.io.org.br>. Acesso em 15 de março de 2011.

Para Chiapetti (2009), no desenvolvimento da atividade cacaeira o movimento de capitais e de homens desencadeou uma série de outros movimentos que resultaram na redistribuição da população e dos capitais para lugares mais distantes da faixa litorânea, mobilizando a sociedade para a geração de renda, empregos e divisas para o país que acabou por criar inúmeras vilas e cidades na região. Se nas décadas de 1940/50 o café em São Paulo e, posteriormente, na década de 1960, o processo de industrialização foram responsáveis pelo aumento do número de municípios, no Sul da Bahia, foi, o cacau que se tornou o motor da nova divisão territorial do trabalho.

No mercado internacional¹⁰, a produção cacaueteira também ganhou importância ocupando posição de destaque na Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Alemanha, Estados Unidos e Suíça entre os séculos XVIII e XIX. Atendendo a demanda do produto, o território sul baiano tem no cacau o elemento constituinte de uma diferenciação de área neste espaço, ainda que, economicamente, seja este o elemento homogeneizador da atividade, que dada à elevada importância empresta, gentilmente, nome à região.

Ao participarem em 1867 da Exposição Universal de Viena, os cacauicultores viram o cacau brasileiro consolidar-se no mercado mundial (FILHO, 1978: 68), assim Chiapetti (2009) analisa que

Com o aumento das exportações, a atividade cacaueteira se firmou como base da economia regional e assim é que a dinâmica do mercado internacional, com suas variações de preços e demanda, passou a determinar também a dinâmica e o movimento populacional na região, dando origem aos primeiros núcleos urbanos da Região Cacaueteira e a instalação de um sistema de engenharia como o porto, estradas de ferro e rodovias. Contudo, havia uma desconexão com outras regiões, todos os sistemas de engenharia estavam orientados para favorecer o fluxo de mercadorias para satisfazer as necessidades além dos mares (CHIAPETTI, 2009: 14).

¹⁰ Cultivado milenarmente pelos povos Astecas e Incas, o cacau ganhou relevância no mercado internacional através dos povos europeus, inicialmente pelos espanhóis, que por muito tempo detiveram os segredos do seu cultivo e processamento e difundiram o seu uso na Espanha, França e por toda Europa. De acordo com Bondar (1938: 16-17), em 1657 surgiu em Londres à primeira casa de chocolate; em 1660 o chocolate tornou-se bebida popular na Holanda; em 1728 foram instaladas fábricas de chocolate em Bistol na Inglaterra; em 1756 em Steinhunde na Alemanha e nos EUA e na França a primeira fábrica foi instalada somente em 1776. Em 1828, o holandês Coenraad Johannes Van Houten inventou o método para extrair manteiga de cacau, originando o cacau em pó. Em 1875, formulado pelo industrial suíço Henri Nestlé e o inventor suíço (fabricante de chocolate) Daniel Peter, surgiu na Suíça o chocolate ao leite, que popularizou o seu consumo (Costa, 2008: 39-43). Todos esses eventos contribuíram para o aumento da demanda de amêndoas de cacau nos EUA e na Europa (Chiapetti, 2009).

Ainda de acordo com Chiapetti (2009), à medida que as exportações aumentavam, a atividade cacaeira ia se firmando como base da economia regional, desse modo, a dinâmica do mercado internacional, com suas variações de preços e demandas ia determinando também a dinâmica e o movimento populacional na região, dando origem aos primeiros núcleos urbanos da Região Cacaueira. Neste sentido, a posição de destaque ocupada pela lavoura cacaeira no mercado externo exigiu a instalação de equipamentos técnicos que possibilitassem mais eficácia à produção.

Em 1904, o coronel Bento Berilo de Oliveira conseguiu uma concessão do Governo Estadual para construir e operar por 50 anos uma ferrovia que ligaria a cidade de Vitória da Conquista, localizada no sudoeste da Bahia, ao Porto de Ilhéus. Em 1908, com a finalidade de fazer face ao crescimento da produção de cacau e às dificuldades para saída da safra regional para os portos de embarque, o Governo do Estado reorganizou a frota da navegação baiana, adquirindo novas unidades para a navegação de cabotagem. Esta medida trouxe melhorias para o escoamento do cacau no porto de Ilhéus e de Canavieiras. Em 1913, mais uma vez o coronel Bento Berilo, tendo a garantia da exportação, inaugurou outro trecho de 59 quilômetros da ferrovia entre Ilhéus e Itabuna, onde foram transportados pela primeira vez 16.030 toneladas de amêndoas. Em 1915, mais 35 quilômetros de ferrovia foram construídos, mas não em direção a Vitória da Conquista, e sim, passando por áreas mais expressivas de produção cacaeira, localizadas nas bacias dos rios Almada, Água Preta (Uruçuca) e Mucambo (Ubaitaba) (Vinhães, 2001: 194). Já em 1916, outro equipamento técnico foi construído na região, a rodovia Ilhéus-Itabuna, permitindo uma circulação mais livre do cacau na maior área de concentração da produção. E, finalmente, em 1929, houve uma concessão e renovação para a construção e exploração do Porto de Ilhéus (ROCHA, 2008).

O marco do desenvolvimento da produção cacaeira no Sul da Bahia ocorreu entre 1931 e 1934 quando houve a implantação da linha ferroviária interligando os centros produtores de Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Itajuípe e a construção das rodovias ligando Itabuna a Buerarema e Itapebí ao porto fluvial do Jequitinhonha. A força regional dos municípios produtores de cacau, no século XX, segundo Santos e Tricart (1958), foi fortemente influenciada pelas rodovias que possibilitaram as cidades como Canavieiras, Belmonte, Camamum, dentre outras, escoarem sua produção de cacau para o porto de Ilhéus onde seriam reexportadas. Tratava-se, pois, da difusão de um meio técnico, maquínico.

Este fato novo representado pela chegada da rodovia à zona do cacau segundo Santos (1957) trouxe uma nova modificação ao arcabouço urbano. Aos locais onde a estrada de ferro já havia chegado, ela libertou o transporte do cacau dos horários e itinerários fixos e adquiriu o papel de entreposto obrigatório para o escoamento das safras. Neste sentido, Santos (1957) afirma:

À medida que a zona produtora de cacau se expandia, sem que o traçado ferroviário acompanhasse essa expansão, a iniciativa particular e dos poderes públicos, seguida de um arrojado plano do Instituto do Cacau, dotou a região de uma boa rede rodoviária, que corta a zona cacauzeira em todas as direções (SANTOS, 1957:67).

De acordo com Trindade (2010: 169), estrada de ferro e porto são dois objetos criados para, entre outras ações, por a produção em movimento e podem nascer destinados a certo tipo de ação, cuja plena eficácia se torna indispensável, pois “são as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes um sentido [...] considerar as ações separadamente ou os objetos separadamente não dá conta da sua realidade histórica” (SANTOS, 1996: 70).

Em virtude do crescimento da produção de cacau e da necessidade de seu escoamento, fez-se necessário o incremento dos meios de circulação. Neste sentido, a introdução da estrada de ferro, fator novo do arcabouço regional, elemento modificador da organização espacial então vigente, trouxe algumas modificações para a rede urbana da zona cacauzeira. Partindo de Ilhéus, a estrada de ferro contribuiu para o fortalecimento de vários núcleos populacionais no interior da zona produtora de cacau (SANTOS, 1957).

Contudo, mesmo ocorrendo um relativo crescimento da economia regional na década de 1960/1970 a partir da produção do cacau, não houve uma grande integração da Região Cacauzeira com o restante do país, pois as vias de transporte eram precárias e a relação que a região estabelecia com o Brasil e com o exterior ocorria via transporte marítimo (CHIAPETTI, 2009). Nesse sentido, Silva et al. (1987) também comenta:

[...] faltavam meios de transporte para escoar a produção do interior para o porto de Ilhéus [...]. Rodovias não existem e até mesmo o transporte marítimo, que melhor servia a região, apresentava condições precárias. Em 1908 foi reorganizado o serviço da Companhia Navegação Baiana para melhor atender a região. Mas o porto de Ilhéus não dispunha de boas condições para permitir acesso a grandes navios, sendo o porto de Salvador, o intermediário nas exportações de amêndoas (SILVA ET AL, 1987:80).

A cultura cacaeira passou por fases de produtividade elevada e altos preços internacionais (**Gráfico 1.1**), mas a partir de 1930, em função do período de crise na economia mundial, ocorreram transformações econômicas também no Brasil, o que resultou na desestruturação de atividades e funções em algumas regiões, como é o caso da Região Cacaeira.

Nesse período, crises cíclicas de baixa produtividade devido às intempéries climáticas e as pragas, como a podridão parda afetaram a região que registrou uma queda no preço das amêndoas de cacau no mercado internacional, trazendo conseqüências não só para região, mas atingindo o governo federal e estadual, os quais utilizavam em seus orçamentos grande parte dos impostos referentes à exportação de cacau (CHIAPETTI, 2009).

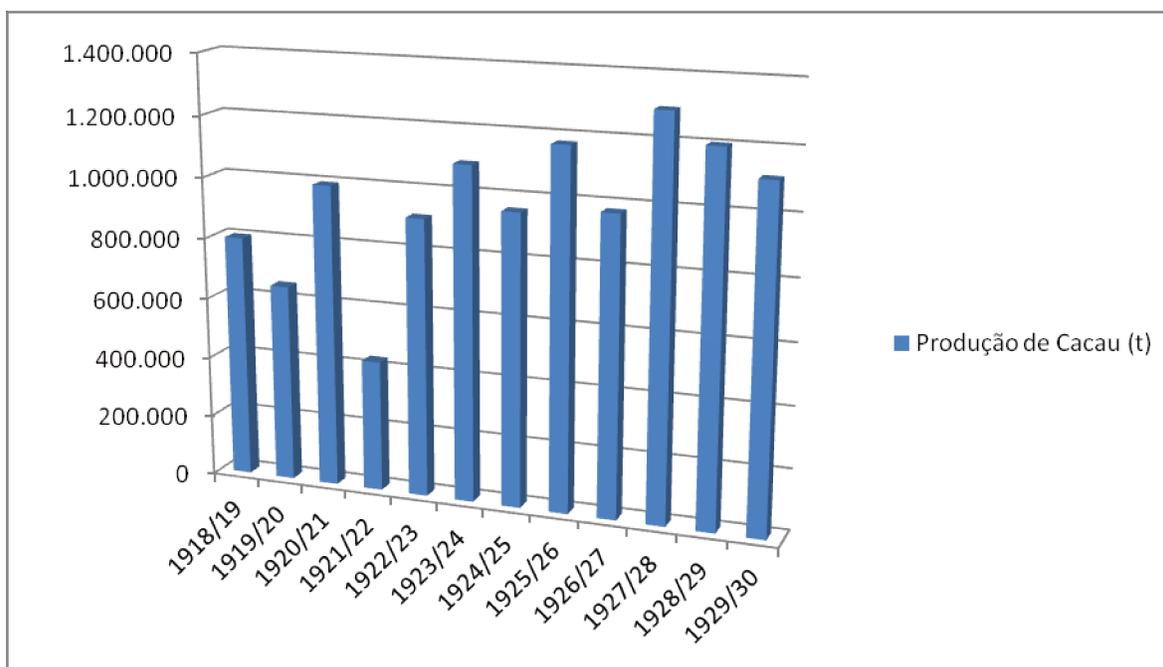


Gráfico 1.1 – Produção de amêndoas de cacau no estado da Bahia (1918 - 1930)

Fonte: SANTOS, Milton (1957:112)

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

Segundo dados da CEPLAC (1976), o Brasil em 1910 liderava a produção de cacau mundial, tendo, até os anos 1930, vivido um período de expansão e crescimento. Desta década até 1957, as crises cíclicas geraram uma situação antieconômica, e os produtores endividados, aos poucos foram abandonando o cultivo dessa lavoura. Foi neste momento de crise que o Governo Federal criou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) que iniciou um programa de recuperação econômico-financeira da lavoura.

De acordo com Diniz (1983), as três primeiras décadas do século XX foram de fundamental importância no processo de formação da região cacaueira, pois nesse período organizou-se a base econômica e política, que possibilitou a formação de uma sociedade defensora dos seus interesses e que se transformaria tempos depois na sociedade regional.

Capítulo 2: O Processo Recente de Urbanização e a Constituição do Meio Técnico-Científico-Informacional no Sul da Bahia

2.1 A instalação de novos Sistemas de Ações e Sistemas de Objetos como suporte à atividade cacaeira

Diante dos diversos problemas enfrentados na produção de cacau, não se pode considerar apenas a queda do preço das amêndoas como a principal responsável pela crise da Lavoura Cacaeira, outros fatores como o baixo conhecimento de técnicas de cultivo, o envelhecimento das plantações, o esgotamento dos solos devido à falta de técnicas de reposição de nutrientes, também contribuíram consideravelmente para agravar a situação das crises cíclicas que atravessava a Região Cacaeira. Além desses fatores, a falta de estradas ou a precariedade dos transportes impossibilitando a interligação de vários lugares na Região Cacaeira fizeram com que os produtores não tivessem outra opção para transportar as amêndoas, a não ser para a cidade de Ilhéus.

Neste contexto, diante de tais dificuldades, os produtores de cacau solicitaram ao Governo do Estado uma intervenção visando não só a modernização da produção, como também normatizações comerciais e financeiras que atenderiam interesses em comum, tanto do Estado como dos produtores. Assim, para atender a essa modernização, o Estado precisou instalar no território um sistema de ações (científica e instrumental) e um sistema de objetos (de engenharia e de transporte) que fossem eficazes para dar suporte à produção cacaeira.

O primeiro sistema de ação técnico-científico de organização e de defesa da atividade cacaeira foi criado pelo Governo Federal em 1931, o Instituto do Cacau da Bahia (ICB). Com a criação desse instituto, o Governo possibilitou o financiamento e a comercialização das safras com o intuito de resolver os problemas das dívidas dos cacauicultores. De acordo com Chiapetti (2009), num primeiro momento o ICB serviu e atendeu às necessidades e interesses da classe produtora e seus novos impulsos permitiram estabelecer uma nova lógica produtiva que resultou no aumento da produção regional e amêndoas nos anos seguintes.



Agencia do Instituto do cacau

Figura 2.1 – Agência do Instituto do Cacao da Bahia (ICB) no Município de Canavieiras-BA

Fonte: <http://www.canavieiras.ba.io.org.br>. Acesso em 15 de abril de 2011.

De acordo com o decreto n. 7.430 de criação do ICB, o mesmo tinha como objetivo: promover a prosperidade da lavoura cacauífera; estimular e desenvolver pesquisas que melhorassem a produção e a produtividade; dar condições, aos agricultores, de aquisição de máquinas, implementos e insumos; conceder empréstimos em longo prazo e juros baixos aos cacauicultores; construir e manter armazéns; organizar cooperativas rurais para operarem como sucursais regionais e fiscalização do crédito e organização da produção; propor aos poderes públicos as medidas necessárias ao progresso da lavoura (GRACEZ, 1981).

Ao iniciar um processo de modernização na produção da lavoura cacauífera, o ICB promoveu um crescimento do consumo no mercado internacional, aumentando também a produção e a área cultivada. Além de “resolver o problema de transporte na comercialização interna do cacau visto que entre os principais objetivos do Instituto estava a solução para o escoamento da produção interna” (ROCHA, 2008: 57).

Até o início dos anos 1950, a exportação de cacau dominava não só a economia brasileira, sendo o terceiro principal produto a ser exportado, como as exportações baianas, ocupando o

primeiro lugar. Mas, a partir de 1956 esse quadro se reverte, e uma nova crise atinge a atividade cacauera fazendo baixar o preço das amêndoas e aumentando o endividamento dos cacauicultores. Nesse momento, os produtores passaram a exigir do Estado a reformulação do ICB como “solução imediata para o problema das dívidas da lavoura e a regularização do mercado externo” (RAMOS, 1992: 61).

Apesar de prestar relevantes serviços à lavoura cacauera, o ICB foi extinto em agosto de 1992, por não atender mais às funções para as quais fora criado. Nesse contexto, um novo plano de recuperação para a Lavoura Cacauera foi elaborado, a Comissão Executiva para o Plano da Lavoura Cacauera (CEPLAC).

Criada em 1957 pelo Governo Federal, a CEPLAC tinha como objetivo alongar por mais tempo a dívida dos produtores, face a importância da lavoura cacauera para a economia regional e a do Estado da Bahia, e evitar um colapso econômico para a região.

Após sua instalação, a CEPLAC iniciou a recomposição da dívida dos produtores, financiou os débitos que tinham junto aos bancos, ao comércio, às indústrias, às firmas exportadoras de cacau. Mesmo desempenhando todo esse papel, a CEPLAC não estava cumprindo na íntegra sua missão que era dar suporte à assistência técnica e à pesquisa e para isso criou, em 1963, o Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC) e, em 1964 o Departamento de Extensão (DEPEX), hoje denominado Centro de Extensão (CENEX).

A implantação da CEPLAC possibilitou o surgimento de atividades voltadas à pesquisa, tornando-se desse modo um centro de referência de pesquisa e desenvolvimento sobre o cacau no mundo. “Esse processo de integração e cooperação técnica entre a ciência e a técnica, e destas com a atividade agrícola, representou uma mudança qualitativa no processo de modernização da agricultura brasileira” (KAHIL, 1997: 39). Neste contexto, Santos (1996: 16), entende a técnica como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”.

A partir desse momento, a atividade cacauera encontrou um grande dinamismo ritmado por novas técnicas e cultivo e pela elevação dos preços no mercado internacional, atingindo uma grande produção na década de 1970. Todo esse crescimento foi ainda mais impulsionado pelo Governo do Estado que viabilizou, além da instalação no território de sistemas de ações (científica, instrumental e financeira), um sistema de objetos (sistemas de engenharia, transporte e

telecomunicações) que deram suporte para a reorganização, especialização da produção e incremento da produtividade da atividade cacauera do Sul da Bahia.

No município de Canavieiras a CEPLAC (**Figura 2.2**) instalou dois Escritórios Locais, sendo um na sede do município e outro no município de Santa Luzia. Assessorados pelos Escritórios Regionais de Una e Camacã, respectivamente, os dois escritórios trabalham hoje com um quadro de trinta funcionários, sendo cinco engenheiros-agrônomos, nove técnicos agrícolas, duas equipes de apoio administrativo, além de um posto anexo de Classificação de Cacau e um Campo de Produção de Mudas e sementes de coco. Com a atuação da CEPLAC uma nova tecnologia foi sendo introduzida e aceita pelos agricultores que se integraram ao programa melhorando assim toda a produção.



Prédio-sede da CEPLAC, ora em reforma, e funcionários do órgão

Figura 2.2 – Prédio sede da CEPLAC, em reforma (1973), e funcionários do órgão no Município de Canavieiras-BA

Fonte: <http://www.canavieiras.ba.io.org.br>. Acesso em 15 de abril de 2011.

Segundo Chiapetti (2009), tanto a criação do ICB quanto a da CEPLAC, demonstraram o poder da elite cacaueteira no comando das políticas públicas para a solução das crises conjunturais e das crises de caráter estrutural. Foi a partir da instalação, no território, dos recursos técnico-científicos e, em particular, dos recursos de crédito, somados ao uso privilegiado desses mesmos recursos, que a atividade cacaueteira, tendo em vista o aumento da produtividade passou a participar ativamente na composição da economia regional, como ressalta Costa (1963):

Entre este híbrido gestado pela pesquisa e aquele desprezioso Forastero vicejando no solo humoso do Pardo, há uma caminhada de dois séculos. Neste estirão de um tempo muita verdade virou estória, muita lenda virou verdade. Tudo, porém, parece que foi ontem de manhã. Afinal, a semana que se fez vida no chão da Cubículo é vida que se faz sementes nestes dias destes nossos tempos (COSTA, 1963:68).



Figura 2.3 – Fruto do Cacau

Fonte: <http://www.googleimagens.com.br>. Acesso em: 15 de abril de 2011.

2.2 A Crise da Lavoura Cacaueira e a Reorganização da Rede Urbana: Inserção do Município de Canavieiras - BA

Mesmo com todo aparato técnico-científico desenvolvido pelo ICB e pela CEPLAC, foi a partir de 1986 que a região passou a sentir os impactos de uma longa crise que afetaria duramente as lavouras de cacau, causada pela irregularidade de preços, fatores climáticos, competitividade do produto e incidência a partir de 1989 do fungo *Crinipellis perninciosa*, causador da vassoura-de-bruxa¹¹ (Figura 2.4). As conseqüências desse quadro foram um intenso êxodo rural, degradação dos recursos naturais renováveis, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional (ROCHA, 2008). Esse novo período de crise regional ficou conhecido como “Crise da Lavoura Cacaueira”.



Figura 2.4 – Fruto do Cacau contaminado pelo fungo *Crinipellis perninciosa* causador da Vassoura-de-Bruxa

Fonte: <http://www.googleimagens.com.br>. Acesso em: 20 de abril de 2011.

¹¹ A vassoura-de-bruxa é um nome popular de uma doença causada pela ação de um fungo patogênico cientificamente denominado de *Crinipellis Perninciosa*. O nome vassoura de bruxa deve-se ao sintomas do fungo no cacauero, os quais causam inchamento, superbrotação e anomalias nos frutos e almofadas florais. Nos ramos da planta ocorre um superbrotamento de aspecto parecido com uma vassoura (MOREIRA, 2006).

Neste momento, em que se desencadeia uma nova crise regional, houve uma substituição de áreas de plantio de cacau por pastagens, afetando de forma drástica a economia da região, além de eliminar espécies arbóreas nativas que foram utilizadas na comercialização de madeira. Tal fato representou uma redução significativa nas áreas de plantio em diversos municípios da Região Cacaueira, a exemplo do município de Canavieiras que sentiu o reflexo desses fatores diretamente na sua produção, conforme pode ser observado na **Tabela 2.1**. Até meados da década de 1980 a produção de cacau em Canavieiras crescia em ritmo acelerado, sendo a década de 1960 o período onde ocorreu a maior produção do município 14.874(t), mas com o aparecimento da vassoura-de-bruxa a partir de 1989, essa produção decaiu refletindo certa instabilidade tanto na produção local como na produção regional.

Embora a Crise da Lavoura Cacaueira tenha provocado uma diminuição na produção de cacau tanto em Canavieiras como em todo o estado, alguns sinais de recuperação dessa lavoura foram sendo apontados ao longo dessas últimas décadas e o ano de 2006 (Tabela 2) foi marcado por um aumento na produção de cacau tanto no município de Canavieiras 1.100(t) como no estado da Bahia 148.703 (t), apesar de alguns produtores ainda encontrarem dificuldades em financiamentos para a recuperação de suas lavouras, ou até mesmo por não estarem dispostos a contraírem novas dívidas.

Ano	Quantidade Produzida (t)	
	Canavieiras	Bahia
1940	8.555	103.269
1950	13.159	139.431
1960	14.874	161.581
1970	6.040	195.027
1980	10.682	328.608
1985	12.935	381.034
1995/96	4.040	204.168
1999	1.284	159.328
2000	864	137.568
2006	1.100	148.703

Tabela 2.1 – Produção de Cacau no Município de Canavieiras e no estado da Bahia, entre 1940 e 2006

Fonte: IBGE, (2010d, 2010e).

A crise da Lavoura Cacaueira no sul da Bahia não provocou perdas apenas na produção de cacau. A partir da década de 1990, alguns municípios viram também sua população diminuir. Essa perda deveu-se ao desemprego em massa de trabalhadores rurais “ocasionando a saída dos homens da zona rural sem qualificação com destino a outras cidades em busca de empregos e deixando mulheres e filhos, sem condição de se manter” (AGORA, 2006: 11). Itabuna e Ilhéus foram as cidades que mais receberam esses contingentes, expandindo a periferia num processo intenso de favelização.

Por isso, não podemos compreender alguns fenômenos que ocorrem no espaço intra-urbano, se não atinarmos que a cidade se organiza a partir de sua relação com a região, com o território nacional e com o mundo. Assim, não basta analisarmos em específico os espaços das periferias urbanas que se formam, sem adentrar nos processos urbano-regionais que impulsionaram a segregação sócio-espacial. Em última análise, a cidade não pode ser entendida

apenas por sua organização interna, é preciso que façamos uma leitura integrada entre um exame que privilegia o intra-urbano e outro que enfoque os processos urbano-regionais engendrados por relações multiescalares.

No dizer de Santos (1994), é fundamental reconhecer de forma articulada a economia política da cidade e a economia política da urbanização para que melhor compreendamos o fenômeno urbano. A primeira corresponde à forma como a cidade se organiza frente à produção e como os diversos atores sociais produzem seus espaços, em diferentes temporalidades no espaço urbano. Por outro lado, a economia política da urbanização considera a divisão social do trabalho que em conjunto com a divisão territorial do trabalho, resulta na distribuição de pessoas, objetos e relações no espaço regional.

Evidentemente, o contágio da vassoura-de-bruxa nos cacauais da Bahia provocou o maior desastre vivido pela sociedade regional, por dizimar as lavouras, diminuir a produção e a produtividade e desempregar grande quantidade de trabalhadores rurais, refletindo de forma devastadora na economia regional (ROCHA, 2008).

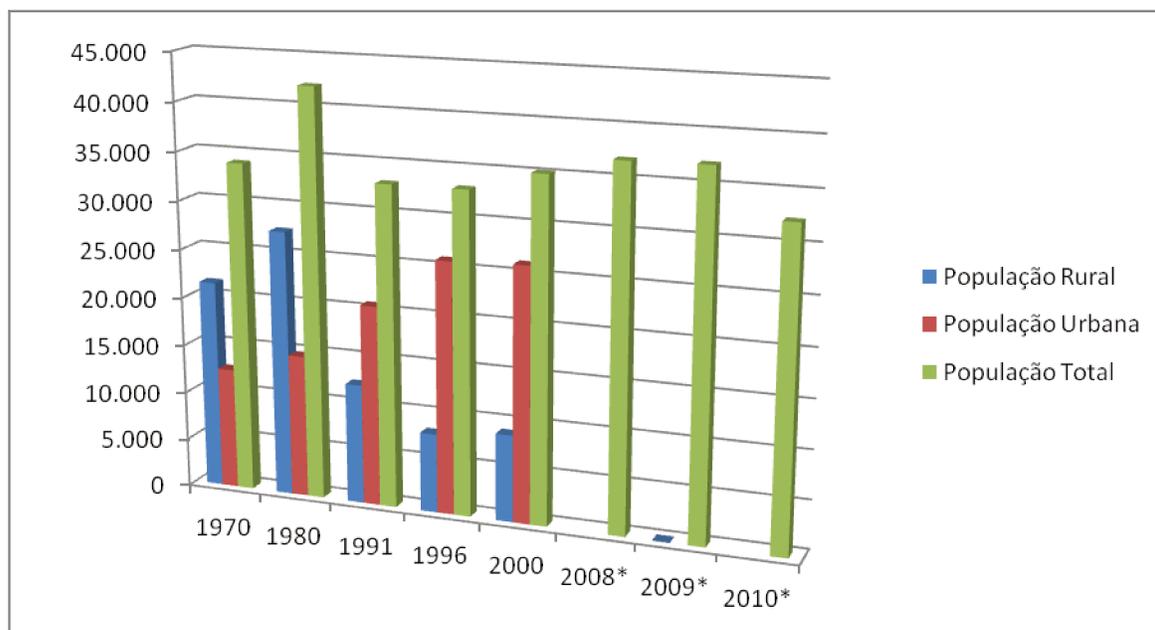


Gráfico 2.1 – Evolução da População de Canavieiras (1970 - 2010)

Fonte: IBGE (2010, 2010a, 2010b, 2010c, 2011d).

(*) Sem dados sobre o total da População Rural e da População Urbana

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

Durante esse período muitas fazendas foram abandonadas e muitos trabalhadores migraram para os centros urbanos. A partir de 1990 o centro urbano de Canavieiras apresentou um grande crescimento resultante de um intenso êxodo rural, como pode ser observado no **Gráfico 2.1**. Esses trabalhadores rurais transformaram-se em reservas de mão-de-obra barata passando a fazer parte do circuito inferior da economia regional, por este ser, segundo Santos (2004: 368), “um circuito acolhedor das pessoas expulsas do campo e por desempenhar um papel econômico e social inegável”.

A rede urbana de países subdesenvolvidos sempre se organiza a partir de dois circuitos da economia urbana. Conforme Santos (2004: 345) “as atividades dos dois circuitos econômicos instalam-se nas diferentes cidades do sistema segundo regras particulares a cada circuito”. Sendo o circuito superior originado diretamente da modernização tecnológica e o circuito inferior originado indiretamente dessa modernização, atingindo os indivíduos que pouco ou nada se beneficiaram dessa modernização, Santos (1979) ressalta:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos, ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las [...] (SANTOS, 1979:37)

Desse modo, Santos (2004: 43) afirma que “não se poderia caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas. Antes, é necessário considerar o conjunto dessas atividades”. Assim, podemos dizer que a diferença das atividades que envolvem o circuito inferior e o circuito superior, estão baseadas nas diferenças de tecnologia e organização. O **Quadro 2.1**, a seguir, descreve, de modo claro, as características de ambos os circuitos:

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital Intensivo	Trabalho Intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não Obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)
Crédito	Bancário Institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mais importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda Governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Quadro 2.1 – Características dos dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos

Fonte: SANTOS, Milton. (1979: 44).

Neste contexto, na tentativa de superar as crises ocorridas na lavoura cacauzeira no Sul da Bahia, não só a economia urbana, mas toda infra-estrutura utilizada nesta produção passa a se refuncionalizar. “A situação de crise regional é tomada para justificar, ideologicamente, os novos projetos de arranjo e uso do território pela classe capitalista” (CHIAPETTI, 2009: 117). Desse modo, como resultado geral de múltiplas iniciativas e de muitos esforços, a região cacauzeira do Sul da Bahia iniciou um processo de mudança da sua matriz econômica, da monocultura do cacau para uma economia de base econômica diversificada: agricultura, indústrias (calçados, confecções, informática) e turismo.

Considerado como um dos municípios que sofreu drasticamente as conseqüências da vassoura-de-bruxa, Canavieiras, que tinha como principal base econômica a produção de cacau até a década de 1990, buscou na inserção de outras atividades agrícolas, como a produção de banana, café, coco-da-baía, mamão, mandioca, maracujá, na pequena produção pecuária (**Gráfico 2.2 e Gráfico 2.3**), bem como na atividade turística atender as mudanças econômicas, visando alavancar a economia e atender as necessidades da população. “Apesar de ainda incipientes no setor, Canavieiras, Ilhéus e Camamu, consolidam aos poucos seu destino turístico” (COSTA JÚNIOR; SATURNINO, 2006).

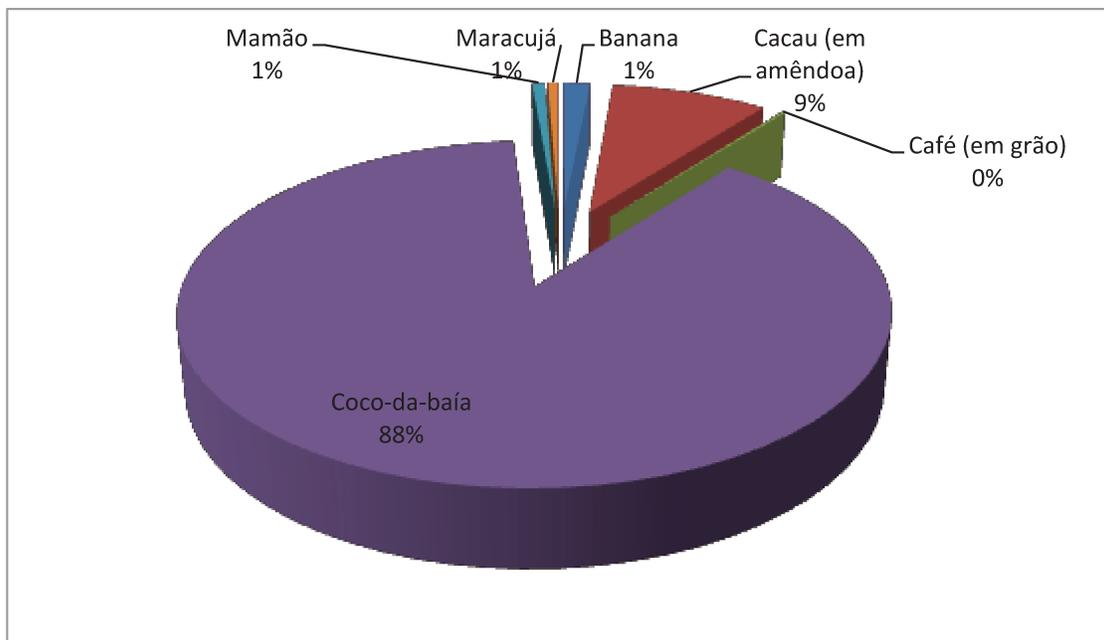


Gráfico 2.2 – Produção Agrícola no Município de Canavieiras em 2010

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal (2010).

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

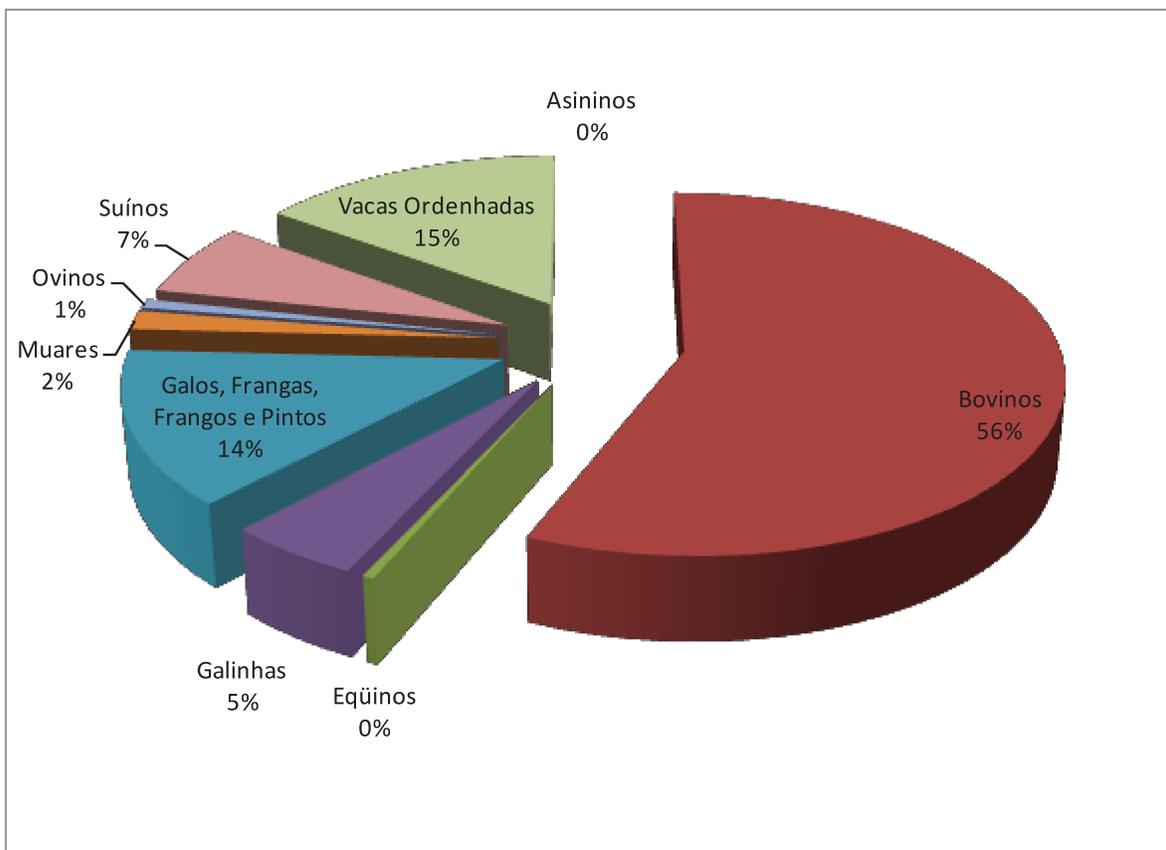


Gráfico 2.3 – Efetivo de Animais no Município de Canavieiras em 2010

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal (2010).

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

Esta refuncionalização de Canavieiras, como tentativa de superação à crise, possibilitou o desenvolvimento de novas atividades ligadas aos circuitos da economia urbana. Através de uma capacidade creditícia e organizacional, em que é permitida uma utilização mais geral do crédito e de novos modelos de gestão, o circuito superior se manifesta, possibilitando aos produtores de cacau incentivos para recuperarem suas lavouras e conseqüentemente contribuir, segundo Santos (2004), com o aumento do consumo periódico ou ocasional, de dentro ou de fora da cidade, reforçando a necessidade da criação de um comércio mais efetivo.

Contudo, é no circuito inferior que encontramos uma maior demanda das atividades desenvolvidas no município, visto que, com todas as dificuldades na produção do tipo moderna ou a comercialização de seus produtos, há uma limitação no número de compradores periódicos ou ocasionais. Esta dinâmica segundo Santos (1979) revela,

[...] uma nova tendência, onde, as classes mais abastadas se abastecerem em outros locais com produtos de qualidade superior ou que simplesmente não existem no mercado local. Já as classes que não podem se deslocar e que são prisioneiras do mercado local, recorrem necessariamente ao sistema de distribuição do circuito inferior (SANTOS, 1979:345).

Por sua vez, o processo de expansão urbana ocorrido no município de Canavieiras a partir da Crise da Lavoura Cacaueira, em que muitos trabalhadores rurais migraram para a área urbana do município, levou à reorganização da cidade em fase mais recente. A cidade se “dividiu” em dois “sub-espacos”: o núcleo inicial e suas áreas de expansão mais populares, com dinâmico circuito inferior da economia urbana, e o segundo, a ilha de Atalaia, de ocupação mais recente e voltada basicamente para a atividade turística, onde foram implantados hotéis, pousadas, cabanas e residências de veraneio.

O núcleo histórico inicial se desenvolveu a partir do porto às margens do rio Pardo, paisagem marcada por casarios do século XIX, e em direção ao norte, ocupando a faixa de terra firme entre o Rio Patipe e áreas alagadiças e de manguezais. Esse núcleo de crescimento se manteve até meados dos anos 1940 do século XX, estabelecendo um desenho urbano gerado por um sistema de vias de traçado ortogonal, largas e com arborização central (**Figura 2.5**), uma das características desta cidade.



Figura 2.5 - Paisagem Urbana de Canavieiras

Fonte: TEIXEIRA, C.M.P. Arquivo Pessoal, 2009.

Posteriormente, um segundo núcleo de crescimento deu-se ao longo da ligação rodoviária com o interior, em direção oeste, acompanhando parcialmente o traçado original, mas alterando-se em relação ao desenho do sistema de vias que marcaram o núcleo histórico. Nesta direção concentra-se a maioria dos loteamentos privados, implantados a partir do final dos anos 80 e década seguinte (**Figura 2.6**).

A ocupação urbana mais recente no município foi promovida em quase sua totalidade pela Prefeitura Municipal, com assentamentos para população de baixa renda, ocupando principalmente o setor norte, e em alguns casos fugindo do traçado básico, característico da cidade, criando áreas de descontinuidade viária. Outras formas de ocupação vêm ocorrendo na cidade, como as ocupações espontâneas, que de forma pontual aparecem em quase todos os

núcleos, principalmente em áreas de manguezais, nos aterros ou as invasões de construções abandonadas, como o antigo matadouro e pequenos depósitos no núcleo histórico, em particular na Rua dos Pescadores.

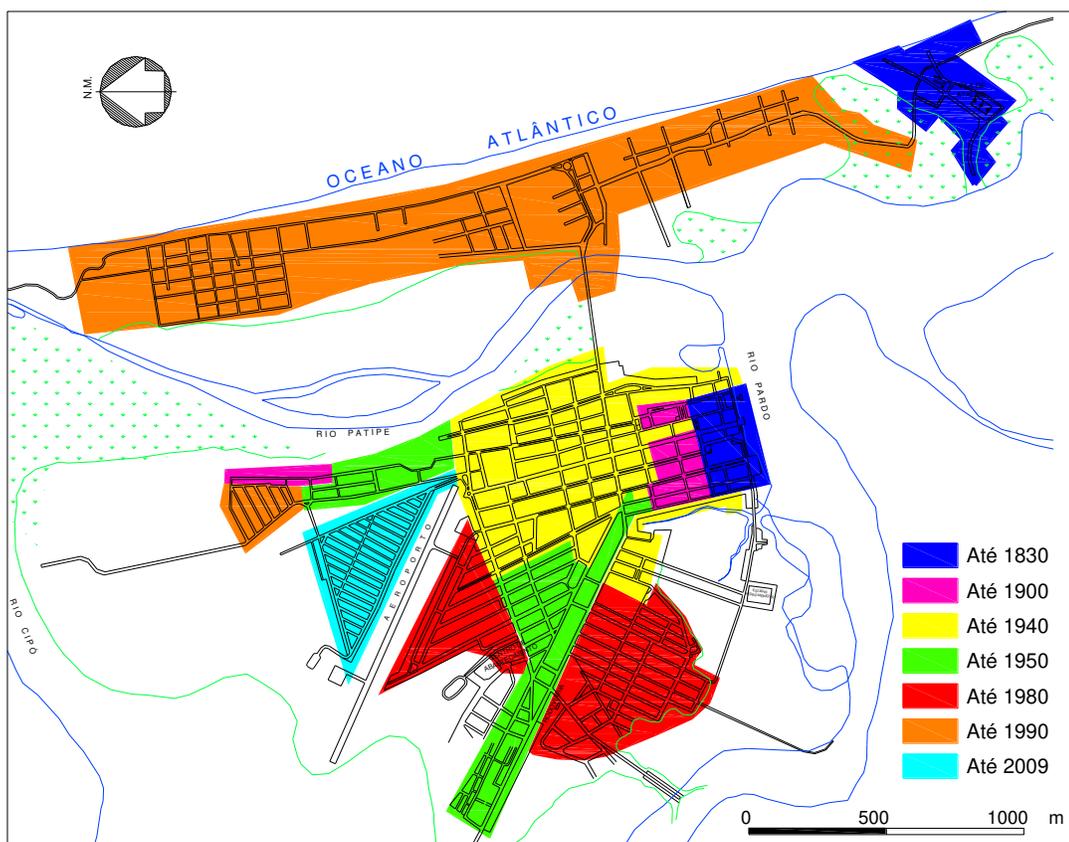


Figura 2.6 - Evolução Urbana do Município de Canavieiras (1830-2009)

Fonte: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), 2010.

Elaboração: BRITO, Neylana. Pesquisa de Campo, 2010.

A Ilha de Atalaia, com uma superfície total de 747,35 hectares, onde se localizam as praias, teve efetivamente sua urbanização impulsionada a partir de 1983, com a inauguração da ponte que faz sua ligação com a cidade de Canavieiras, pois, até então, a única ocupação era a vila de pescadores. O desenvolvimento atual da ilha está restrito ao seu núcleo central, próximo à ponte de acesso, onde se encontram hotéis, pousadas e cabanas de praia mais ao norte, e residências de veraneio, ao sul, próximas à vila de pescadores de Atalaia. Suas características geográficas condicionam uma ocupação linear, entre o mar e as áreas de mangue, mas podemos detectar um problema nesse tipo de ocupação através da forma com que o parcelamento do solo está sendo realizado, com loteamentos mal planejados e que, em sua maioria, não obedecem à legislação vigente, principalmente com relação às Áreas de Proteção Permanente – APP.



Figura 2.7 – Casas de Veraneio, Pousadas e Cabanas de Praia na Ilha de Atalaia
Fonte: BRITO, Neylana. Pesquisa de Campo, 2011.

Capítulo 3: Canavieiras e o Dinamismo Atual dos Circuitos da Economia Urbana

3.1 As Cidades de Pequeno Porte no Contexto da Rede Urbana

Ao estudar as cidades, numa perspectiva atual, onde as relações entre elas apresentam justaposições de relações próximas e distantes, nas diferentes escalas, sejam elas local, nacional ou global ou as suas combinações, impõe um repensar da rede urbana, considerando que as hierarquias urbanas, áreas de influências e centralidade dificilmente serão desvendadas a partir de um modelo ou idealização de rede perfeitamente organizada em níveis que funcionam gradativamente (SOBARZO, 2009). Nesse contexto, Santos e Silveira (2001: 281) consideram que no período atual (técnico-científico-informacional), “os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global”.

Desse modo, os estudos da rede urbana permitem-nos pensar nas relações da cidade com o seu entorno próximo, ou seja, o seu raio de influência regional ou a sua hinterlândia, onde podemos incluir as cidades menores, os espaços rurais, bem como as relações próximas geradas no próprio interior da cidade, trazendo a escala intraurbana para análise. “Essas relações podem ser observados nos serviços que a cidade presta ao seu entorno e que exigem deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos e bancários, entre outros” (SOBARZO, 2009: 371).

Para caracterizar uma cidade como pequena faz-se menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas. Ao se averiguar o tamanho seja da malha urbana, seja do contingente populacional, necessita-se fazer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade e/ou do contingente populacional. Assim, o IBGE classifica como cidade pequena aquelas que possuem até 20 mil habitantes, sendo, portanto, esse critério com algumas variantes, adotado pelas instituições de estudos estatísticos.

Em termos gerais, não existe ainda entre os pesquisadores um consenso sobre o que seria uma pequena cidade e que critérios deveriam ser utilizados para a sua classificação. Sabe-se, entretanto, que o tamanho de uma cidade tem importância fundamental, não só para diferenciar uma cidade de outra, mas também para explicar tais diferenciações.

No entanto, a leitura e a análise de uma cidade pequena devem estar articuladas às diferentes escalas de análise, a partir de combinações particulares entre o tamanho demográfico e os seus usos urbanos, que as colocam em diferentes posições, não hierarquicamente rígidas na rede em que estão inseridas.

Em seus estudos sobre as Cidades Locais no Terceiro Mundo, Santos (1986) argumentava que a maioria dos estudos urbanos nos países subdesenvolvidos estavam voltados às grandes cidades, principalmente ao fenômeno da macrocefalia. Porém, segundo o mesmo autor, de acordo com as estatísticas outro fenômeno urbano chama a atenção, o das cidades locais, também conhecidas como cidades pequenas. Neste sentido o mesmo autor (1986) afirma que

Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa (SANTOS, 1986: 69-70).

Ao abordar o processo recente da urbanização brasileira, Santos e Silveira (2005a), afirmam que o número de cidades locais e sua força aumentaram desde os anos 1950 do século XX, no entanto, eles aprofundam as discussões a respeito das cidades denominadas médias e das cidades do campo, pelo fato destas desempenharem um importante papel entre o global e o local e se especializarem na oferta de serviços e bens necessários à produção regional.

Atualmente, no Brasil, não existe uma definição precisa para as cidades grandes, médias ou pequenas. Entretanto, quando são realizadas pesquisas sobre cidades médias, a maioria dos pesquisadores considera, nesta categoria, aquelas cidades cuja população é superior a 50 mil habitantes, sendo que o limite máximo varia de autor para autor, o que por si só já revela alguma inconsistência, fato que não se restringe apenas ao nosso país, pois essa indefinição se verifica também em outros.

Embora existam muitas discussões sobre a caracterização das médias e pequenas cidades, Soares e Melo (2009) sugerem uma maior compreensão das pequenas cidades no Brasil:

As pequenas no Brasil, devem ser entendidas enquanto espacialidades que compõem uma totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SORAES E MELO, 2009: 36).

A grande diversidade dos conceitos utilizados na classificação das cidades pequenas evidencia que cada realidade exige classificações específicas, variando tanto no tempo como no espaço, uma vez que o tamanho das cidades é caracterizado de forma diferente em diferentes momentos da história, ou seja, para conceituar uma cidade como pequena, média ou grande, deve-se considerar o contexto em que estas estão inseridas.

No contexto baiano, tanto as cidades médias quanto as pequenas desempenham um importante papel na rede urbana. As cidades médias por sua vez articulam os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, enquanto as cidades pequenas possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas e os pequenos povoados (SANTOS, 2009). Neste sentido, as cidades pequenas ou locais são consideradas cidades com todas as características que se espera de um espaço urbano, revelando-se como um espaço socialmente produzido com elementos da cultura urbana onde, de modo adensado, vivem certo número de pessoas, das quais uma porção se ocupa de atividades não agrícolas.

De acordo com Trindade (2010) as relações estabelecidas entre os centros urbanos do Sul da Bahia no início do século XXI se complexificaram bastante, redimensionando a configuração do espaço regional em virtude das transformações verificadas em sua matriz econômica após a crise da Lavoura Cacaueira iniciada em 1989 e da ampliação de fluxos geográficos materiais e imateriais decorrentes da emergência do meio técnico-científico-informacional (SANTOS,1996). Tais transformações imprimiram nova forma à rede urbana regional, na medida em que novos conteúdos econômicos, políticos e culturais vieram somar-se àqueles historicamente construídos neste recorte do território baiano tradicionalmente conhecido como microrregião cacaueira (DINIZ, 1983).

Através das redes urbanas, o espaço se organiza e, desse modo, as cidades, com seus diferenciais de renda e crescimento socioeconômico, participam também em graus variáveis da

divisão territorial do trabalho. Considerando as pequenas cidades do Sul da Bahia na rede urbana, podemos verificar que estas participam consumindo produtos e serviços que circulam, sobretudo, através do circuito inferior da economia urbana identificado por Santos (2004). A esse respeito, Corrêa (2001) também afirma que devemos entender os circuitos espaciais da economia como meios socioespaciais que servem a classes distintas, ou seja, tanto aos grupos de alto e médio status, como os de baixo status que coexistem no mesmo espaço face à própria reprodução social.

Ainda de acordo com Corrêa, é através da rede urbana que se realiza a articulação entre produção e consumo final. Ele afirma ainda que a rede se constitui em uma estrutura territorial através da qual toda produção, até mesmo daqueles que são desprovidos de produzir seu próprio meio de subsistência são drenados para os grandes centros de decisão econômica.

Neste contexto, ao analisarmos uma cidade pequena no contexto da rede urbana, a exemplo do município de Canavieiras-BA, devemos considerar a sua localização geográfica, tendo em vista que as cidades que se encontram próximas aos grandes centros econômicos tendem a apresentar um maior crescimento devido ao envolvimento que estabelecem com estes centros mais dinâmicos economicamente, enquanto que as cidades que se localizam mais distantes destes centros permanecem estagnadas devido o isolamento em que se encontram e a falta de atrativos econômicos que possam atrair a sua população. Desse modo, devemos identificar como estas cidades estão inseridas numa determinada área, região ou rede a partir do seu contexto sócio-econômico (FRESCA, 2001).

3.2 O Circuito Inferior da Economia Urbana

Os circuitos da economia urbana ganham forma nos países subdesenvolvidos a partir da Revolução Técnico-Científica, após a Segunda Guerra Mundial, momento em que as modernizações se difundem seletivamente nos países subdesenvolvidos, se sobrepondo aos sistemas pré-existentes e transformando não apenas a produção, mas também a distribuição e o consumo.

Considerando o progresso tecnológico atual, a modernização tem sido impulsionada pela força das grandes indústrias, representadas pelas corporações multinacionais e pelas modernas formas de difusão da informação (SANTOS, 1978a). Desse modo, as conseqüências desse processo sobre os países subdesenvolvidos são múltiplas e profundas.

Neste contexto, Santos (1979) conclui que o efeito-demonstração que a informação cria nesses países periféricos provoca uma deformação na estrutura do consumo, possibilitando desta forma o surgimento de novas formas de produção e comércio. Essa seletividade que se acentua a partir das modernizações, cria segundo o mesmo autor, uma massa de empobrecidos que coexistem com uma minoria de renda elevada.

Enquanto as estruturas de acumulação capitalista desenhadas em lugares muito distantes não medem esforços para inserção de atividades modernas de comércio e serviços no meio urbano (atividades típicas do circuito superior da economia), a permanência de um conjunto de atividades pobres e profundamente ancoradas no próprio lugar, persistem e mesmo se fortalecem na atualidade. Estas atividades são típicas do que Milton Santos denominou como sendo o “circuito inferior da economia urbana” nos países pobres.

Neste sentido, Santos (1979) caracteriza o circuito superior como resultado direto das modernizações que atingem o território e o circuito inferior como derivado deste primeiro, onde as formas de fabricação não-capital intensivo, os serviços não modernos oferecidos a varejo e o comércio de pequena dimensão estão voltados, sobretudo ao consumo dos mais pobres. Desse modo, enquanto o circuito superior é alimentado pela modernização atual, o circuito inferior é moldado pelos tempos e formas do lugar.

Cada circuito da economia urbana pode ser explicado por meio de uma combinação de atividades desenvolvidas num dado contexto, bem como pela população a eles vinculada através,

principalmente, da circulação e do consumo. Porém, esta determinação não é rígida, pois, todas as classes sociais podem consumir fora do circuito ao qual estão ligadas, ainda que seja apenas ocasional ou parcialmente (SANTOS, 1978a). Assim, a existência destes dois circuitos resulta, sobretudo, das diferenças qualitativas e quantitativas de consumo entre ricos e pobres na cidade, visto que nem toda população possui acesso amplo e constante a todos os tipos de bens e serviços, como assegura Santos (1978a):

Os pobres não têm acesso a um grande número de mercadorias modernas. Os mais pobres só podem obter bens de consumo corrente através de um determinado sistema de distribuição freqüentemente complementado por um mecanismo de produção igualmente específico. Esse sistema surge em resposta às condições de pobreza em que vive uma grande parte da sociedade (SANTOS, 1978a: 37).

Embora os dois circuitos da economia urbana sejam considerados subsistemas independentes, eles fazem parte do sistema urbano, onde as diferenças fundamentais das atividades desenvolvidas nestes circuitos estão ligadas ao capital, a tecnologia, a organização, dentre outros. Neste contexto, Santos (1979) reconhece a existência de uma subordinação do circuito inferior face ao circuito superior, tendo em vista que os recursos destinam-se de forma quase que exclusiva à economia dominante, tanto no que diz respeito à infra-estrutura, quanto ao acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, a economia praticada no circuito inferior da economia, muitas vezes classificada como “informal” compete e é combatida pelo circuito superior.

A idéia equivocada que aproxima o circuito inferior com o setor informal, ocorre devido às variadas formas de organização e pela divisão interna do trabalho no circuito inferior, onde as atividades realizadas neste circuito, muitas vezes são precárias, não regulamentadas, utilizando longas jornadas de trabalho e envolvendo um trabalho temporário ou instável e mal remunerado.

É esta oposição e complementaridade regida por uma relação de dominação entre os circuitos, que constitui o que Santos (1978a) denomina como sendo a característica das estruturas e o sistema de estruturas, visto que, a economia urbana de modo geral, é caracterizada como um sistema de estruturas, e o circuito inferior neste contexto constitui um desses subsistemas que nada mais é um subsistema do sistema nacional.

Nos países subdesenvolvidos, o circuito inferior da economia urbana aparece como prática social e econômica que garante a subsistência de uma parcela importante da população que não se enquadra no trabalho moderno, ou seja, ele aparece como essencial à reprodução de uma classe social que muitas vezes não está capacitada à prática do trabalho moderno, já que este exige uma maior qualificação. Assim, verifica-se que este circuito agrega justamente as atividades de consumo realizadas pela população pobre, tornando-se deste modo de extrema importância para o lugar.

Ligado as mais variadas demandas da sociedade, o circuito inferior da economia garante oportunidades praticamente únicas de geração de trabalho e renda, através do pequeno comércio e de serviços simples de atuação local, viabilizando, assim, o consumo para os estratos mais pobres da população e organizando um mercado que, apesar de movimentar pouco capital, constitui muitas vezes um mercado privilegiado ou mesmo exclusivo para uma parte importante da sociedade.

As atividades desenvolvidas no circuito inferior possibilita-nos reconhecer a sua importância na produção de um espaço socialmente mais justo, onde podemos ver a cidade como um conjunto solidário e contraditório, de divisões de trabalho, que valoriza todas as manifestações entre a sociedade e o território, cujas funções mais modernas, aquelas que norteiam sua inserção na atual divisão internacional do trabalho não podem ser confundidas (SILVEIRA, 2004).

Neste sentido, no espaço da cidade como analisa Silveira (2004), mesmo quem não é moderno encontra o seu lugar:

[...] a cidade, somente poderá ser entendida ao considerar a coexistência de divisões de trabalho. A cidade não é apenas o reino das grandes corporações e dos grandes bancos, o reino do circuito superior, mas também o lugar do trabalho não-especializado, das produções e serviços banais, das ações ligadas aos consumos populares – aquelas necessidades criadas pelo nosso tempo, mas cuja resposta não é dada a todos pela economia hegemônica (Silveira, 2004: 60).

Deste modo, o circuito inferior vai encontrar os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai buscar essa articulação fora da cidade e da sua região.

Neste contexto, estudar a cidade em sua totalidade só será possível se considerarmos as relações estabelecidas entre os circuitos, pois estes são responsáveis pela definição social e econômica e pelas possibilidades e formas de evolução tanto do organismo urbano como de sua área de influência.

3.3 A Dinâmica do Circuito Inferior da Economia Urbana no Município de Canavieiras-BA

Como dito, as três primeiras décadas do século XX marcaram a organização econômica da monocultura do cacau na região Sul da Bahia, transformando-a numa economia organizada, de formação capitalista e conteúdo mercantil (DINIZ:1983) que originou um processo de acumulação e concentração fundiária com base no comércio exterior. Durante este período, foram significativos os fluxos populacionais para esta área, oriundos das regiões adjacentes e de áreas mais distantes do sertão nordestino.

A implementação da lavoura cacaueira e principalmente a sua consolidação como o principal produto da economia baiana na primeira metade do século XX provocou uma mudança de conteúdo que atingiu os pequenos centros litorâneos, que deixaram de ser exclusivamente núcleos de pescadores e pequenos produtores de farinha e aguardente.

Durante quase todo o século XX, mais precisamente até o meado da década de 1970, o cacau foi o combustível responsável por alimentar a economia local, fazendo a cidade de Canavieiras ser conhecida como a “Princesinha do Sul”, dada à prosperidade e riquezas associadas à monocultura cacaueira. Esta atividade vinculava em sua cadeia produtiva um contingente significativo de pessoas, que ocupavam diversas atividades. Desde o trabalho nas lavouras, passando pelo transporte fluvial em pequenas embarcações (o sistema de transporte baseado em estradas era bastante precário até o início da segunda metade do século XX), estivadores, amarradores e marinheiros dedicados exclusivamente ao transporte do produto.

Momento das modernizações, difusão do meio técnico-científico (conforme visto no Capítulo 2) e, por conseguinte, da organização/sobreposição do circuito superior da economia urbana nas escalas regional e local.

O volume de dinheiro que circulava localmente era suficiente para manter aquecido o comércio local, proporcionando emprego e prosperidade aos moradores de Canavieiras. Este quadro manteve-se relativamente estável até a década de 1960, quando a abertura de estradas para o escoamento da produção pelo porto de Ilhéus dizimou os empregos relacionados ao transporte e à cabotagem, e conseqüentemente aos armazéns, que devido o baixo volume da produção que ainda escoava pelo porto de Canavieiras foram obrigados, gradativamente, a fecharem suas portas. Estes acontecimentos, associados à proliferação de pragas como a “vassoura-de-bruxa”, que dizimou boa parte das lavouras de cacau, foram responsáveis pelo declínio da economia local baseada na monocultura cacauzeira.

Desde o início da década de 1980, o município de Canavieiras buscou alternativas para a retomada do seu desenvolvimento, principalmente com incentivos turísticos e à aqüicultura¹². Mesmo estando sempre ligado a produção de cacau e tendo o rio Pardo como limite da área core do plantio no sul do Estado, Canavieiras foi obrigada a diversificar sua economia na tentativa de superar a crise que vinha atingindo a produção cacauzeira, provocando uma queda do preço da amêndoas no mercado externo e fragilizando deste modo um modelo econômico centrado no setor primário.

A economia do município inicialmente baseada na monocultura de exportação, foi também aos poucos cedendo lugar a introdução de outros produtos agrícolas e ao desenvolvimento da atividade pecuária, conforme **Gráficos 2.2 e 2.3** apresentados no **Capítulo 2**. Esta alteração na base econômica influenciou diretamente na expansão urbana do município, tendo em vista o deslocamento da população rural para a área urbana, agravando desta forma alguns problemas na cidade, particularmente no que concerne à habitação, aos serviços básicos e de saneamento.

¹² A aqüicultura consiste no cultivo de camarão de procedência equatoriana, *Penaeus Vanamei* em áreas próximas aos manguezais. Em Canavieiras, a produção dessa espécie exótica tem provocado sérios danos ao ecossistema, pois, os tanques utilizados nesta produção localizam-se próximos uns dos outros, aumentando deste modo a ação de vírus e bactérias, bem como a quantidade de produtos químicos e farmacológicos como antibióticos e fungicidas despejados nos rios e mangues. Os danos provocados por este tipo de atividade têm atingido atualmente grande parte da população do município que vive tradicionalmente dos recursos presentes no manguezal, lagoas, matas e estuários, ambientes diretamente afetados por essa forma de cultivo.

Entretanto, é neste momento de mudança na matriz econômica do município de Canavieiras que muitos trabalhadores rurais expulsos do campo passam a fazer parte do circuito inferior da economia urbana regional, por este ser um circuito que absorve essa nova demanda de trabalhadores. Por isto, Santos (1979) considera a pobreza e o circuito inferior como sinônimos, pois é justamente no universo deste circuito que a população pobre vai encontrar um abrigo, ou seja, uma forma de obter algum tipo de renda.

Esta refuncionalização que ocorreu na economia do município como tentativa de superação à Crise da Lavoura Cacaueira, resultou numa série de iniciativas do governo estadual e federal que visavam o desenvolvimento econômico para atender às demandas da população, possibilitando assim o surgimento de novas atividades ligadas aos circuitos da economia urbana que reforçaram o comércio através do consumo, porém, foi no circuito inferior da economia urbana que ocorreu a maior concentração destas atividades.

Ao analisarmos a teoria dos circuitos da economia urbana nos países Subdesenvolvidos (Santos 2004), devemos considerar a cidade como um lugar onde estes circuitos se diferenciam e se complementam, pois a cidade compreende a totalidade, “o conjunto de todos os instrumentos de trabalho e todas as formas de fazer” e só pode ser entendida ao considerarmos a coexistência das divisões territoriais do trabalho (SILVEIRA, 2004: 60).

Neste sentido, diante da necessidade de uma refuncionalização econômica em decorrência da Crise na Lavoura Cacaueira que abalou muitos municípios da região Sul da Bahia na década de 1980, Canavieiras passou a investir mais efetivamente na atividade pesqueira, transformando esta atividade numa importante fonte de rendimentos para população em geral, que mesmo limitada pelas poucas opções disponíveis pelo mercado formal de trabalho, passou a se dedicar à atividade extrativa com maior intensidade, com objetivos comerciais e de consumo próprio.

Este tipo de atividade desenvolvida é caracterizada por duas importantes modalidades: a pesca artesanal e a mariscagem. No município, a pesca artesanal é exercida por homens que utilizam embarcações e instrumentos de pesca para capturar peixes e crustáceos, já a mariscagem é exercida predominantemente por mulheres que fazem uma coleta manual e de forma desembarcada, nos mangues, praias, bancos de areia e recifes, resultando na coleta manual de moluscos e crustáceos.

Ligadas a sede municipal, existem seis comunidades que desenvolvem a atividade da pesca como atividade econômica de maior importância em nível local, contribuindo consideravelmente para o aumento da produção econômica do município: Oiticica (32 Km de distância da sede e com cerca de 303 habitantes), Puxim de Fora (26 Km de distância da sede e com cerca de 120 habitantes), Puxim do Sul (25 Km de distância da sede e com cerca de 310 habitantes), Barra Velha (19 Km de distância da sede e com cerca de 325 habitantes), Acaiaia (4 Km de distância da sede e com cerca de 165 habitantes) e Campinhos (10 Km de distância da sede e com cerca de 328 habitantes).

Embora estas comunidades contribuam para o desenvolvimento econômico de Canavieiras, elas convivem com muitas dificuldades tanto no que diz respeito à habitação, quanto à infra-estrutura. Em Oiticica e Puxim do Sul, as casas apresentam um padrão de ocupação típico das periferias dos pequenos centros urbanos do estado da Bahia, onde a maioria delas são feitas de alvenaria, porém sem reboco e acabamento interno, além de construções, as mais antigas, feitas de madeira. Porém, nestas comunidades há disponibilidade de energia elétrica, água encanada em boa parte das residências e infra-estrutura, como abrigos nas paradas de ônibus, telefones públicos, pequeno comércio de gêneros alimentícios, além de uma escola de Ensino Fundamental I.

Tanto em Oiticica como em Puxim do Sul, a carência de serviços de saúde, bem como a falta de transporte público constituem as maiores reivindicações da população, pois só existe um posto de saúde nas proximidades e falta tanto material, quanto profissionais, deste modo, eles precisam deslocar-se para a sede municipal ou para o município vizinho – Una, em busca de atendimento.



Figura 3.1 – Tipo de Ocupação Característica das Comunidades: Oitica e Puxim do Sul
Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Em Puxim de Fora, o processo de ocupação é marcado por relações familiares e vínculo de parentesco, havendo apenas dez casas no núcleo. Não possui uma organização formal e sua representatividade junto ao município é pouco significativa. Não dispõem de água encanada, rede de esgoto, energia elétrica ou telefones públicos, apenas tem disponível uma escola de Ensino Fundamental I.



Figura 3.2 – Tipo de Ocupação Característica da Comunidade de Puxim de Fora
Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Esta comunidade localiza-se nas proximidades do Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba Resort, um grande complexo hoteleiro, localizado na Ilha de Comandatuba, no município de Una ao sul da Bahia, há aproximadamente 42 Km de Canavieiras. O hotel encontra-

se incluído na seleta lista do “The Leadign Hotels of the World” (Um dos melhores Hotéis em destaque no mundo) por dispor de uma infra-estrurua luxuosa, com Campo de Golfe de categoria internacional com 18 buracos no percurso, Spa L’Occitane e Aeroporto próprio para aeronaves de grande porte (o maior particular do Brasil).



Figura 3.3 – Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba Resort

Fonte: <http://www.googleimagens.com.br>. Acesso em: 08 de outubro de 2011.

Os moradores desta comunidade adquirem regularmente em Puxim do Sul alguns gêneros alimentícios e produtos de higiene pessoal para atender as suas necessidades, mas quando possível, eles buscam em Canavieiras suprir estas necessidades devido o menor preço dos produtos. Já a produção de coco e o pescado realizado pela comunidade, são comercializados nas proximidades da entrada do Hotel Transamérica para comerciantes e restaurantes locais.

Podemos verificar que embora a comunidade de Puxim de Fora desenvolva atividades diretamente ligadas ao circuito inferior da economia urbana, ela tende a se beneficiar mesmo que parcialmente das infra-estruturas (rodovias, rede de transporte, dentre outros) criadas em função do circuito superior da economia urbana e que têm um papel importante sobre a redução dos custos de distribuição e circulação, porém, as diversas formas de trabalho coletivo, dependentes dos conteúdos desses lugares, tendem a resistir às mudanças aceleradas que ameaçam substituir ou deslocar essas parcelas da divisão territorial do trabalho (SILVEIRA, 1999).

Na comunidade de Barra Velha, a atividade pesqueira encontra-se, diretamente ligada a extração do camarão branco e a pesca em mar aberto para fins comerciais. As ocupações também não são bem definidas e as casas (cerca de 65 habitações) são na sua maioria de madeira, mas, aos poucos estão sendo substituídas por tijolos . Não dispõem de uma boa infra-estrutura (água encanada e rede de esgoto), porém, em 2005 a comunidade passou a ter acesso à energia elétrica graças a uma iniciativa da CAR – Companhia de Ação Regional, do Banco do Nordeste e do Governo do Estado da Bahia, com o apoio da Prefeitura Municipal de Canavieiras onde foram instalados painéis de energia solar em algumas casas da comunidade.



Figura 3.4 – Painel de Energia Solar instalado na Comunidade de Barra Velha

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

A difusão da tecnologia permite uma maior acessibilidade dos agentes do circuito inferior as novas tendências promovidas pelo circuito superior da economia urbana.

Na comunidade Ilha de Atalaia, desde a sua origem, a pesca sempre foi desenvolvida como pratica produtiva do lugar. As suas ocupações assim como ocorreu nas demais comunidades se deu inicialmente com casas de madeira e nos últimos tempos com a substituição destas pelas de alvenaria.

A grande proximidade da ilha com a sede do município, possibilitou na década de 1980 com a construção da ponte, a implementação da rede de abastecimento de água e energia elétrica, entretanto, a comunidade não dispõem de comércio e de serviços, e buscam atender as suas necessidades básicas na cidade.

O contato que os pescadores e marisqueiros fazem diariamente com a cidade acontece a pé, de bicicleta ou canoa, pois não existe serviço de transporte público entre a vila e a cidade, apenas há um serviço de motoboy prestado por empresas que atuam na sede municipal.



Figura 3.5 – Comunidade da Ilha de Atalaia

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Com um acesso extremamente limitado, a comunidade de Campinhos se comunica com a sede municipal através da rede hidrográfica. Nesta comunidade, os homens e as mulheres dedicam-se exclusivamente a mariscagem, encontrando na cidade, a comercialização dos seus produtos nas feiras livres.

As ocupações deste assentamento variam entre construções de madeira, palha e alvenaria sendo esta última menos frequente. A infra-estrutura desta localidade é muito precária, não disponibilizam de água encanada, luz elétrica e rede de esgoto, nem tampouco de serviços de saúde.



Figura 3.6 – Catadores de mariscos da Comunidade de Campinhos

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Esta realidade que envolve as comunidades mais carentes de Canavieiras intensificou o processo de favelização do município possibilitando a formação de uma reserva de mão-de-obra barata que foi sendo acolhida pelo circuito inferior da economia urbana. Deste modo, à medida que esta população foi buscando encontrar uma atividade e um lugar na cidade, o circuito inferior da economia foi expandindo as pequenas atividades que são realizadas sem capital ou até mesmo com capital reduzido.

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, no município de Canavieiras entre 1991 e 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu em 28% e para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, ganhando menos de $\frac{1}{2}$ salário foi feita uma soma das rendas de todas as pessoas

residentes no domicílio e o total desta soma foi dividido pelo número de moradores, resultando nas informações do **Gráfico 3.1**. No caso da indigência, foram consideradas as pessoas que recebem menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

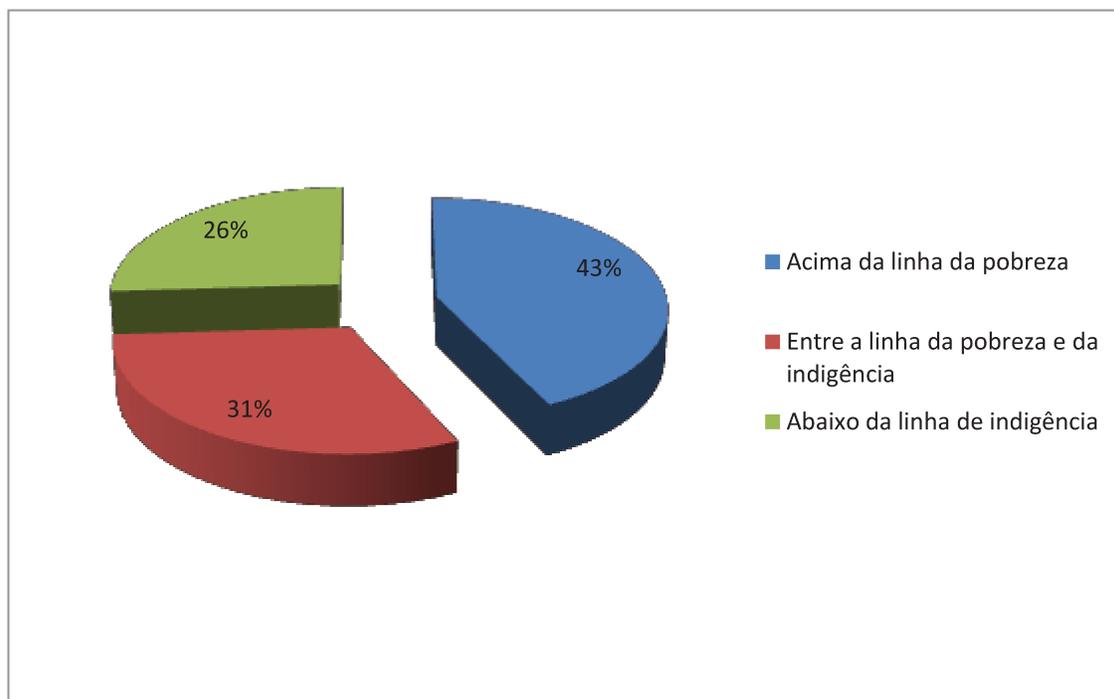


Gráfico 3.1 – Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência no Município de Canavieiras em 2010

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

Ainda que a pobreza esteja diretamente imbricada nas áreas periféricas do município de Canavieiras, na área central, o adensamento do circuito inferior também pode ser verificado, através da expansão de trabalhadores sem carteira assinada que se abrigam neste circuito por este ser fornecedor de ocupação para grande parte da população.

A área central do município abriga uma multiplicidade de divisões do trabalho do passado que se constituíram em diferentes temporalidades. As antigas construções conferem ao ambiente construído fruto das divisões do trabalho do passado e de seu uso presente, um papel central na localização dos eventos atuais que ai se desenrolam, “a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais dos trabalhos anteriores” (SANTOS, 1996: 141).

O processo de ocupação do município compreendeu inicialmente a área portuária, onde foram instalados os armazéns de cacau que facilitaram não só o armazenamento das amêndoas, bem como o seu transporte e circulação, e, por casarios do século XIX. Este quadro manteve-se estável até a década de 1940 do século XX. Entretanto, fatores de ordem mercadológicas associados às intempéries climáticas e a proliferação de pragas como a vassoura-de-bruxa, provocaram o declínio da economia local baseada na monocultura cacauceira e conseqüentemente promoveram uma gradativa desocupação desta área, acelerando os processos de deterioração de parte de desses equipamentos urbanos, embora o município concentre até hoje uma razoável estrutura urbana.



Figura 3.7 – Casarios do século XIX em ruínas localizados no Centro Histórico Paulo Souto no Cais do Porto

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Contudo, os antigos armazéns e casarios do século XIX passaram por um processo de refuncionalização nas últimas décadas e hoje concentram atividades culturais, galerias, restaurantes, lojas de artesanato, óticas, sorveterias, peixarias, agências bancárias, dentre outros serviços.



Figura 3.8 – Casarios Refuncionalizados no Centro Histórico de Canavieiras

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

¹³ Até a primeira metade do século XX, as principais funções de serviços e comércio na cidade de Canavieiras que sustentavam a sociedade agro-exportadora, concentravam-se no Cais do Porto, em pleno Sítio Histórico. Nesta área o comércio era bastante movimentado e toda riqueza proveniente do fruto de ouro, “o cacau”, era empregado na construção de belos edifícios públicos e particulares.

No bojo desse processo de rearranjo espacial que foi ocorrendo no Centro Histórico de Canavieiras, empresas modernas ligadas ao circuito superior da economia urbana foram encontrando seu lugar como é o caso das duas únicas agências bancárias que se instalaram no município no início da década de 1970, o Bradesco e o Banco do Brasil.

Localizada na Praça da Cesta entre dois casarões antigos, a agência do Bradesco foi construída em um estilo moderno, descaracterizando o conjunto arquitetônico do Centro Histórico. Já a agência do Banco do Brasil, localizada na Praça da Bandeira, próxima aos prédios históricos da Prefeitura Municipal e do Antigo Presídio, hoje uma Biblioteca, foi construída na área do Cine Teatro Glória, uma construção da década de 1930 que foi demolida pelo próprio Banco para dar lugar a uma construção mais moderna, típica das agências construídas pelo Banco nas décadas de 1970 e 1980.



Figura 3.9 – Agências do Bradesco e do Banco do Brasil localizadas no Centro Histórico Paulo Souto

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

De acordo com Santos (1979: 106), “o banco abrange atividades do circuito superior, que controla direta ou indiretamente em seu próprio nome ou como representante de instituições de crédito mais poderosas, e liga a sua esfera local a um banco estrangeiro”. As atividades modernas da economia passam a serem dirigidas pelo aparelho bancário internacional.

De modo geral, o banco viabiliza através de sua capacidade creditícia e organizacional uma utilização mais geral do crédito, e muitos financiamentos são disponibilizados para o comércio, que em um prazo mais curto, com uma rotatividade maior do capital, e conseqüentemente lucros maiores com menores riscos, asseguram ao banco um controle desta atividade, e para a atividade agrícola, através de créditos sazonais para o financiamento da colheita, como ocorreu em Canavieiras no momento da Crise da Lavoura Cacauera, onde muitos produtores de cacau receberam incentivos bancários para recuperarem as suas lavouras, possibilitando conseqüentemente o restabelecimento da economia local e o aumento do consumo que por sua vez reforça a formação de um comércio mais efetivo.

Atualmente, nesta mesma área do Centro Histórico de Canavieiras onde se desenvolvem atividades do circuito superior, também se manifesta um circuito inferior marcado, sobretudo, pela atividade da pesca, pois, com a localização do Cais do Porto nesta área, muitos pescadores passam a concentrar suas atividades nesta localidade, compreendendo uma melhor via de circulação e distribuição do produto.



Figura 3.10 – Peixarias localizadas no Cais do Porto no Centro Histórico de Canavieiras
Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Todo o processo de comercialização da produção da pesca se dá por meio de uma intermediação entre de atores do circuito inferior com os atores do circuito superior que são responsáveis pela negociação final do produto. Localmente, um dos pescadores das comunidades onde a atividade da pesca é praticada, especializado na compra e venda do pescado, oferece as empresas regionais de médio e grande porte a produção, e estas por sua vez compram e até mesmo financiam a produção, configurando-se como uma fonte certa e segura para venda do pescado.

Porém, nas últimas décadas, os governos federais e estaduais, passaram a conceder linhas de crédito nas agências locais para o desenvolvimento desta atividade extrativa, destinado-as às pessoas físicas. Os empréstimos realizados tinham o intuito de melhorar a infra-estrutura ligada à produção, entretanto, de modo geral, estes foram utilizados de forma incorreta e para outras finalidades (reforma de imóveis, compra de moto e/ou veículos usados, dentre outros).

Como o valor disponibilizado (máximo de R\$ 6.000,00) não era suficiente nem para comprar um barco com motor, as prestações do empréstimo estavam fora da realidade da maioria dos que vivem da pesca e pelo fato de que quase todos os pescadores e marisqueiros não têm conhecimento empresarial para administrar o empréstimo disponibilizado, muitos dos pescadores que contrataram os empréstimos acabaram sem equipamentos e endividados nos bancos.



Figura 3.11 – Barcos de pesca ancorados no Cais do Porto no Centro Histórico de Canavieiras

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

A partir da década de 1980, o processo de expansão urbana de Canavieiras ocorreu em direção à rodoviária (sentido oeste) e nesta área, foram sendo desenvolvidas novas atividades desta vez ligadas diretamente ao comércio. O rearranjo das atividades desenvolvidas nesta região mais central possibilitou também a ampliação e manifestação do circuito inferior devido ao crescimento populacional que foi acontecendo no município e que encontrou neste circuito um abrigo para sua reprodução.

Dentre as atividades desenvolvidas na região central do município, destacam-se especialmente o comércio varejista e atacadista, a atividade industrial que apesar de pouco desenvolvida dispõe de uma indústria de beneficiamento de leite e três de poupa de frutas, o setor de serviços e o de transporte. Entretanto, devemos destacar também o papel de abrigo que a atividade do comércio ambulante desempenha nesta área central da cidade. A presença deste comércio, mesmo que pequeno nesta região está diretamente relacionado ao fluxo de mercadorias comercializadas nas feiras livres.



Figura 3.12 – Comércio Ambulante instalado na Avenida Rio Branco no Centro
Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

No circuito inferior instalado nos arredores do centro de Canavieiras predominam os pequenos comércios e serviços ligados a este circuito. No quadro abaixo, esboçamos a variedade dessas atividades comerciais e de serviços do circuito inferior identificadas no trabalho de campo.

Comércio	Vestuário; venda de: artigos de cama/mesa e banho; artesanato; calçados e acessórios; bijuterias; brinquedos; material de construção; CDs e DVDs; doces; limpeza; móveis novos e usados; artigos de papelaria; brinquedos; ferragens; cosméticos e perfumaria; medicamentos; livros e revistas novos e usados; peças de bicicleta; etc.
Serviços	Concertos de aparelhos eletroeletrônicos e de telefone celular; armarinhos; padarias; bares; lanchonetes; reformadoras de sofá; pequenos restaurantes; serviços de hotelaria; cabeleiros; chaveiro; quiosque para venda de caldo de cana; costureiras; posto de gasolina; lavagem de carro; oficina mecânica; borracharia; serviço de cópia e encadernação; sapateiros; serviço de sonorização (propagandas, anúncios, notas de falecimento, etc): “ Voz de Canavieiras”; serviço de táxi e de mudanças (frete); motoboy; guichê para venda de passagens rodoviárias; oficinas de bicicletas, etc.

Quadro 3.1 – Comércio e Serviços do Circuito Inferior na área central de Canavieiras - 2011

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

Os pequenos estabelecimentos do circuito inferior presentes numa mesma área, segundo Santos e Silveira (2001), acabam por acumular atividades semelhantes ou complementares criando numa mesma área um efeito de massa e esta proximidade por sua vez produz um efeito de vizinhança facilitando a difusão de informações gerais e específicas.

Ainda que estes pequenos estabelecimentos se desenvolvam nas áreas mais desvalorizadas do tecido urbano, eles necessitam, todavia, de uma escala mínima de consumidores que lhes permita continuar existindo. Deste modo, os agentes do circuito inferior buscam se instalar preferencialmente nos pontos centrais da cidade, especialmente nos lugares que representam centros de consumo popular.



Figura 3.13 – Pequenos estabelecimentos comerciais localizados ao longo da Rua Professor Assis Gonçalves no centro de Canavieiras

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Identificamos também no trabalho de campo, alguns destes pequenos estabelecimentos (**Figura 3.14**) reconhecidos como “biroscas”, instalados nos canteiros centrais da cidade, reforçando desse modo o poder de abrangência do circuito inferior e caracterizando a falta de atuação do poder público em impedir a construção dos mesmos.



Figura 3.14 – Biroscas construídas nos canteiros centrais em Canavieiras
Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

De acordo com dados da Secretaria de Indústria e Comércio do Município de Canavieiras, o comércio varejista de mercadorias vem se consolidando nesta área central como um grande “empregador”, ou seja, um grande concentrador de mão-de-obra. Neste setor, existem cerca de 346 estabelecimentos cadastrados e suas atividades estão diretamente ligadas às necessidades da população local: alimentação e bebidas (60%); vestuário e higiene pessoal (21%) e materiais de construção (7%). Nos demais estabelecimentos cadastrados são comercializados fumo, presentes, livros e revistas, móveis, utensílios domésticos, peças e acessórios de eletroeletrônicos, bicicletas, motos e carros e medicamentos, estes não possuem uma grande representatividade.

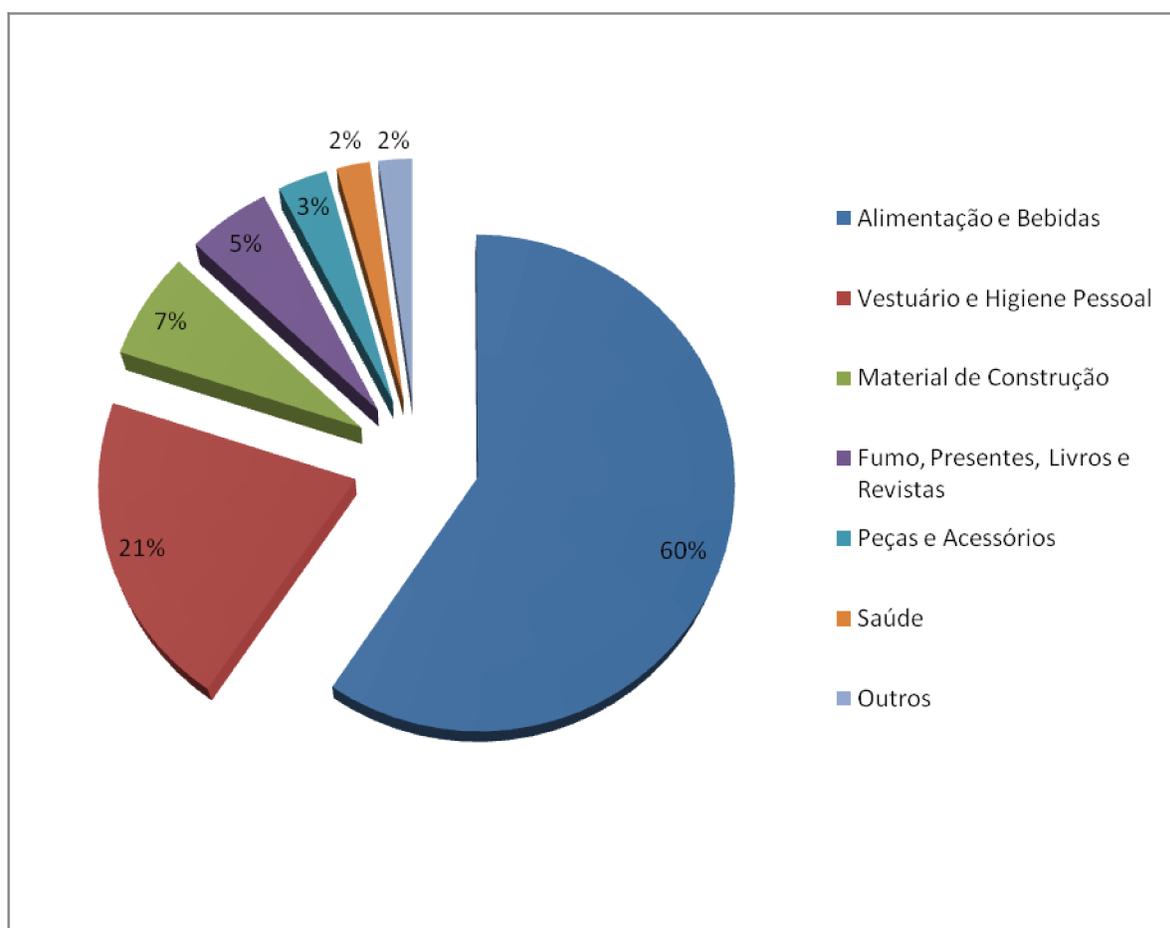


Gráfico 3.2 – Distribuição dos estabelecimentos comerciais por ramo de atividades no Município de Canavieiras em 2011

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Canavieiras.

Além dos estabelecimentos acima citados, também foram identificados no trabalho de campo, cinco frigoríficos, quatro empresas de defumação de camarão, duas panificadoras, uma fábrica de gelo, uma fábrica de iogurte, uma gráfica e um de confecção de sofá.

Sendo o comércio varejista um dos maiores concentradores de mão-de-obra em Canavieiras, verificamos que o salário pago neste tipo de comércio é de um salário mínimo mensal (R\$ 545,00), o que caracteriza de modo geral os baixos salários recebidos pela maioria das pessoas que se abrigam no circuito inferior.

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, esta realidade revelou que em Canavieiras houve uma redução da participação dos pobres na renda municipal que passou de 3,7% em 2000 para 2,3%, em 2010, aumentando ainda mais os níveis de desigualdade, enquanto a participação dos mais ricos na renda municipal superou em 29 vezes mais os mais pobres, como podemos observar no **Gráfico 3.3**.

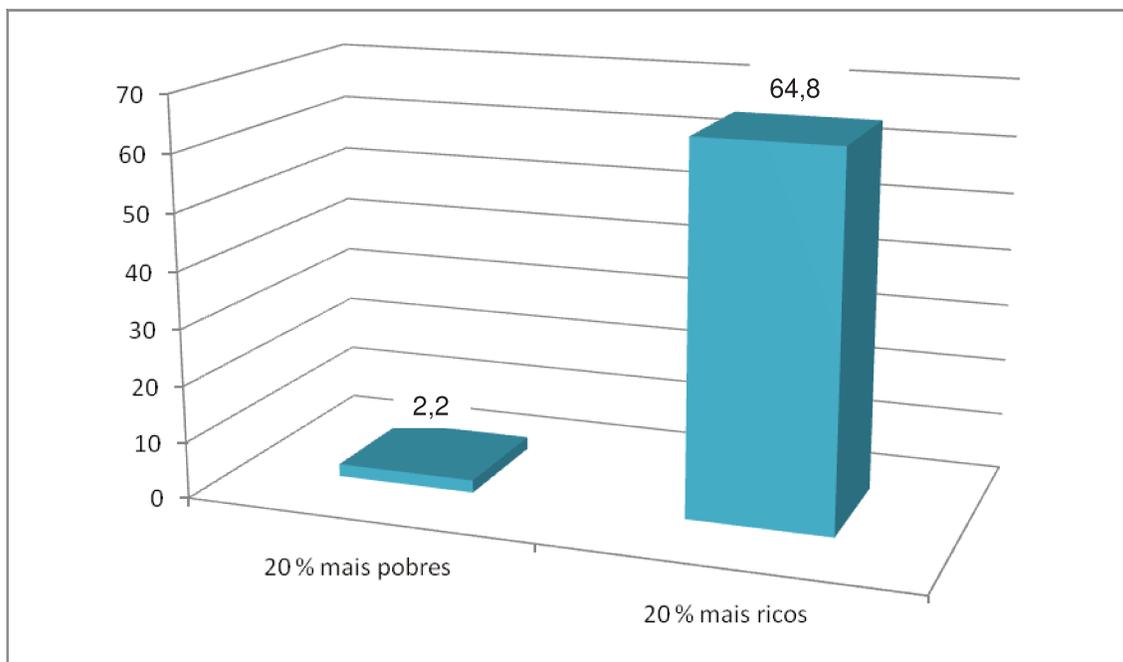


Gráfico 3.3 – Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população de Canavieiras – 2010

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.

Podemos verificar neste tipo de comércio uma organização típica do circuito inferior, onde, apesar, da maior parte dos estabelecimentos afirmarem que trabalham predominantemente com mão-de-obra assalariada, foi possível constar na pesquisa de campo que, em sua grande maioria, os trabalhadores não possuem carteira assinada, e isto se dá devido à falta de fiscalização quanto à situação da mão-de-obra nestes pequenos comércios e pela falta de escolaridade por parte destes trabalhadores.

Porém, considerando o mercado de trabalho formal do município, as mulheres apresentam uma maior participação com relação aos homens, com um percentual de 103,6% em 2010 (**Gráfico 3.4**), independentemente da escolaridade.

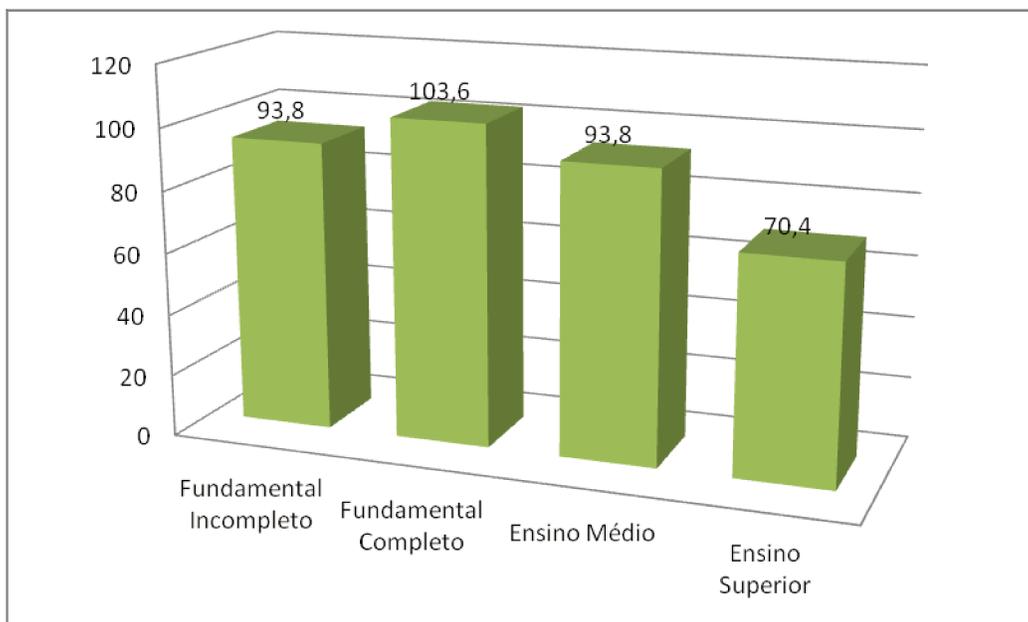


Gráfico 3.4 – Percentual do rendimento feminino em relação ao masculino segundo a ocupação formal e o grau de escolaridade – 2010

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS, 2010.

Elaboração: BRITO, Neylana, 2011.



Figura 3.15 – Pequeno Comércio Varejista instalado no centro de Canavieiras

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

No comércio atacadista, por sua vez, estão cadastrados segundo a Secretaria de Indústria e Comércio do município, seis distribuidores de gás GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), seis depósitos de piaçaba, quatro distribuidoras de bebidas, um cerealista, um armazém de comercialização do cacau e um estabelecimento de venda de alumínio. Estes estabelecimentos atacadistas formaram-se a partir do pequeno capital que circula no município, originado muitas vezes das atividades desenvolvidas no circuito inferior da economia, através da pesca e do comércio.



Figura 3.16 – Representantes do Comércio Atacadista: Armazém de Cacau e Distribuidora de Bebidas

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

O comércio atacadista de Canavieiras se abastece de produtos adquiridos em Itabuna e Ilhéus, devido à presença nestes municípios de duas importantes redes atacadistas nacionais: o Atacadão e a Macro. Estas duas empresas foram instaladas na rodovia BR 415 (entre Itabuna e Ilhéus), porém, bem próximas a Itabuna devido à grande importância que este centro urbano desempenha como entroncamento rodoviário, mais interiorizado e como um centro distribuidor de diversos produtos e serviços para os demais municípios da região.

Itabuna e Ilhéus atraem para seus territórios a maior parte da renda regionalmente produzida e, muitas funções exercidas nestes municípios se complementam, fazendo com que eles concentrem os equipamentos e serviços nas áreas da saúde, educação, finanças, no comércio varejista e até mesmo na instalação de novos centros de consumo como o shopping Center, que lhes possibilita influenciar os demais municípios da Região Cacaueira (Trindade, 2010). Por esta razão podemos considerar de acordo com Corrêa (1997) que:

As interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outros, ampliando as diferenças já existentes (CORRÊA, 1997: 280).

De modo geral, a circulação entre a rede atacadista e o município de Canavieiras que se dá pela rodovia BR 415 ligando os municípios Itabuna/Ilhéus e pela BA 001 ligando Ilhéus a Canavieiras, promove uma distribuição de produtos industrializados e uma intermediação entre os pequenos comerciantes de Canavieiras e os atacadistas de Itabuna e Ilhéus.

No que se refere ao setor de serviços em Canavieiras, cerca de 330 estabelecimentos estão cadastrados na Secretaria de Indústria e Comércio do município, e o perfil destes estabelecimentos não diferem muito do perfil do comércio varejista analisado anteriormente. Destacam-se neste setor o comércio de alimentos e bebidas, formado em sua maioria por bares, restaurantes e cabanas de praia que juntos totalizam 47 estabelecimentos; os serviços de transporte particular, constituído em sua maioria proprietários de táxi (20) e de caminhões (9); os estabelecimentos que comercializam passagens rodoviárias (10 no total); os pequenos comércios de concertos, manutenção e reparos (31) que juntos aos estabelecimentos cadastrados no setor de turismo (30) correspondem cada um a 15 % do total; o setor de ensino e transporte com 18 instituições cadastradas, seguido do setor de higiene pessoal e beleza (14), do setor de saúde (8),

do setor jurídico e financeiro também com 8 estabelecimentos e do setor de construção e comercialização de imóveis que também constam cada um com 5 estabelecimentos cadastrados, como pode ser verificado no **Gráfico 3.5**.

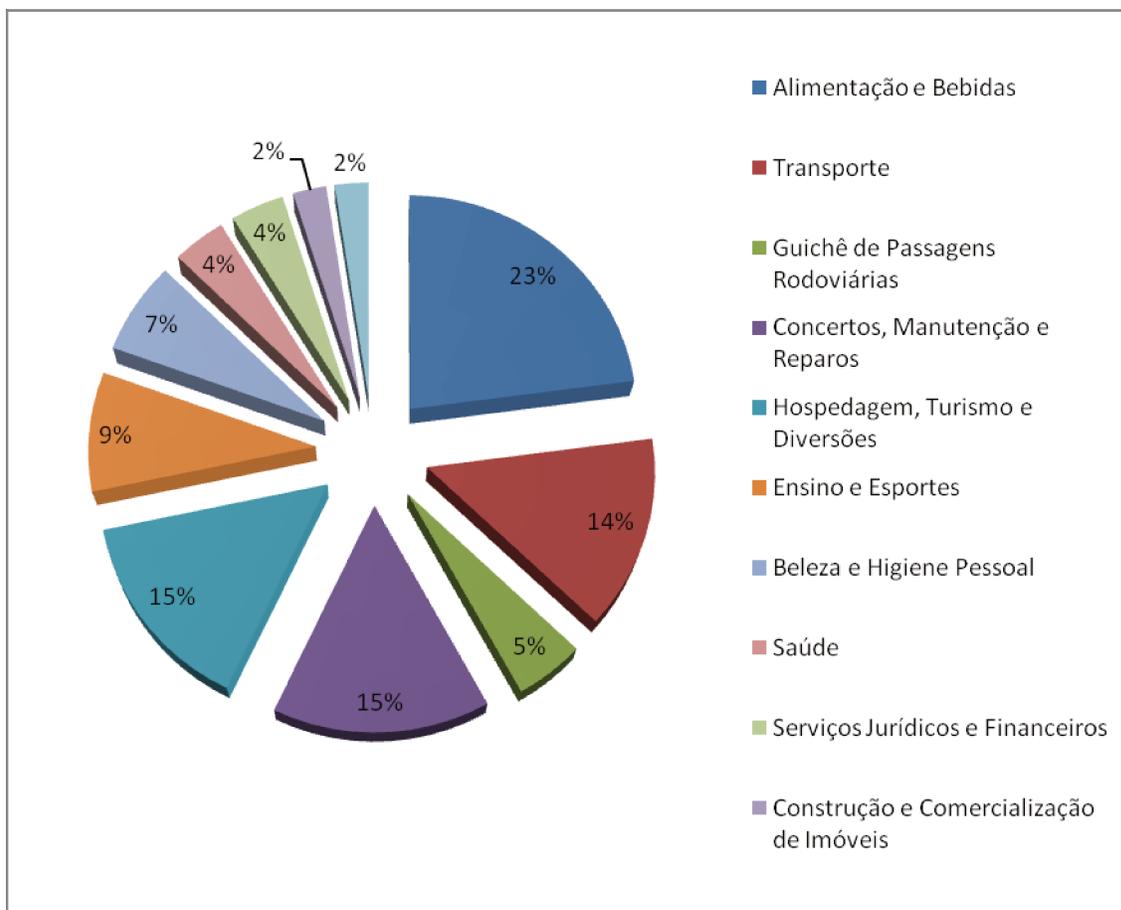


Gráfico 3.5 – Distribuição dos Serviços por ramo de atividade no Município de Canavieiras em 2011

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Canavieiras.

Ainda neste setor, identificamos um tipo de serviço que apesar de está ligado ao circuito superior da economia urbana atua no desenvolvimento das atividades do circuito inferior do município: a Escola Planet Panzini de Hotelaria, uma iniciativa de três entidades italianas a Associação Jardim dos Anjos, que já mantém uma creche na cidade, a Escola Panzini de Hotelaria, em Senigalia e a Planet Onlus, de Roma. Esta instituição tem como finalidade ser

instrumento de formação profissional e via de acesso ao mercado de trabalho, sendo, portanto, um projeto de cooperação internacional.

Inaugurada em março de 2010 e totalmente equipada para atender os cursos oferecidos, a escola dispõe de cursos para a formação de técnicos em hotelaria nas áreas de recepção, cozinha e camareira. Em 2011 o instituto realizou 25 cursos e treinamentos num período de 10 meses, muitos deles em parceria com o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), emitindo cerca de 287 certificados de qualificação profissional.

Além de promover uma melhor qualificação profissional à população local, a escola oferece aos três melhores alunos de cada turma uma oportunidade de participarem de um novo curso na área de hospedagem, cozinha e restaurante, no Instituto Panzini de Hotelaria na Itália, onde os mesmos podem fazer visitas técnicas e aprofundarem o idioma italiano.



Figura 3.17 – Instituto Técnico de Hotelaria Planet Panzini, construído no prédio da antiga Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

No decorrer da pesquisa de campo, alguns instrumentos de trabalho utilizados pelos agentes do circuito inferior no município de Canavieiras foram identificados, dentre eles podemos destacar: o uso do cartão de crédito e de débito por parte de uma pequena parcela da população e por alguns comerciantes, cerca de 30% dos estabelecimentos cadastrados, sendo as cabanas de praia e os restaurantes os que mais disponibilizam esse tipo serviço, enquanto que no comércio varejista e atacadista as transações são realizadas em dinheiro, na nota promissória e em alguns casos “fiado”.

De acordo com Santos e Silveira (2001), a utilização dos cartões de crédito e de débito por parte da população de baixa renda é consequência de um processo pelo qual o Brasil vem passando: a creditização da sociedade e do território, conduzido, sobretudo, pela mídia e pelas instituições financeiras. Entretanto, embora este fenômeno esteja atingindo até mesmos as cidades de pequeno porte, verificamos na pesquisa de campo que no município de Canavieiras, estes mecanismos ainda não foram amplamente difundidos e, apenas as duas agências bancárias locais estão disponíveis para realizar créditos e financiamentos pessoais.

O uso da telefonia fixa e do celular também foi registrado, pois embora a maioria das atividades do circuito inferior sejam desenvolvidas em pontos fixos, imóveis alugados ou próprios, o sistema de telefonia fixa não é muito utilizado pelos estabelecimentos, devido ao custo das ligações e das tarifas cobradas pelas empresas de telefonia, sendo, portanto, o telefone celular pré-pago bastante utilizado tanto pelos comerciantes, quanto pelos prestadores de serviços chamados de “autônomos” (pintores, eletricitas, pescadores, costureiras, chaveiros, dentre outros), nota-se a banalização do consumo deste tipo de telefonia e sua utilização como instrumento de trabalho pelos agentes do circuito inferior.

Outro instrumento também muito utilizado no circuito inferior da economia urbana e que no período atual têm se destacado é o computador, porém, em alguns municípios pequenos como é o caso de Canavieiras, este objeto tem sido pouco utilizado nas atividades comerciais, estando o seu acesso mais limitado as lan hose (2 no total), aos três maiores supermercados locais e ao único estabelecimento de revelação de fotos que também presta serviços de impressão.

Dentre os estabelecimentos analisados verificamos que em sua maioria os métodos considerados modernos de organização (controle de estoque e organização da administração da empresa no computador) não são utilizados, permanecendo, porém, os métodos de organização

caracterizados pelo trabalho intensivo; característica que é, por sua vez, um dos fundamentos de definição do circuito inferior.

Foi identificado também na área central do município onde o comércio se desenvolve mais efetivamente, a comercialização de objetos usados, revelando assim como os pobres encontram novos usos e finalidades para os mais diversos objetos: roupas, sapatos, móveis, eletrodomésticos, dentre outros. A maior parte dos produtos negociados neste ramo são provenientes do próprio uso pessoal da população pobre, que na maioria das vezes, para aumentar a renda familiar, ou até mesmo para se desfazer de produtos mais antigos que foram substituídos por outros mais novos, vendem esses objetos nas portas de suas casas, ou nas conhecidas “feiras do cacareco”.



Figura 3.18 – Produtos “usados” comercializados pelo Circuito Inferior da Economia Urbana

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Quanto aos serviços terceirizados utilizados pelo circuito inferior no município, destacam-se as atividades dos motoboys também conhecidos como “mototáxi”. Esta categoria apesar de não regularizada pela Prefeitura Municipal de Canavieiras, têm crescido consideravelmente nos últimos anos e têm servido de abrigo para a população que não encontra uma oportunidade no mercado formal de trabalho devido a baixa escolaridade e qualificação profissional.



Figura 3.19 – Central de Serviço de Moto Táxi

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Diante das diversas atividades desenvolvidas no circuito inferior em Canavieiras, a informação se dá de forma muito desigual, pois a maior parte dos estabelecimentos utiliza as mais tradicionais formas de informação (rádio, jornais, televisão e a troca de informação pessoal), sendo, a televisão com a programação local o meio mais utilizado. Entretanto, na última década, a Secretaria de Indústria e Comércio juntamente com a Secretaria de Turismo, tem buscado uma parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) com o objetivo de ampliar o grau de conhecimento desses pequenos empresários, oferecendo cursos, palestras, consultorias e informações de gestão aos pequenos comerciantes e possibilitando uma maior aproximação dos parceiros e clientes, visando deste modo a transformação dos negócios.

A publicidade, por sua vez, no circuito inferior de Canavieiras, é utilizada de diferentes maneiras. Ela se difunde através dos carros e motos de som que circulam nas principais ruas da cidade anunciando os mais variados tipos de produtos; através do “boca a boca” muito comum nas pequenas cidades e de onde se vale este circuito; através do sistema de sonorização: “Voz de Canavieiras”, instalado no centro da cidade, realizando diversos serviços como propagandas, anúncios e notas públicas; através de anúncios nos principais jornais em circulação: Tabu (em circulação há 42 anos) e Isto é Notícia, nas versões impressa e online e do jornal Canavieiras News (apenas na versão online); através do guia comercial Canavieiras-BA; além de um número mesmo que reduzido de faixas e placas encontradas no centro da cidade.

De modo geral, a forma de publicidade que melhor atinge o circuito inferior no município é a troca de informação pessoal, por garantir a este circuito uma propagação mais rápida dos produtos a serem comercializados pela população, multiplicando assim o número de atividades e indivíduos envolvidos no circuito inferior.



Figura 3.20 – Publicidade utilizada pelo Circuito Inferior da Economia Urbana em Canavieiras

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Apesar de termos identificado um grande volume de atividades do circuito inferior instaladas na área central e no Centro Histórico de Canavieiras, não podemos deixar de considerar o desenvolvimento de pequenas atividades deste circuito nos bairros mais afastados desta área, onde são consumidos produtos de necessidades básicas nos mercadinhos e mercearias pelos moradores que vivem nestas localidades.



Figura 3.21 – Atividades do Circuito Inferior no Bairro Sócrates Rezende

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Embora o perfil do consumidor do circuito inferior seja predominantemente o de população de baixa renda, podemos identificar também consumidores de classe média e, até mesmo, em menor quantidade, os de poder aquisitivo mais alto, consumindo artigos e especialmente pequenos serviços (consertos, sapateiros, cabeleleiros, costureiras, manicures, dentre outros) que pertencem ao circuito inferior da economia urbana. Amplia-se assim o poder de atuação deste circuito da economia urbana no município de Canavieiras.



Figura 3.22 – Serviços do Circuito Inferior utilizados por consumidores de Classe Média e de Classe Alta

Fonte: BRITO, Neylana Sousa. Pesquisa de Campo, 2011.

Entretanto, mesmo reconhecendo que em Canavieiras se desenvolvem atividades efetivamente ligadas ao circuito inferior, não podemos desconsiderar a presença mesmo em pequena escala das atividades do circuito superior da economia, que por sua vez revelam como os lugares podem abrigar as diferentes divisões do trabalho que passam a ocupar o território, a partir de lógicas escalares distintas. Deste modo, podemos verificar o circuito superior usando este espaço a partir de lógicas nacionais, enquanto os agentes do circuito inferior passam a utilizá-lo apoiado em lógicas da escala regional, como verificamos anteriormente a utilização de produtos que abastecem o pequeno mercado atacadista de Canavieiras sendo provenientes dos dois principais municípios da região: Itabuna/Ilhéus.

Assim, Santos e Silveira (2001) afirmam que o conjunto do fenômeno, ou ainda, a coexistência dos diferentes circuitos da economia urbana compreendem um trabalho coletivo no território, demarcando divisões do trabalho que podem ser vistas como concorrentes ou complementares, mas que na realidade representam uma disputa pelo território.

Neste sentido, através da pesquisa de campo e do levantamento de dados empíricos do município de Canavieiras, acreditamos ter compreendido como se dá o uso deste espaço pelos representantes dos diferentes circuitos da economia, que participam de forma bastante distinta das divisões do trabalho no período atual, e buscamos ainda reconhecer o papel essencial do circuito como provedor de ocupações da população pobre.

Considerações Finais

No decorrer da formação da Rede Urbana Baiana e conseqüentemente no decorrer do processo de inserção do município de Canavieiras na Rede Urbana Regional, constatamos que a rede urbana é uma construção social complexa. Os agentes sociais que demandaram ações (senhores de engenho, fazendeiros de cacau, trabalhadores rurais, grupos, instituições ou firmas), desenvolveram estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) para organizarem uma rede de cidades.

Como salienta Castro (1992), apesar da Região Nordeste, nas últimas décadas, abrigar a segunda massa populacional do país, e, por ter sido até o final do século passado a região economicamente mais importante do Brasil, esta região tornou-se a parte do território brasileiro mais resistente as mudanças sociais impostas pela modernização econômica, especialmente àquelas referentes às relações de trabalho e à estrutura fundiária.

Esta realidade pode ser observada no município de Canavieiras, pois, durante quase um século de sua história, este município teve como base econômica a lavoura cacauera, que assegurava à população emprego nas diversas etapas de produção, principalmente no transporte da produção, realizado por pequenas embarcações que ligavam as fazendas produtoras aos portos litorâneos, num período em que as estradas eram escassas e demandavam maiores custos de deslocamento.

Os rendimentos gerados pela produção do cacau aceleraram a economia do município, transformando o comércio local numa atividade rentável e promissora nos mais variados ramos, a fim de atender uma demanda crescente, que exigia uma maior qualidade dos produtos a serem consumidos, principalmente para satisfazer a aristocracia cacauera.

Entretanto, com o declínio da produção de cacau, sobretudo no final da década de 1980, devido à proliferação de fungos e pragas nas plantações, e conseqüentemente pela intensificação dos transportes rodoviários na Região Cacauera, muitos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho buscaram inicialmente na atividade extrativa uma forma de sobrevivência, devido à baixa escolaridade e pouca qualificação profissional que possuíam. Neste contexto, o circuito

inferior da economia urbana no município ganha maior importância para equacionar os dilemas da reprodução e da sobrevivência cotidiana.

Na década de 1990 houve um aumento considerável da população urbana de Canavieiras, fazendo com que novos bairros fossem surgindo para absorver este contingente populacional, porém, o desenvolvimento da economia local não foi capaz de corresponder a este crescimento, mesmo diante dos investimentos realizados na agropecuária, na produção de frutas, e na tentativa de recuperar a lavoura cacaeira.

Apesar da maioria dos investimentos partirem de uma iniciativa privada, eles não foram suficientes para atender as demandas do município, sendo necessário, portanto, uma iniciativa do Governo Federal através da criação da CEPLAC para dar um suporte técnico-científico a produção e possibilitar uma melhoria genética das espécies de cacau cultivadas, o que elevou conseqüentemente o custo da produção.

Na tentativa de superar a Crise da Lavoura Cacaeira, o município de Canavieiras passou a investir mesmo que de forma desordenada na atividade turística e aos poucos, foram sendo instaladas na Ilha de Atalaia pousadas, hotéis e cabanas de praia que passaram a ser utilizadas como postos de trabalho para a população local. Entretanto, apesar dos poucos investimentos neste setor, este tipo de atividade não gerou grandes lucros a receita do município, devido à pequena demanda de turistas que visitam a cidade.

O aumento do desemprego e a precarização do trabalho, vêm contribuindo, com efeito, para afirmação do papel do circuito inferior enquanto abrigo para grande parte da população de Canavieiras que busca nas atividades desenvolvidas neste circuito outras formas de sobrevivência. As diferentes formas que o circuito inferior vem assumindo no período atual têm possibilitado o surgimento de uma “variada e sempre renovada divisão territorial do trabalho” (SANTOS E SILVEIRA, 2001: 287). Neste sentido, identificamos no decorrer da pesquisa o surgimento de diferentes tipos de atividades do circuito inferior que foram sendo desenvolvidas no município nas últimas décadas.

Verificamos também que apesar de existir todo um dinamismo do circuito inferior em Canavieiras, este circuito mantém uma relação de subordinação com o circuito superior da economia urbana, porém, é ele que vai oferecer as mais variadas ocupações e, por conseguinte, a própria possibilidade de sobrevivência a população urbana do município.

Através do estudo dos circuitos da economia urbana, podemos atentar para as temporalidades coexistentes, para as interpretações que cada agente faz do seu tempo, bem como, a forma que cada um encontra para sobreviver. A partir da busca de uma reflexão sobre os circuitos, sobre seus agentes e sobre as formas técnicas assumidas pelos mesmos, acreditamos poder avançar na construção de um estudo geográfico que vê o tempo como simultaneidade, pois assim como Santos (1996: 160), “pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da Crosta Terrestre é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”.

Buscamos ter no decorrer da pesquisa, um olhar atento sobre a inserção do município de Canavieiras na Rede Urbana Regional e a sua relação com as dinâmicas do circuito inferior da economia urbana, para assim entender como se deu atualmente a permanência e expansão deste circuito, e como se relacionam os processos definidores do período atual com a população pobre que encontra no circuito inferior sua possibilidade de reprodução e sobrevivência. Assim, pudemos compreender o circuito inferior como uma forma de trabalho urbano assumido pela pobreza. Forma esta que se multiplica, se diversifica, se adapta e resiste as variáveis do período atual.

Referências Bibliográficas

- AGORA. **Camacan comemora o Dia Internacional do Cacau**. Itabuna, ano XXV, n. 1.890, p. 11. 3 a 5 jun. 2006.
- AGUIAR, D. V. de. **Descrições práticas da província da Bahia**. Rio de Janeiro: Cátedra: Brasília: INL, 1979.
- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- ARAÚJO, M. M. S. **A ferrovia e a configuração urbana da cidade de Alagoinhas-Bahia**. 2005. Monografia (Graduação em Bacharel em Urbanismo) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.
- ARAÚJO, T. B. Dinâmica Regional Brasileira nos anos 90: rumo a desintegração competitiva. In Castro, I. E. de et al. **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- A TARDE. Salvador, ano 92, n. 31.507, 13 de jul. 2005. **A Tarde Economia**, p.17.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Embriões de cidades brasileiras**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB/São Paulo, nº 25, 1957.
- _____. **Vilas e Cidades no Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva)**. Revista Terra Livre – AGB, nº 10, São Paulo, janeiro-julho de 1994.
- BONDAR, Gregório. **A Cultura do Cacau na Bahia**. Salvador: Instituto de Cacau da Bahia. 1938.
- CAMAGNI, R. P.; SALONE, C. **Network urban structures in Northern Italy: elements for a theoretical framework**. Urban Studies, Oxfordshire, UK, v. 30, n. 6, 1993.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, I.E. **O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

- CEPLAC - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Dinâmica do uso da terra. In: CEPLAC. **Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira**. Ilhéus, 1976. v. 3.
- CHIAPETTI, J. **O Uso Corporativo do Território Brasileiro e o Processo de Formação de um Espaço Derivado: Transformações e Permanências na Região Cacaueira da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **Identificação dos centros de gestão do território no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jan./mar. 1995.
- _____. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2º ed., 2001.
- _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.
- COSTA, A. **Canavieiras: Sua história sua gente – lendas e festas**. BA: Imprensa oficial da Bahia, 1963.
- COSTA, A. T da. **O Cacau é Show: deliciosas histórias do mundo do chocolate**. São Paulo, IPSIS: gráfica e editora, 2008.
- COSTA JÚNIOR, J.; SATURNINO, A. CACAU. **Correio da Bahia**, Salvador, 28 ago. 2006. Correio ESPECIAL, p. 1-16.
- DEFFONTAINES, Pierre. **Como se Constituiu no Brasil a Rede das Cidades**. Boletim Geográfico – IBGE, ano II, nº 14, Rio de Janeiro, maio de 1944.
- DIAS, C.L. ; SILVEIRA, R.L.L. **Redes, Sociedades e Território**. Santa Cruz do Sul, 2005.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- _____. **Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas do Território Brasileiro.** In Castro, I. E. De et al. **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DINIZ, J. A. F. **A Região Cacaueira da Bahia.** Recife: SUDENE, 1983.
- EGLER, C. A. G. **Subsídios à Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Configuração e Dinâmica da Rede Urbana.** Petrópolis, 2001.
- FILHO, Adonias. **Sul da Bahia: Chão de Cacau.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FILHO, D. **Canavieiras: Sua história.** Bahia: Prefeitura Municipal de Canavieiras, 2002.
- FREITAS, Antônio F.G. **Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea.** Bahia *Análise & Dados*, Salvador, SEI, v. 9, n. 4, 2000.
- _____. ; PARAÍSO, M.H.B. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul-Ilhéus, 1543-1940.** Ilhéus:Editus, 2001.
- FRESCA, T. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia**, Londrina, n. 1, v. 10, jan./jun. 2001.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Formação Econômica do Brasil.** 5.ed São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GARCEZ, A. N. R. **Instituto de Cacau da Bahia: Meio século de história.** Salvador: I. C. B., 1981.
- GASPARETTO, Agenor. **Cacau, Mitos e Outras Coisas Mais.** Itabuna-Ba, 1986.
- GEIGER, P.P. **Evolução da Rede Urbana Brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas, 1963.
- GONÇALVES, M. A. **O Novo Brasil Urbano: Impasses, dilemas perspectivas.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.
- IANNI, O. Cidade e Modernidade. In: SOUZA, M. A. A. de et al. **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo.** São Paulo: CEDESP, 1999.
- IBGE. **Região de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008. 201 p. il. graf. mapas.
- ISNARD, H. **O Espaço Geográfico.** Coimbra: Almedina, 1982.
- KAHIL, S. P. **Unidade e Diversidade do Mundo Contemporâneo Holambra: a existência do mundo no lugar.** 1997. Tese – Departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

- LEÃO, Sonia de Oliveira. Parte I: Padrões Espaciais de Desenvolvimento Urbano (1500-1930). In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello (Org.). **Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. In: GEOUSP. **Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 24, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. [Tradução: Rubens Eduardo Farias]. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MAHONY, M. A. **Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauífera da Bahia**. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: Alternativas para a Crise Urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MONBEIG, Pierre. **Os Problemas Geográficos do Cacau no Sul do Estado da Bahia**. Boletim Geográfico – IBGE, ano II, nº 24, Rio de Janeiro, março de 1945.
- _____. **O estudo geográfico das cidades**. Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- MOURA, Rosa. Qual o papel dos municípios na escala local do desenvolvimento?. In: EDNLICH, M.; ROCHA, M. M. (org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.
- OFFNER, J. M. **Territorial deregulation: local authorities at risk from technical networks**. International Journal of Urban and Regional Research, Malden, MA, v. 24, n. 1, mar. 2000.
- OHLWEILER, Otto A. **Evolução sócio econômica do Brasil**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1986.
- PANGEA/FNMA. **Ações integradas para conservação, recuperação e preservação ambiental do manguezal de Canavieiras / BA**. Brasília, 2008.
- PEDRÃO, F.C. **Recôncavo: Uma Análise Social Regional**. Salvador: UFBA, 1992.
- PÓLVORA, H.; PADILHA, T. **Notícias sobre a “civilização” do cacau**. Itabuna: CEPLAC, 1979.
- PEREIRA, P. C. X. P. Cidade: sobre a importância de novos modos de falar e pensar as cidades. In: BRESCIANI, Maria Stella. **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

- PORTO, E. et all. **Ilhéus-Itabuna: estratégia de desenvolvimento**. Salvador: CPE, 1992.
- _____. et all. **Macrorregião de Salvador**. Salvador: SEI, 1995. (Série estudos e pesquisas, 26).
- _____. **Desenvolvimento e Território na Bahia**. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 61).
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRODETUR NE II. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**. Pólo Litoral Sul, Bahia, Brasil. São Paulo: Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia, 2003.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Alba Regina Novaes. O (re)ordenamento da cacauicultura. In: **Revista Bahia: Análise & Dados**. vol. II, n. 1, p. 59-64. Salvador: CEI. Junho de 1992.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROCHA, Lurdes Bertol. **A Região Cacaueira da Bahia – Dos coronéis a vassoura de bruxa: saga, percepção, representação**. Ilhéus: Editus, 2008.
- ROCHEFORT, M. Redes e Sistemas. **Métodos de estudo das redes urbanas**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 19, 1961.
- _____. Redes e Sistemas. **Ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, J. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre o processo de estruturação e reestruturação urbana. In: **Bahia Análise & Dados: Cidades: conceitos, processos e história**, v. 19, n.2, jul/set. 2009.
- SANTOS, Milton. **Zona do Cacau: Introdução ao Estudo Geográfico**. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- _____; TRICART, Jean. **Estudos de Geografia da Bahia: Geografia e Planejamento**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.
- _____. **A cidade como centro da região: definições e métodos de avaliação da centralidade**. Salvador: Livraria Progresso, 1959a.

- _____. **O Centro da cidade de Salvador: Estudos de Geografia Urbana.** 1.ed. Salvador: Universidade da Bahia, 1959b.
- _____. **Pobreza Urbana.** São Paulo, Recife: HUCITEC, 1978a.
- _____. **O Trabalho do Geógrafo no terceiro Mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1978b.
- _____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).
- _____. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Espaço e Método.** 4.ed. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção.** 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenheiros e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, S. B. M. e; SILVA, B. C. N.; LEÃO, S. O. **O subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna.** Recife: SUDENE, 1987.
- SILVA, B. C. N.; ROCHA, A. P. Análise da dinâmica da urbanização no estado da Bahia – 1940/2000. In: SILVA, Sylvio C. B. de Mello; SILVA, Bárbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, Território e Bahia.** Salvador: UFBA, 2003.
- SILVA, S. B. M. e; SILVA, B. C. N.; **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia.** 2.ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.
- SILVA, B. C. N. et al. **Atlas Escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural.** 2.ed. João Pessoa: Grafset, 2004.
- SILVEIRA, Maria Laura. **Um País, Uma Região. Fim de século e modernidades na Argentina.** São Paulo, FAPESP/LABOPLN (USP), 1999.

_____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo: representação e crise**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Um País, Uma Região. Fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo, FAPESP/LABOPLN (USP), 1999.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: Editora da UFRN, 2009.

SOBARZO, Oscar. Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da Geografia Urbana. In: **CIDADES: Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos**. Vol. 6, n. 10. Presidente Prudente: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, M. A. A. de. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In.: SOUZA, M.A.A. de et al. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999.

_____. Cidade: lugar e geografia da existência. In: VASCONCELOS, P. de A.; MELLO e SILVA, S. B. (orgs.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999.

SPÓSITO, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Cidades da Bahia**. Salvador: SEI, 1997. (Série estudos e pesquisas, 35).

_____. **Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001. (Série estudos e pesquisas, 56).

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1974.

_____. **História da Bahia**. Salvador: Correio da Bahia, 2000.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Urbanização e Gestão Urbana no Sul da Bahia: O predomínio da aglomeração de Itabuna-Ilhéus na Rede Urbana Regional**. Salvador: SEI, 2010.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel**. Paris: Universitaires de France, 1996.

VILLAÇA, F. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Urbanização Brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003.

VINHÁES, J. C. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus-Ba: Editus, 2001.

ZORZO, F. A. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia: Doze cidades conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

Referências Eletrônicas

- BAHIATURSA. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.ba.gov.br>>. Acesso em: 22 maio. 2010.
- CANAVIEIRAS, **Canavieiras, Bahia, Brasil**. Disponível em: < <http://www.geocites.com>>. Acesso e, 20 de Abril de 2010.
- GASPARETO, A. **Desenvolvimento e Paradoxo de Canavieiras**. 22 de Agosto de 2000. Disponível em: < <http://www.socio-estatistica.com.br/desenvolvimento.htm>>. Acesso em: 19 de Abril.2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conteúdo Histórico, 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de Abril. 2010.
- _____. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. 201 p. il. graf. mapas.
- _____. **Conteúdo Histórico, 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de Maio. 2010.
- _____. **Censos Demográficos e Contagem da População de 2009**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 de Setembro. 2010.
- _____. **Censos Demográficos de 1991 e 2000 e Contagem da População de 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 de Setembro. 2010.
- _____. Censo demográfico da Bahia: 1940-2000. In: _____. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm> Acesso em: 09 Setembro. 2010.
- _____. Contagem da população da Bahia: 1996 e 2007. In: _____. **Contagem da população 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>> Acesso em: 09 de Setembro 2010a.
- _____. População estimada da Bahia: 2008. In: _____. **Estimativas de População 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>> Acesso em: 09 de Setembro. 2010b.
- _____. **Estimativas de População 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 09 de Set. 2010c.
- _____. **Estimativas de População 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 25 de Out. 2011d.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal 2010.** Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 27 de Out. 2011.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal 2010.** Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 27 de Out. 2011.

_____. **Censos Agropecuários: 1940-2006.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>> Acesso em: 15 de setembro. 2010d.

_____. **Produção Agrícola Municipal: 1999, 2000 e 2006.** Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2006/default.shtm>> Acesso em: 15 de Setembro. 2010e.

MARINHO, P. L. **Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no Sul da Bahia.** Economia. Curitiba: UFPR, 2002/2003. v. 28/29, p. 7-25. Disponível em:
<<http://www.calvados.c3sl.ufpr.br>> Acesso em: 20 de Janeiro de 2011.

MOREIRA, R. F. C. **Impactos da vassoura-de-bruxa no cacau.** Disponível em:
<<http://www.todafruta.com.br>>. Acesso em: 21 de maio de 2010 (Chat técnico em 4 de setembro de 2006).

PLANETA VIAGEM. **Canavieiras – Ba.** Disponível em:
<<http://www.planetaviagem.com.br/canavieirasabertura.hym>> Acesso em: 19 de Abril. 2010.

SÓCIO ESTATÍSTICA. **Um pouco da história do seu município.** Disponível em:
<<http://www.socio-estatistica.com.br>> Acesso em: 21 de Abril de 2010.